

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Vinícius Azevedo Machado

Produtor, Político e Bacharel: João Pinheiro da Silva e a educação
do trabalhador do campo

BELO HORIZONTE

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VINÍCIUS AZEVEDO MACHADO

**Produtor, Político e Bacharel: João Pinheiro da Silva e a educação
do trabalhador do campo**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação Tecnológica – do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves

Belo Horizonte

2010

VINÍCIUS AZEVEDO MACHADO

**Produtor, Político e Bacharel: João Pinheiro da Silva e a educação
do trabalhador do campo**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais CEFET-MG, em 17 de agosto de 2010, avaliada pela banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves - CEFET-MG – Orientador

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago – UFMG

Profª. Dra. Carla Simone Chamon - CEFET-MG

Prof. Dr. James William Goodwin Jr. – CEFET-MG

AGRADECIMENTO

Já próximo à data de concluir esta dissertação, um amigo me perguntou: “e aí, como vai a reta final do mestrado?”. Quisera eu ter vindo até aqui em linha reta. Não foi possível. Foi preciso fazer muitos desvios no caminho que eu havia pensado. Foi preciso aprender muita coisa, inclusive a aceitar os passos que eu pude dar – se é que isso eu já pude aprender. Enxergando-me, assim, a poucos passos de concluir esta etapa, agradeço aos professores que atuaram no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG, na Coordenação do Curso, no Colegiado, ministrando aulas em sala de aula. Agradeço também ao Fábio e aos estagiários que atuaram na secretaria do curso.

Faço um agradecimento especial ao Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves, meu orientador, por ter me acolhido nesse momento tão importante da minha vida. Fica registrado também o meu carinho e gratidão à Prof.^a Dra. Carla Simone Chamon e à Prof.^a Dra. Suzana Burnier pelas preciosas contribuições apresentadas por ocasião de terem sido pareceristas do meu projeto de pesquisa.

Agradeço, com muito amor, aos meus colegas de turma, porque foi maravilhoso partilhar esse momento com eles.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, pelo carinho e dedicação.

Àquelas pessoas que me escutaram tantas vezes falar sobre a trajetória do João Pinheiro. Diogo, Léa, Dani, Felipe, Laura, Shirley, Jorge, Junia, Sônia, Adriano, Dileno, Simone, Silvinha, Andiará, fica registrado o meu muito obrigado. Em especial, ao Gabriel Navia. Obrigado ao Prof. Dr. Willer Araujo Barbosa, porque me incentivou a fazer o mestrado. E obrigado à Renata porque me ensinou a gostar de Belo Horizonte.

Para os meus pais,
pelos cuidados que sempre tiveram com a minha educação.

Para o Diogo.

RESUMO

Produtor, Político e Bacharel: João Pinheiro da Silva e a educação do trabalhador do campo.

palavras-chave: político; modernização agrícola; ensino agrícola.

Esta dissertação tem como objetivo apresentar as idéias centrais da proposta de educação para o trabalhador do campo, concebidas pelo republicano João Pinheiro da Silva. Para tal, foi privilegiado um tempo que vai desde o momento do convite para assumir a Presidência do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, até o tempo em que esteve na Presidência do Estado de Minas Gerais (1906-1908). Trilhando a vertente historiográfica da história dos intelectuais, esses “lugares de sociabilidade” foram tomados por permitirem significar a referida proposta a partir dos diferentes tempos, espaços sociais e redes de relações pelos quais João Pinheiro transitou a fim de elaborá-la. Assim, além do entendimento de quem foi João Pinheiro e o que ele propunha para a educação em Minas Gerais, estive atento ao modo como se deu a sua inserção no campo político e educacional e à sua atuação política, sobretudo na década de 1900. Essa abordagem abarca o esforço de compreensão do movimento republicano a favor da modernização do Estado. Foi analisada uma documentação do arquivo privado de João Pinheiro, disponível no Arquivo Público Mineiro. São correspondências, discursos (mensagens e relatórios), entrevistas, Anais do Congresso de 1903, artigos de sua própria autoria, decretos e pareceres referentes ao período em que ocupou a Presidência do Congresso e do Estado, além de outras publicações a seu respeito. Entendo que, a partir do Congresso de 1903, sua trajetória, orientada pelo ideário republicano, registrou-se numa fase de maior maturidade, marcada pelo esforço intelectual e político de superação do chamado “atraso regional”. Desse modo, foi conferida relevância à educação do trabalhador do campo, na medida em que, vinculada a um projeto voltado para o progresso e a recuperação econômica de Minas, pretendeu, além de seus aspectos objetivos, a construção de uma moralidade capaz de incorporar a modernização da produção como um valor. Tal proposta contava com um olhar comparativo em relação às experiências educacionais de países considerados bem sucedidos no que diz respeito à questão agrária. É o caso da Bélgica, da França e, em especial, da Escuela de Agricultura y Ganaderia de Córdoba, na Argentina. A esses exemplos, concluía-se que o progresso agropecuário era devido à vasta disseminação do ensino teórico e prático das ciências agrônômicas e da zootecnia. Para João Pinheiro, o ensino agrícola representava um instrumento de contribuição considerável para a dinamização da economia uma vez que, por meio dele, seria possível a substituição das práticas rotineiras e pouco eficientes pelo “trabalho inteligente e profícuo”, baseado em aperfeiçoados processos de cultura e modernos métodos de exploração. Não obstante, a educação técnico-agrícola deteve uma importância relevante no programa do Governo João Pinheiro (1906-1908), organizando-se, rapidamente, em termos de política. Começaria pela escola primária, preparando “uma nova geração de operários rurais”, e se estenderia até a formação do próprio lavrador pela constituição das fazendas-modelo. O ensino técnico-primário seria ministrado nas escolas públicas, de modo concreto (prático), paralelamente ao ensino da leitura, da escrita e da aritmética. Nas fazendas-modelo, as práticas educativas se articulavam em torno da idéia de “saber produzir, poder produzir e colocar a produção”. Saber produzir era produzir melhor e mais barato. Poder produzir era produzir orientado pelo conhecimento estatístico e orçamentário das condições de produção. E, colocar a produção era saber adequá-la ao nível e de acordo

com a procura e preferência dos consumidores. Assim, produzir-se-ia com base num conhecimento concreto, mediado por diversas variáveis, fosse o clima, as condições da terra, as características específicas da cultura, os suplementos, o mercado, o comércio, entre outros, a fim de que, por meio da instrução dos trabalhadores do campo, Minas gestasse uma economia forte.

ABSTRACT

Intellectual, Politician and Lawyer: João Pinheiro da Silva and the rural worker instruction.

Key-words: politician; agricultural modernization; agricultural teaching;

This paper will present the main ideas of the rural worker educational project, developed by the republican, João Pinheiro da Silva. For such research, it was emphasized the period between his invitation to the presidency of the Congresso Agrícola, Comercial e Industrial in 1903 and the time in which he was the President of Minas Gerais (1906-1908). Following the history of the intellectuals, these “sociability places” were taken for allowing the significance of the referred project through the different times, social sites and relation webs in which Joao Pinheiro transited in order to elaborate it. Hence, besides the understanding of João Pinheiro as a person and his educational project for Minas Gerais, I focused on how his insertion in the politic and educational field took place and also on the intellectual role he accomplished, specially during the 1900s. This approach comprehends the understanding effort of the republican movement in favor of the modernization of the State. Part of João Pinheiro's private archive, available in the Arquivo Publico Mineiro, was analyzed. Letters, speeches (messages and reports), interviews, annual periodics of the Congress of 1903, his own articles, enactments and issued opinions regarding the period in which he occupied the presidency of the Congress and State. After the Congress of 1903, his trajectory, oriented by the republican ideal, achieved a more mature period, marked by an intellectual and politic effort, overcoming the often called “regional delay”.

Thus, the education of the rural worker became relevant, while, attached to a project which was turned towards the progress and the economic recovery of Minas, intended, besides its objective aspects, the construction of a morality able to embody the modernization of the production as an ethic standard. The proposal presented a comparative view in relation to educational experiences of well succeeded countries regarding the agrarian issue, such as Belgium, France and, specially, the Escuela de Agricultura y Ganaderia de Cordoba, in Argentina. In such countries, the progress of the farm sector took place thanks to the great dissemination of the theoretical and practical teaching of agronomic sciences and husbandry. For Joao Pinheiro, the agricultural teaching represented a substantial mean of contribution to a more dynamic economy since it would make possible the substitution of routine and not efficient practices for an “intelligent and productive work”, based on developed farming processes and modern exploration methods. The agricultural education received a relevant importance in João Pinheiro's governance program (1906-1908), quickly organizing it in political terms. It would begin at the elementary school, “preparing a new generation of rural workers”, and would be extended until the formation of the complete farmer through the creation of model farms. The technical teaching would be held in public schools, in a concrete (practical) way, along with the teaching of reading, writing and arithmetic. At the farm-models, educative practices were articulated around the idea of “knowing how to produce, being able to produce and producing”. “Knowing how to produce” would mean to produce in a better and cheaper way. “Being able to produce” would mean to produce oriented by a statistic and budgeting knowledge of productive conditions. And, “producing” would mean to know how to fit the production into the right level, according to market demand and customer's preferences. Thus, the whole production system would be based in a concrete knowledge, mediated by several variables, such as

the weather, the conditions of the soil, the specific farming characteristics, the supplements, the market, the business, among others, with the goal of, by means of rural worker instruction, developing a strong economy in Minas.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I	
A adesão de João Pinheiro da Silva ao republicanismo e a sua inserção na esfera das elites políticas	28
1.1. A vivência familiar e o interesse pelo ideário republicano: o desejo de uma posição menos má na sociedade	29
1.2. O Seminário de Mariana	38
1.3. A Escola de Minas de Ouro Preto	41
1.4. O legado deixado por João Pinheiro em sua passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo	42
Capítulo II	
Da Cerâmica de Caeté à Presidência do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903: experiência industrial, militância político-partidária e atuação política	50
2.1. Experiência industrial, militância político-partidária e atuação política	52
2.2. O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903: diversificação da produção, protecionismo e educação para o trabalhador do campo	60
2.2.1. O diagnóstico de estagnação econômica e desarticulação interna	63
2.2.2. A Exposição da Comissão Fundamental: um olhar sobre Minas	68
2.2.3. O ensino agropecuário	79
Capítulo III	
Fogo na Canjica: João Pinheiro da Silva na Presidência do Estado de Minas Gerais (1906-1908): uma proposta para a educação do trabalhador do campo	89
3.1. A proposição para a educação do trabalhador do campo: uma nova geração de inteligentes operários rurais	96
Conclusão	122
Documentos analisados	128
Bibliografia	135

INTRODUÇÃO

Os meus primeiros contatos com o tema do ensino agrícola se deram por meio de atividades extracurriculares e acadêmicas proporcionadas por ocasião de cursar Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa-MG (UFV). Na militância junto ao Diretório Central dos Estudantes e ao Centro Acadêmico de Pedagogia me aproximei das discussões do Movimento dos Sem-Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e das atividades de apoio à agricultura familiar, realizadas pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). Foi também naquele espaço que comecei a me interessar pelas questões relevantes à educação do campo, especialmente a partir da convivência no Programa de Educação em Solos¹ (PES) e no grupo-movimento Ecopedagogia².

Quando recém graduado, atuei como diretor e, em seguida, como coordenador pedagógico da Escola Família Agrícola Paulo Freire (EFAP), em Acaiaca, na Zona da Mata Mineira. O projeto político pedagógico da escola é voltado para a construção de práticas alternativas e agroecológicas viáveis ao exercício da agricultura familiar nas pequenas propriedades rurais, e a instituição se insere nas Ações de Desenvolvimento Sustentável do Campo. O contato com os agricultores e com os problemas ligados ao meio rural realçou um universo com o qual tenho bastante familiaridade, pois vivi até os meus dezoito anos no interior do Espírito Santo, em Alegre, e boa parte da minha família é de origem campesina. Certamente que esses lugares pelos quais passei me permitiram a produção de olhares que hoje incidem sobre o meu objeto de pesquisa.

A escolha de estudar a contribuição política e intelectual de João Pinheiro para a educação do trabalhador do campo se fez no decorrer do processo de orientação, na medida em que o meu interesse de estudo passou a se concentrar na história do ensino agrícola em Minas Gerais. Entre os espaços acadêmicos que inspiraram tal escolha, destaco os encontros referentes à orientação de pesquisa, os encontros no Núcleo de Estudos de Memória, História e Espaço (NEMHE), e as diversas disciplinas cursadas.

Em se considerando a produção bibliográfica sobre João Pinheiro percebi que não é pequena, nem é uniforme, assim alerta para o fato do estudo ora apresentado ser um recorte temporal de sua vida pública.

¹Departamento de Solos da UFV.

²Departamento de Educação da UFV.

Tendo em vista a diversidade da produção encontrada, optei por seguir, de forma semelhante, a metodologia de análise utilizada em Costa (2006), qual seja: formar três conjuntos da produção, sendo que o primeiro se refere ao que foi produzido no período em que atuava na vida pública, compreendendo tanto o que ele dizia sobre si mesmo e sobre suas idéias para Minas, quanto o que diziam os seus contemporâneos a esse respeito. Nesse primeiro conjunto se destacam discursos, entrevistas, manifestos e artigos de jornais, incluindo-se os documentos produzidos no momento de sua morte. O segundo conjunto reúne a produção efetuada entre as décadas de 1940 e 1970, e que, em alguma medida, está associada ao modo de inserção de seus descendentes na trama política do estado. Nesse conjunto destacam-se duas coletâneas organizadas, respectivamente, por Coelho (1960) e por Barbosa (1966). Nelas são encontradas memórias, cronologia, artigos com análises de seu projeto político, discursos, documentos oficiais e correspondências trocadas com familiares e companheiros políticos.

Por fim, no terceiro conjunto são reunidos os trabalhos produzidos no ambiente acadêmico, concentrados nas últimas duas décadas. Encontram-se nesse conjunto oito dissertações e uma tese³ identificadas a partir da revisão da pesquisa acadêmica, no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); artigos que tratam do projeto educacional de João Pinheiro, e o livro “Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno”, organizado por Gomes (1999), no qual boa parte dos artigos acaba por associar João Pinheiro às origens do desenvolvimentismo em Minas.

Como foi possível verificar, são discutidos os temas do ensino agrícola na articulação com a modernização no campo⁴, das instituições escolares relacionadas às suas idéias para a educação, das práticas políticas e sociais de atendimento aos “desvalidos da sorte”, incluindo a infância, – três temas compreendidos sob a tríade República, Trabalho e Educação –, das políticas públicas de incentivo ao cooperativismo, e o tema do projeto político de João Pinheiro.

É preciso observar também que apenas uma dissertação⁵ entre os quatro trabalhos produzidos na década de 1990 abordou em específico a figura de João Pinheiro. Na

³ Inseridas nas seguintes áreas de conhecimento: Direito, Filosofia, Educação e História.

⁴ Quanto às dissertações e a tese, ver: Vianna (2005); Silva (1992); Faria Filho (1991); Pereira (2005); Silva (2007); Souza (1994); Costa (2006); Lima (2006); Faria (1992).

⁵ Silva (1992).

década de 2000 o processo é semelhante, apenas uma⁶ entre as cinco dissertações produzidas. Respectivamente, uma na Filosofia e a outra na História, estas dissertações discutiram o seu pensamento filosófico e a sua formação política.

Em relação à proposta para a formação do trabalhador do campo, estas pesquisas contribuem para compreender as condições sociais e políticas em que foi elaborada, e como se articulava a um projeto de recuperação econômica e progresso em que era priorizada a modernização no campo. Assim situam o ensino agrícola na discussão da formação da República e de um novo tipo de trabalhador, o moderno. Ademais, as discussões sobre as práticas assistencialistas, o cooperativismo, e, em especial, o pensamento filosófico e a formação política de João Pinheiro são importantes para se compreender o sentido de seu projeto político e, assim, significar as idéias e os valores que vão se evidenciando na sua proposta educativa.

Considero que para João Pinheiro a possibilidade de adentrar a esfera das elites políticas se fez por meio das instituições em que se educou. Dessa maneira, sua passagem pelo Seminário de Mariana, pela Escola de Minas de Ouro Preto e pela Faculdade de Direito de São Paulo, aproximou-o dos principais debates colocados por aqueles que vinham se legitimando no papel de pensar os rumos do estado. Sua vida pública é compreendida em dois momentos distintos. O primeiro tem início em 1888, quando ele, recém graduado em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, retornou a Ouro Preto e passou a atuar nas ações propagandistas e na implantação do novo regime. Assim, destacou-se à frente do Partido Republicano em Minas e na presidência do estado, preconizando uma política de reconciliação entre os republicanos históricos e adesistas, cujo pano de fundo “era a questão da autonomia de Minas Gerais no contexto federativo em implantação” (DULCI, 2005, p.111).

O segundo momento, de 1903 a 1908, tem seu marco nas atividades do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial e sua relevância se deve ao engajamento de João Pinheiro no debate sobre o progresso e a recuperação econômica em Minas Gerais. Foi no interior desse debate que sua proposição para a educação do trabalhador do campo ganhou relevância, como instrumento de reorganização do trabalho no campo.

Contudo, no conjunto da produção acadêmica, nenhuma pesquisa tratou a proposição educacional de João Pinheiro em particular, senão na medida em que permitiu discutir: aspectos gerais da história do ensino agrícola em Minas; a história de instituições de

⁶Costa (2006).

ensino agrícola que foram fundadas a partir de suas idéias para a modernização do campo e/ou que estiveram sob a influência da reforma educacional, ocorrida em seu governo; e as contribuições políticas e intelectuais relevantes em sua trajetória de vida pública.

Dessa maneira, não foram suficientemente abordadas duas questões importantes para se compreender as idéias e os valores centrais em sua proposição para a educação do trabalhador do campo. Em primeiro lugar, o modo como se deu o debate e a circulação de idéias a respeito da educação no interior do grupo liderado por João Pinheiro. Nesse caso, seria interessante investigar sua relação com a Escola de Córdoba e aprofundar no conhecimento do conteúdo das correspondências trocadas com seus assessores a respeito do ensino agrícola, especialmente as datadas entre 1906 e 1908.

Em segundo lugar, merece maior aprofundamento o modo como se deu a inserção de João Pinheiro no campo político e educacional, visto que entre as pesquisas há divergências com relação à orientação política de seu projeto de progresso e recuperação econômica. A esse respeito, Costa (2006) foi o único estudo a tratar de tais divergências, destacando, a partir das instituições em que se educou, o significado dos ideários positivista e republicano em sua formação política. Entretanto, este estudo se detém à sua inserção no campo político, não avançando para a discussão no campo educacional.

Diante desse resultado, vale investigar as idéias e os valores centrais da proposição de João Pinheiro para a educação do trabalhador do campo, resgatando a discussão a respeito do progresso e destacando, no modo como se deu o debate e a circulação de idéias a esse respeito, sua relação com a escola de Córdoba e a relevância das correspondências referidas acima. Além disso, vale ampliar o estudo de Costa (2006) na medida em que permitir compreender sua inserção no campo educacional. No que diz respeito à historiografia do ensino agrícola em Minas Gerais, o estudo de tais questões poderia trazer contribuições sobre a atuação intelectual de João Pinheiro, principalmente no que se refere aos projetos de educação dos republicanos mineiros no início do século XX.

Assim, esta dissertação tem como objetivo investigar as idéias e os valores centrais na proposição de João Pinheiro para a formação do trabalhador do campo nos anos iniciais da República em Minas Gerais, para isso busquei compreender a sua atuação política e como se deu a sua inserção no campo político e educacional, para com isso analisar a

rede de relações à qual esteve articulado, para em seguida compreender como se constituíram as idéias e os valores de um projeto de formação do trabalhador do campo e quais as condições políticas e sociais nas quais se deram o debate e a circulação de idéias sobre a educação do trabalhador.

Dessa forma proponho investigar sua contribuição política para a formação do trabalhador do campo, utilizando-se, para isso, a abordagem proposta pela vertente teórico-metodológica da história dos intelectuais, sobretudo no que diz respeito ao conceito de lugares de sociabilidade discutido por Gomes (1999).

Essa dissertação traz um pouco da história do ensino agrícola em Minas Gerais como temática no campo da história da educação, pois ao assumir a história dos intelectuais enquanto referencial teórico-metodológico, a proposta de pesquisa se insere em um conjunto amplo e diversificado de estudos voltados para o acompanhamento da atuação dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX, destacando sua relevância na proposição e implementação de projetos de Brasil Moderno. Este tipo de escolha tem base no reconhecimento da necessidade de se trabalhar com novos sujeitos como intelectuais, para assim compreender os complexos rumos de transformação social (GOMES, 1999).

Ressalto que a investigação deu atenção aos lugares de sociabilidade por meio dos quais João Pinheiro freqüentou para discutir e divulgar as suas idéias sobre a educação do trabalhador do campo, produzindo-se e sendo produzido enquanto intelectual nas redes de relações estabelecidas a partir desses espaços que, conforme análise de Gomes (1999), são geográficos e também afetivos. Assim, tendo como referência o conhecimento da literatura sobre a trajetória da vida pública de João Pinheiro⁷, privilegiarei, nesta dissertação, a sua atuação política e intelectual na Presidência do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 e na Presidência do Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1906 a 1908.

O investimento em compreender a proposição de João Pinheiro para a educação do trabalhador do campo, por meio dos lugares de sociabilidade escolhidos, acaba por enfatizar os anos entre 1903 e 1908. Entretanto, este recorte foi alargado na medida em que mobilizei o conceito de cultura política, discutido em Motta (1996;2009) e Berstein (1998), e ao conceito de projeto social e projeto individual, discutido em Velho (1994).

⁷Refiro-me especialmente aos trabalhos de Faria (1992), Bomeny (2005), Dulci (2005), Gomes (2005) e Costa (2006).

Nesse intento, busquei significar tal proposição educacional a partir do campo político-cultural em que se deu a sua elaboração.

Fez-se necessário retroceder em sua trajetória, destacando pontos relevantes em sua formação política, e refletindo sobre quem foi João Pinheiro e como se deu a sua inserção no campo político e educacional. Em especial, a discussão trazida por alguns autores (VELHO, 1994; MOTTA, 2009) contribui para compreender o seu projeto político não apenas a partir dos pontos comumente ressaltados na produção bibliográfica sobre sua vida pública, tais como sua perspicácia de análise sobre a conjuntura mineira ou sua capacidade estratégica, mas, sobretudo, no que se refere à manifestação dos desejos, dos medos, das frustrações, dos sonhos, das projeções para o futuro, dos acasos. Essas manifestações são recorrentes nas cartas trocadas com seus familiares e fornecem informações importantes a respeito do campo de possibilidades⁸ e do caráter dinâmico em que seu projeto político foi elaborado.

No final do século XIX, a abolição do sistema escravista, a instauração da República e as repercussões das baixas do preço do café intensificavam os contornos de um projeto de modernização para Minas Gerais. A esse efeito, e sob diagnóstico de perda de substância econômica e acentuada desarticulação interna, a agenda política mineira adentrava o novo século pautada no estudo das questões econômicas e sociais e suas respectivas medidas de recuperação. Nesse cenário, “a figura de João Pinheiro assumiu especial relevo, como uma espécie de consciência reflexiva do processo” (DULCI, 2005, p.110).

Inserido na esfera das elites políticas do estado desde jovem, atuou nas ações propagandistas e na implantação do novo regime. Mas, foi a partir da sua atuação como Presidente do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, que sua trajetória política, orientada, em especial, pelo ideário republicano, registrou-se numa fase de maior maturidade, marcada pelo esforço intelectual e político de superação do chamado atraso regional (DULCI, 2005).

No período que segue de 1903 a 1908, João Pinheiro preconizou um projeto político voltado para o progresso e para a recuperação econômica em que a educação do

⁸Em Velho (1994), o conceito de campo de possibilidades se refere à elaboração dos projetos na relação com contextos sócio-culturais específicos, carregados em termos da própria noção de indivíduo, como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Nesse sentido, na medida em que o indivíduo constrói sua biografia, está sujeito à ação de outros indivíduos e às transformações sócio-históricas, referidas sempre a outros projetos e condutas identificáveis no tempo e no espaço.

trabalhador do campo foi constituída como uma das estratégias para modernizar a produção agrícola mineira e reorganizar o trabalho. Pode-se considerar que esse projeto começou a ser formulado a partir do Congresso de 1903, em torno do qual se reuniram agricultores, criadores, comerciantes, industriais e banqueiros para discutir os problemas econômicos e sociais das diversas regiões do estado e elaborar propostas a fim de integrar a produção mineira ao mercado nacional, visando autonomia em termos da própria produção e do comércio. Segundo Faria (1992), boa parte das deliberações do congresso foram incorporadas à sua plataforma administrativa⁹ quando, três anos mais tarde, candidatou-se ao governo de Minas; entre elas destaco as medidas protecionistas, o incentivo à diversificação da produção agropecuária e, sobretudo, o ensino agrícola. Dessa maneira, ao assumir a presidência do estado, em 1906, seu pensamento capital era a organização da economia, em que a agricultura foi colocada como a principal questão. Isso pode ser percebido na entrevista que publicada no Jornal Minas Gerais, de 20 de setembro de 1906:

O meu pensamento capital, você o sabe [dizia ao entrevistador], é a organização econômica. Dizendo isto, devo acrescentar que o fato principal para mim não é a questão industrial, mas a questão agrícola, e dentro desta o desenvolvimento da pequena agricultura. A questão industrial é importante, não resta dúvida (...); mas, tratando-se de reorganizar o trabalho como base da fortuna pública, o que se impõe, naturalmente, sobretudo, é a reorganização daquele que representa a maior parte dessa fortuna. Essa é, incontestavelmente, em nosso País, a agricultura (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, pp.166-167).

As idéias fundamentais do pensamento da organização econômica foram gestadas no seio do Partido Republicano Mineiro, conforme já discutia em seu Manifesto-programa, publicado no “Minas Gerais”, no dia 12 de fevereiro de 1906: “O pensamento da reorganização econômica mineira é filho de um partido, legítimo pela sua origem, definido pelo seu programa e poderoso pelos seus elementos” (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, pp.166-167).

A partir deste trecho, ao evidenciar o campo político-cultural em que se formulou o pensamento da reorganização econômica, pode-se inferir que, enquanto conjunto de

⁹Refere-se ao seguinte documento: SILVA, João Pinheiro da. *Ao povo mineiro* – Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado de Minas Gerais (Caeté, 07.02.1906). In: BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966, pp. 143-160.

idéias e valores, tal pensamento se materializou na gestão de João Pinheiro – 1906/1908 – por meio de estratégias específicas de intervenção econômica e social. Nesse sentido, o projeto de progresso e recuperação econômica que preconizou, cujo eixo se mobilizava em torno da modernização agrícola¹⁰, trazia sonhos, representações políticas e visões de mundo compartilhadas nesse campo político-cultural. Quanto à opção pela agricultura, esta se fundamentava na possibilidade de reorganizar o trabalho como base da fortuna pública, pois, em sua compreensão, o setor primário era o que apresentava maior capacidade de gerar empregos e atender às necessidades básicas da população.

Ainda no que se refere ao trecho retirado da entrevista concedida ao jornal “O País”, João Pinheiro afirma que um dos principais problemas da questão agrícola era a educação do agricultor, conforme pode ser percebido em sua explicação:

(...) e é disso que temos de cuidar desde logo como uma das mais imediatas necessidades [referia-se a educação do agricultor]. O grande estorvo da agricultura é a ignorância do agricultor. Estamos hoje tão atrasados como há oitenta anos, sobretudo em matéria de máquinas. O agricultor, em geral, não conhece as máquinas modernas que melhores serviços podem lhe prestar (SILVA in: BARBOSA, 1966, p. 171).

Essa avaliação teve como pano de fundo um olhar comparativo em relação às experiências educacionais dos países considerados bem sucedidos no que diz respeito à questão agrária. É o caso da Bélgica, da França e, em especial, da “Escuela de Agricultura y Ganaderia de Córdoba”, na Argentina. A esses exemplos, concluía-se que o progresso agropecuário correspondia à vasta disseminação do ensino teórico e prático das ciências agrônômicas e da zootecnia.

A educação do trabalhador do campo deveria se constituir como um instrumento para a dinamização da economia uma vez que, por meio dela, seria possível a substituição das práticas rotineiras e pouco eficientes pelo “trabalho inteligente e profícuo”, baseado “nos mais aperfeiçoados processos de cultura e nos modernos métodos de exploração zootécnica” (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.187).

Vale ressaltar que, inicialmente, essa discussão foi apresentada pelo Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes durante o Congresso de 1903, na tese sobre o ensino agropecuário, e foi

¹⁰Ver Dulci, 2005.

retomada durante o período em que João Pinheiro presidiu o estado, após 1906. Por meio da análise das correspondências de João Pinheiro, referentes ao período em que ele ocupou a Presidência do Estado de Minas Gerais, foi possível observar a maneira como as idéias discutidas no Congresso de 1903 foram retomadas e tratadas de forma que pudessem ser implementadas. Ressalto que, nesse momento, sujeitos de diversos segmentos sociais – políticos, agricultores, pecuaristas, comerciantes e representantes comerciais, industriais e especialistas em diversos setores do ramo, banqueiros, mineradores, advogados, engenheiros, professores – mobilizaram-se em torno da figura de João Pinheiro a fim de pensar as Minas Gerais do início do século XX.

A escolha da documentação que foi examinada se fundamentou numa dupla questão: compreender a contribuição política de João Pinheiro para educação do trabalhador rural, destacando o modo como ele se inseriu no campo político e educacional. Foi privilegiada a documentação pertencente ao seu arquivo privado, locado no Arquivo Público Mineiro, pois, esta se configura como a coleção mais completa sobre a sua trajetória. Dentre a documentação pertinente ao recorte proposto nesta pesquisa, merecem destaque as correspondências trocadas com familiares; os Anais do Congresso de 1903; o Manifesto-programa de governo apresentado por João Pinheiro quando, em 1906, candidatou-se ao governo de Minas; os discursos e entrevistas que se referem diretamente à proposta ou ao problema da recuperação econômica; as mensagens enviadas ao Congresso Mineiro e; as correspondências referentes ao período em que ele ocupou a Presidência do Estado de Minas Gerais.

As correspondências trocadas com seus familiares – Dona Carolina Augusta de Moraes, sua mãe, o alferes Luís Antônio Pinto, seu tio, irmão de Dona Carolina, o padre José Pinheiro, seu irmão, o padre João de Santo Antônio, seu padrinho, e Dona Helena de Barros Pinheiro, sua esposa – trazem informações sobre sua passagem pelas instituições em que se educou, suas escolhas profissionais, políticas, e questões familiares de diversas ordens.

A partir dessas correspondências, em especial, é que busquei compreender como se manifestaram os desejos, os medos, os sonhos, as frustrações, os ideais, os projetos pessoais na relação com a constituição e o exercício de seu projeto político.

No período entre 1906 e 1908, o Manifesto-programa, os discursos e as entrevistas oficiais¹¹, e as mensagens enviadas ao Congresso Mineiro colaboram para compreender quais questões foram relevantes para João Pinheiro, no que diz respeito ao ensino agrícola, e como ele as concebia. A partir desses documentos busquei compreender quais as idéias e os valores centrais em sua proposta para a educação do trabalhador do campo, assim como evidenciar elementos importantes sobre as condições políticas e sociais em que foram constituídas.

No que se refere à história dos intelectuais, a dissertação foi elaborada na relação com um conjunto amplo e diversificado de estudos que, tal qual discutido por Gomes (1999), pretende contribuir para a produção de saberes a respeito da proposição e implementação dos projetos de “Brasil moderno”. “História dos intelectuais”¹² é uma designação francesa a uma vertente teórico-metodológica que se inscreve na interseção entre a história política e cultural, que é sempre social. Para a autora, a amplitude desta composição evidencia a importância que o tema da cultura adquiriu na produção historiográfica nestas três últimas décadas, e “o reconhecimento da necessidade de se trabalhar com novos atores, como os intelectuais, para se compreender os rumos dos complexos processos de transformação social” (GOMES, 1999, p.10).

No campo da história cultural, a história dos intelectuais se distingue das outras vertentes por sua estratégia de análise (GOMES, 1999). Não se trata de outros objetos, necessariamente, mas de novas abordagens. O conteúdo e a forma da produção dos intelectuais continua a interessar, inclusive quanto aos recursos de poder aí implicados. Contudo, a atenção se volta para as condições sociais em que os intelectuais produziram as suas idéias, especialmente no que diz respeito à constituição dos grupos, na interdependência entre a formação de redes organizacionais e os tipos de sensibilidade que se desenvolvem. Ou seja, o que se quer é compreender os “bens simbólicos”,

¹¹Os Anais do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 contêm as teses sobre problemas econômicos e sociais considerados relevantes à sua comissão organizadora – líderes políticos, industriais e banqueiros convocados pelo presidente da província, Dr. Francisco Antônio Sales –, destacando medidas de recuperação. Por meio dessa documentação, publicada pela Revista da Fundação João Pinheiro, no primeiro semestre de 1981, busco compreender as questões apresentadas nessas teses, principalmente as mais diretamente relacionadas à educação do trabalhador do campo. Vale ressaltar que uma das teses tem como tema o ensino agropecuário e apresenta soluções como a criação de escolas agrícolas, estações agrônômicas, institutos zootécnicos, escolas de leiteria e campos de experiência e demonstração, que se destinariam tanto à melhoria das condições de trabalho dos agricultores e industriais, quanto à formação daqueles que pretendessem ingressar nos respectivos ramos de trabalho.

¹²A autora utiliza-se das referências de SIRINELLE, Jean François em *Le hasard ou la nécessité: une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels*. Vingtième Siècle: Revue d'Historie (9), jan./maio 1986.

resultantes dessas redes, a partir da maneira como foram produzidos em seus respectivos campos político-culturais. Em termos metodológicos:

Isto poderia ser alcançado com uma investigação que acompanhasse as trajetórias de indivíduos e grupos; que caracterizasse seus esforços de reunião e de demarcação de identidades em determinados momentos; e que associasse tais eventos às características-projetos de sua produção intelectual (GOMES, 1999, p. 11).

Em vista disso, a fim de compreender as idéias e os valores centrais da proposta de João Pinheiro para a formação dos trabalhadores do campo, é que são privilegiados os lugares de sociabilidade por meio dos quais ela foi elaborada. Vale destacar que a noção de lugar de sociabilidade se desenvolve numa dupla dimensão¹³, conforme excerto apropriado de Ângela de Castro Gomes:

De um lado, aquela contida na idéia de “rede”, que remete às estruturas organizacionais, mais ou menos formais, tendo como ponto nodal o fato de se constituírem em lugares de aprendizado e de trocas intelectuais, indicando a dinâmica do movimento de fermentação e circulação de idéias. De outro, aquela contida no que a literatura especializada chama de “microclimas”, que estão secretados nessas redes de sociabilidade intelectual, envolvendo as relações pessoais e profissionais de seus participantes. Ou seja, se os espaços de sociabilidade são “geográficos”, são também “afetivos”, neles se podendo e devendo captar não só os vínculos de amizade/cumplicidade e de competição/hostilidade, como igualmente a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por eventos, personalidades ou grupos especiais. Trata-se de pensar em uma espécie de “ecossistema”, onde amores, ódios, projetos, ideais e ilusões se chocam, fazendo parte da organização da vida relacional (GOMES, 1999, p. 20).

Desse modo, esses espaços geográficos e afetivos delineiam um campo intelectual com características próprias, tanto no que se refere às estruturas organizacionais de que dispõe a rede, quanto ao tipo de laços e sensibilidades desenvolvidos entre os intelectuais, indissociáveis das formas de intervenção na sociedade. Nesse sentido, a seleção dos referidos lugares de sociabilidade se fundamentou no conhecimento prévio de que por meio deles seria possível significar a proposta educacional a partir dos

¹³A autora trabalha o conceito a partir de TREBITSCH, Michel. *Avant-propos*: la chapelle, le clan et le microcosme. Les Cahiers de L'IHTP (20), mai 1992; e SIRINELLI, Jean François. *Le hasard ou la nécessité*: une histoire en chantier: I^{er} histoire des intellectuels. Vingtième Siècle: Revue d'histoire (9), jan./maio 1986.

diferentes tempos, espaços e redes de relações que João Pinheiro transitou a fim de elaborá-la. Adentrou-se, assim, o lugar do político¹⁴, marcado pelo debate da recuperação econômica e do progresso nas Minas Gerais do início do século XX, sem o qual a discussão da formação do trabalhador do campo não faz o menor sentido.

Todavia, foi a partir da constatação de que “os intelectuais, ao mesmo tempo, inserem-se no campo cultural mais abrangente do qual são contemporâneos, e nele procuram demarcar fronteiras capazes de lhes assegurar identidades individuais e coletivas”(GOMES, 1999, p.11), que as características do projeto político de João Pinheiro começaram a se delinear mais satisfatoriamente. Entretanto, chamo atenção para o fato de que nesta dissertação não trato João Pinheiro como um intelectual. Isto porque as minhas escolhas durante o processo de pesquisa não me permitiram produzir elementos suficientes para compreendê-lo como tal. Ainda assim, destaco que as reflexões elaboradas a partir das leituras que realizei sobre a vertente teórico-metodológica história dos intelectuais me permitiram compreender – como dito ainda há pouco – os diferentes tempos, espaços e redes de relações das quais João Pinheiro se utilizou para elaborar uma proposta para a educação do trabalhador do campo.

Além da história dos intelectuais, tem sido importante a discussão proposta pela nova história política, mais precisamente a vertente que concentra seus objetos em torno dos conceitos de imaginário, simbologia e cultura. A política, por essa razão, não é abordada “no nível da consciência e da ação informada por projetos e interesses claros e racionais, mas no nível do inconsciente, das representações, do comportamento e dos valores” (MOTTA, 1996, p.84). Para o autor, o conceito de cultura¹⁵ é mais adequado à necessidade de respeitar as diferenças e as identidades particulares existentes entre os grupos ou dentro deles, evitando generalizações abusivas.

A opção dos historiadores pelo enfoque antropológico se efetivou no reconhecimento das permanências – sem perder de vista os aspectos relativos às mudanças – como podemos observar em Rémond (2003), Berstein (1998), Motta (1996), Rosanvallon (1996), e Julliard (1976). Trata-se, portanto, de abordar a transformação social a partir da dialética entre a estrutura e os acontecimentos, entre o social e o político, recorrendo,

¹⁴Ver RÉMOND, René. *Do Político*. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma História Política*. Tradução: Dora Rocha, 2ª edição. FGV Editora, 2003.

¹⁵Cultura, segundo a definição mais corrente entre os estudos antropológicos, “seria o conjunto complexo constituído pela linguagem, comportamento, valores, crenças, representações e tradições partilhados por determinado grupo humano e que lhe conferem uma identidade.” (MOTTA, 1996, p.84).

muitas vezes, ao lugar das diferenças e das especificidades, em que o conceito de “cultura política” se aplica com grande eficácia. Para Berstein (1998), a verdadeira aposta está em compreender as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político. A qualidade da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história por meio do fenômeno da cultura política se deve à própria natureza deste, pois, por apresentar múltiplos parâmetros, exclui explicações unívocas, e permite a adequação à complexidade dos comportamentos humanos. Situa-se aqui, a meu ver, uma interseção favorável ao estudo da contribuição intelectual de João Pinheiro, uma vez que sua proposição para a formação do trabalhador do campo – atrelada ao debate da recuperação econômica e do progresso em Minas Gerais – se elaborou na interação com a linguagem, valores, crenças, representações e tradições partilhadas, especialmente, em um determinado grupo: o republicano.

A hipótese das investigações sobre a cultura política é de que, sedimentada no homem adulto, constituiria o “núcleo duro” que informa as suas escolhas em conformidade com a visão de mundo que traduz. É, ao mesmo tempo, um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos.

O conceito de cultura política desenvolvido por Berstein (1998) tem origem na definição de Jean-François Sirinelli, em que se trata de

‘uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas’¹⁶. Desta definição, reteremos dois factos fundamentais: por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o carácter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país (BERSTEIN, 1998, p.350).

Ou, conforme definição de Motta (1996), o conceito pode ser caracterizado

como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por um determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos. Assim como a conceituação geral de cultura, só faz sentido falar-se em cultura política quando se trata de normas, valores, etc razoavelmente arraigados, estruturados; quando se estabelecem tradições que

¹⁶O autor cita Jean-François Sirinelli dir., *Historie des droites*, t. 2, Cultures, Paris, Gallimard, 1992, pp. III-IV.

são reproduzidas por várias gerações. O conceito não se aplica a fenômenos superficiais e passageiros (MOTTA, 1996, p. 86).

Nota-se, imediatamente – inclusive pelo teor das preocupações de Motta (1996) –, que essas definições envolvem conceitos polêmicos e difíceis de determinar a abrangência e limites. O conceito de “imaginário social” trazido pelo autor, reúne outras noções importantes para se compreender a cultura política. Por “imaginário”, ou “imaginação social”, compreende-se a representação ou o conjunto de representações imagéticas de determinadas manifestações da vida social, entre as quais foram mencionadas crenças, utopias, anseios, temores, valores, importantes por significar certos aspectos da realidade, contribuindo para que, no interior dos grupos sociais, sejam produzidas coesão e identidade. Dessa maneira, o imaginário, enquanto objeto de estudo, remete às representações mentais instituídas pelos diversos grupos sociais e, conseqüentemente, à lógica das práticas e dos comportamentos coletivos (MOTTA, 1996).

As representações correspondem à necessidade humana de dar ao mundo uma ordem e produzir um conhecimento sobre a realidade, ou lhe atribuir um sentido; informam a ação, propondo meios e estratégias de intervenção na sociedade; podem contribuir para a legitimação de determinadas práticas e arranjos sociais. A esse respeito o autor cita a constituição de uma mitologia política: esta se dá por meio de ações concretas, como os discursos, as propagandas, as intervenções políticas, e, só se efetivará caso expresse demandas ou temores sociais preexistentes, ou caso consiga criá-los. Quer dizer que, em certa medida, os processos de legitimação política dependem do estabelecimento de um imaginário que traduza, em nível da mentalidade popular, as mensagens e valores de poder.

Voltando à definição de Berstein (1998), a cultura política deve ser abordada como um conjunto relacional de elementos referentes às práticas políticas de um determinado grupo, permitindo compreender não apenas uma forma de identidade coletiva, mas também a formação de identidades individuais. Segundo o autor, um conjunto homogêneo apresenta componentes diversos que orientam, simultaneamente, a uma leitura comum do passado e uma projeção no futuro, colocando em simbiose uma base filosófica ou doutrinal e, para enunciar o todo, um discurso codificado, ritos e símbolos portadores de significação. Por essa razão, fica evidente que a noção de cultura política

está estreitamente associada à cultura global, mas, vale destacar que o seu campo de aplicação não é outro senão o político.

Ademais, os diversos grupos sociais não partilham, exclusivamente, das mesmas estruturas culturais, evidenciando, portanto, nuances, particularidades e divisões num território comum. Este fato é, para Motta (1996), a razão de se empregar o conceito de “subculturas”. Presentes nas grandes formações sociais, as subculturas partilhariam de alguns elementos da cultura *mater*, mas, ao mesmo tempo, possuiriam características próprias. Para Berstein (1998),

no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que corresponde à área dos valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas (BERSTEIN, 1998, p.354).

A dimensão plural proposta por Berstein (1998) evidencia o clima de tensão em que as diversas culturas políticas buscam expandir as suas zonas de abrangência dentro de um território comum. Nesse processo, a cultura que assume uma posição dominante, em relação àquelas que lhe são contemporâneas, acaba por definir um conjunto de referências que passa a ser difundido em nível global. Mas não sem produzir conflitos e tensões em que as culturas políticas precisam operar rearranjos, sejam alterações na elaboração a respeito do passado e projeção para o futuro, seja reinventando códigos, assimilando parte das referências dominantes ou mesmo estabelecendo a sua identidade na total rejeição a estas. Esse movimento dialético – caracterizado não só por oposições e rupturas, mas também aproximações – é revelador da presença de um fenômeno evolutivo, correspondente a um determinado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento de uma cultura política, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo.

A eficácia da cultura política como um referencial para o comportamento do indivíduo resulta, antes de qualquer outra coisa, da lentidão e da complexidade da sua elaboração. Os indivíduos, ao longo de suas vidas, entram em contato com diversos canais – ou “vetores”, na definição de Berstein (1998) –, por meio dos quais lhes é inculcido, mais ou menos diretamente, um conjunto de normas, valores e reflexões, constituintes de uma bagagem política. Entre esses vetores, podem ser destacados a família, as

instituições de ensino, os grupos sociais, o meio de trabalho, os partidos políticos, entre outros espaços de sociabilidade. A ação, portanto, é múltipla, variada, por vezes antagonica, mas produtora de um “clima cultural” em que são disseminados temas, modelos, normas, modos de raciocínios a serem interiorizados; “é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais resultante do que uma mensagem unívoca” (BERSTEIN, 1998, p.357). No plano da coletividade, o conceito fornece uma chave para a compreensão dos elementos que se referem à coesão dos grupos, sejam suas visões compartilhadas de mundo, as normas, as crenças, os valores, os símbolos ou os gestos.

Como já dito, os conceitos de projeto individual e projeto social, discutidos em Velho (1994), contribuíram para ampliar a compreensão a respeito da elaboração do projeto político de João Pinheiro, produzindo uma percepção sensível não apenas sobre a sua perspicácia de análise ou sua capacidade estratégica, mas, em especial, sobre a manifestação dos desejos, dos medos, das frustrações, dos sonhos, das projeções para o futuro, dos acasos. Conforme o autor, esse homem – a quem é permitido comunicar as próprias emoções aos seus pares, fazer escolhas a partir delas e diferenciar-se enquanto indivíduo – começou a ser gestado no seio das sociedades complexas moderno-contemporâneas. A noção de que o indivíduo pode fazer escolhas, garantindo, assim, a sua marca pessoal e produção biográfica, é a base para se pensar em projeto.

Os projetos individuais, por mais variados que se manifestem, estão vinculados a contextos sócio-culturais específicos. Não podendo ser um fenômeno puramente subjetivo, um projeto individual é elaborado na relação com um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo, como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes (VELHO, 1994). Assim, vale ressaltar que o projeto individual precisa fazer sentido num processo de interação como os contemporâneos, ainda que seja desaprovado.

Pode-se inferir que existe projeto quando há alguma ação com objetivo predeterminado, e é por meio da verbalização que são percebidas indicações mais precisas sobre os projetos individuais. Dessa maneira, o caráter consciente do processo de projetar está diretamente relacionado ao poder de reflexão e explicação do sujeito sobre sua ação e conduta. Portanto, “o projeto é algo que pode ser comunicado. A própria condição de sua existência é a possibilidade de comunicação” (VELHO, 1994, p.27).

Os projetos são dinâmicos e têm caráter transitório, pois, na medida em que o indivíduo constrói sua biografia, está sujeito à ação de outros indivíduos e às transformações sócio-históricas. Assim, os projetos referem-se sempre a outros projetos e condutas identificáveis no tempo e no espaço. Quanto maior for o acesso a experiências diversificadas, com visões de mundo contrastantes, quanto mais ampliada for sua rede de relações ao nível do cotidiano, mais precisa será sua autopercepção de individualidade. “Por sua vez, a essa consciência da individualidade – fabricada dentro de uma experiência cultural específica – corresponderá uma maior elaboração de um projeto” (VELHO, 1994, p.32).

Para o autor, um projeto terá uma dimensão política na medida em que represente algum grupo de interesse, “embora não se esgote a esse nível, pois a viabilidade política propriamente dependerá de sua eficácia em mapear e dar sentido às emoções e sentimentos individuais” (VELHO, 1994, p.33). Dessa maneira, é possível identificar grupos que, através de suas trajetórias e posição em relação ao resto da sociedade, têm maiores condições de divulgar os seus projetos. Há, certamente, todo um conjunto de variáveis – como poder econômico, militar – que interferem no espaço cultural, “mas é importante verificar o potencial intrínseco de um projeto social que só pode ser compreendido através do conjunto de símbolos a que está associado e que veicula” (VELHO, 1994, p.34).

A eficácia simbólica e política de um projeto correspondem à capacidade de estabelecer uma leitura convincente de realidade, coerente e gratificante (VELHO, 1994, p.33). Assim, um projeto social dominante manifestará um elevado grau de comunicação e, portanto, poderá transitar em diversos setores da sociedade, cativando pares. Quanto maior for sua eficácia simbólica e política, maior será a sua capacidade de aglutinar diferentes projetos individuais.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo discuto a maneira como se deu a adesão de João Pinheiro ao ideário republicano e a sua inserção na esfera das elites políticas mineiras. Destaco, neste capítulo, a sua vivência familiar e a passagem pelas instituições em que se educou, a importância das experiências familiares e dessas instituições em sua formação política, assim como as redes de sociabilidade que delas decorreram.

No segundo capítulo discuto a maneira como João Pinheiro se inseriu no debate sobre o progresso e a recuperação econômica em Minas, destacando como a sua experiência no

setor industrial demandou uma militância político-partidária. Discuto a sua atuação na Presidência do Congresso, Agrícola, Comercial e Industrial de 1903. E, ainda neste capítulo, discuto como as recomendações acerca da diversificação econômica, do protecionismo e do ensino agrícola se articularam delineando um projeto político que foi imediatamente incorporado ao Governo Francisco Sales (1902-1906) e, mais tarde, ao Governo João Pinheiro (1906-1908).

No terceiro capítulo discuto a proposição de João Pinheiro para a educação do trabalhador do campo. Neste capítulo busquei enfatizar a maneira como a sua proposição se articulou ao projeto político voltado para o progresso e para a recuperação econômica de Minas, o qual João Pinheiro se empenhou em defender e implementar durante a década de 1900. No contexto do plano de modernização da agricultura em Minas e da reorganização do trabalho no campo, o ensino agrícola foi tomado como uma estratégia para a formação dos “inteligentes operários rurais”, como definiu João Pinheiro.

CAPÍTULO I

A adesão de João Pinheiro da Silva ao ideário republicano e sua inserção na esfera das elites políticas mineiras

O objetivo deste capítulo é refletir sobre a maneira como se deu a adesão de João Pinheiro ao ideário republicano e a sua inserção na esfera das elites políticas mineiras. Para tal, utilizarei o conceito de cultura política, sobretudo a noção de “vetores”, discutida por Berstein (1998). Em boa medida, a relevância da trajetória política de João Pinheiro é atribuída à sua atuação no debate da recuperação econômica e do progresso para Minas Gerais nos tempos iniciais da República. E, por essa razão, um segundo objetivo coincide com o desejo de produzir elementos que possam contribuir para a compreensão de seu projeto político.

A cultura política deve ser abordada como um conjunto relacional de elementos referentes às práticas políticas de um determinado grupo, permitindo compreender não apenas uma forma de identidade coletiva, mas também a formação de identidades individuais. Na análise de Berstein (1998), um conjunto homogêneo apresenta componentes diversas que orientam, simultaneamente, a uma leitura comum do passado e uma projeção no futuro, colocando em simbiose uma base filosófica ou doutrinal e, para enunciar o todo, um discurso codificado, ritos e símbolos portadores de significação. Assim, fica evidente que a noção de cultura política está estreitamente associada à cultura global, mas, vale destacar que o seu campo de aplicação não é outro senão o político.

No tocante à formação política de João Pinheiro, Costa (2006) foi uma referência de grande valia. Sua maior contribuição, sem dúvida, foi evidenciar, na trajetória de João Pinheiro, o percurso anterior a sua passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo. Com base na discussão do autor, pode-se considerar a convivência familiar e a sua passagem pelo Seminário de Mariana, pela Escola de Minas de Ouro Preto – EMOP – e a pela Faculdade de Direito de São Paulo como tempos e espaços privilegiados através dos quais João Pinheiro constituiu a sua formação política. Por meio da análise desses tempos e espaços, é possível observar como se deu a sua adesão ao republicanismo e a sua inserção na esfera das elites política mineiras. Ademais, busco aplicar a metodologia utilizada em Gonçalves (2008), voltando a atenção para as redes de relações que contribuíram para a inserção de João Pinheiro na esfera das elites políticas mineiras,

tendo em vista tanto as organizações estruturais, quanto os laços de afeto e as sensibilidades desenvolvidas nessas redes, enquanto constitutivas de um campo-político cultural específico e, portanto, produtoras de um determinado tipo de intervenção na sociedade.

1.1. A vivência familiar e o interesse pelo ideário republicano: o desejo de uma posição menos má na sociedade¹⁷

A carreira política não era um sonho de criança ou um projeto familiar para o menino Joãozinho – assim era chamado por seus familiares. A família materna, com a qual viveu a infância e parte da juventude, ocupava uma posição pouco privilegiada na estrutura hierarquizada em que se organizava a sociedade imperial¹⁸. Todavia, não se pode dizer que era de origem humilde senão em caráter relativo. A experiência familiar aproximou João Pinheiro do ideário republicano, deixando as bases para a sua adesão política, e colaborou para que viesse a adquirir uma educação formal, condição que favoreceu a sua inserção na esfera das elites políticas mineiras.

O pai de João Pinheiro, Giuseppe Pignataro, era um italiano que chegou ao Brasil por volta de 1848¹⁹. Possuía o ofício de caldeireiro. No Brasil adotou o nome José Pinheiro da Silva (BARBOSA, 1966).

Giuseppe e Carolina – a mãe de João Pinheiro – se casaram em Ouro Preto, no ano de 1854. O casal fixou residência no Serro e lá tiveram os seus três filhos. O primogênito nasceu em 1856 e herdou o nome que o pai adotou no Brasil. O segundo filho do casal nasceu em 1859, mas faleceu antes de completar um ano de idade. João Pinheiro da Silva foi o terceiro filho, nascido em 16 de dezembro de 1860 (BARBOSA, 1966, p.25).

¹⁷Ver De SILVA, João Pinheiro da, São Paulo-SP, para Luís Antônio Pinto, Serro-MG. 08/06/1884, cx. 2, doc. 23. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM.

¹⁸Ver Alonso (2002). Com base na discussão de Florestan Fernandes – FERNANDES, F.(1977). *Circuito Fechado*. São Paulo, Hucitec. –, a autora apresenta a noção de cidadania plena no Império como prerrogativa de um grupo circunscrito, caracterizando “uma sociedade civil ultra-seletiva” (FERNANDES, 1977:44 apud ALONSO, 2002:59). No ápice da estratificação social encontravam-se os grandes proprietários de terras e escravos. Esta camada detivera o monopólio dos benefícios e recursos inatingíveis e mesmo impensáveis para os grupos em posição hierarquicamente inferior. Num segundo plano, encontravam-se os pequenos proprietários, o funcionalismo público, os comerciantes, toda a sorte de letrados. Na base encontravam-se os homens livres pobres. Quanto aos escravos, não lhes foi conferido o estatuto de cidadão nem formalizada a sua situação de mercadoria (ALONSO, 2002:59-58).

¹⁹Nos arquivos pesquisados não encontrei qualquer documento que permitisse pensar uma aproximação entre João Pinheiro e a família paterna. Suponho que o Sr. Giuseppe chegou só ao Brasil e não foi possível dizer se ele manteve algum tipo de contato com sua família italiana ou terra natal.

Levavam uma vida modesta, com relativa estabilidade financeira, até que uma série de contrariedades os deixou em más condições (COSTA, 2006). No ano de 1862, em janeiro, um grupo de três italianos que estava de passagem pelo Serro foi preso, acusado de invadir a fazenda do Capitão Venâncio Lucas da Costa, matar um de seus escravos e roubar dinheiro em notas e moedas de ouro e prata. No dia seguinte à invasão, o Sr. Giuseppe também foi preso, sob a acusação de cumplicidade. Além da suspeita de ter havido algum tipo de contato entre ele e o grupo acusado, incriminava-lhe o fato de, há poucos dias, ter contraído um empréstimo com o capitão. Sua justificativa era pagar um carroto de tecidos comprado no Rio de Janeiro. O caso foi a julgamento no mês de abril. Dois dos italianos foram condenados à morte, outro à prisão perpétua, e o Sr. Giuseppe foi absolvido da acusação. Entretanto, permaneceu a dúvida sobre seu envolvimento no crime, sendo a sua absolvição atribuída às habilidades do Dr. João Pinto Moreira, que veio de Ouro Preto para defendê-lo²⁰.

O Sr. Giuseppe e a D. Carolina encontravam-se em circunstância delicada. Pois o período em que esteve preso trouxe dívidas à família e no Serro já não podiam mais contar com a confiança dos cidadãos. O Sr. Giuseppe, então, precisou buscar trabalho em outros lugares, como Ouro Preto e Rio de Janeiro (COSTA, 2006). Dona Carolina e os filhos passaram a morar em casa dos parentes à espera que o Sr. Giuseppe pudesse novamente prover-lhes o sustento. Do momento em que decorre a sua prisão, seguido das contrariedades que o afastou do convívio de D. Carolina e dos filhos, e, posteriormente, a sua morte inesperada, é possível notar que se estabeleceu e perdurou uma rede de solidariedade entre D. Carolina e seus familiares. Essa rede permitiu a ela manter o seu sustento e o dos filhos, assim como educá-los.

Dona Carolina Augusta de Moraes era de Caeté, Minas Gerais. Lá moravam os seus pais, o Sr. Antônio Pedro Pinto, que era professor de primeiras letras, e a Dona Joaquina Rosa de Moraes; a sua irmã Maria e o esposo; e o seu irmão, o Sr. Luís Antônio Pinto que foi professor, genealogista e pesquisador da História do Serro, Diamantina e adjacências²¹.

²⁰Dossiê relativo ao processo criminal envolvendo o italiano José Pinheiro da Silva em 1862 (recorte do jornal *O Jequitinhonha*, de 16/04/1862). 09/05/1862, série I, cx. 1, doc. 1. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM.

²¹Conforme consta na ficha descritiva do seu arquivo privado no APM, disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=37>, 29/03/2010.

Em agosto de 1860, mudou-se de Caeté para o Serro, onde estabeleceu boas relações. Nessa época D. Carolina e o Sr. Giuseppe já haviam fixado residência no Serro. Os documentos consultados se referem ao Sr. Luís como alferes, mas, por meio deles, não pude precisar como e quando isso ocorreu. Acredito que ele tenha sido nomeado alferes entre os anos de 1864 e 1865, período em que participou de diligências para conter uma suposta rebelião de escravos no Serro e também integrou o 8º Batalhão de Voluntários da Pátria, durante a Guerra do Paraguai²². Luís teria retornado ao Serro como herói de guerra (COSTA, 2006).

No arraial de Nossa Senhora do Porto, distrito de Guanhões, moravam a sua irmã Policena e o marido, Francisco Alves, que era professor. Foi ele o responsável por ensinar o menino João Pinheiro a ler e escrever. Além do Sr. Luís, da D. Maria e da D. Policena, havia ainda outros dois irmãos, o Guilherme e o Raimundo. Este último morreu nos campos de batalha da Guerra do Paraguai.

Por meio de correspondências localizadas, em sua maioria, no arquivo privado do alferes Luís Antônio Pinto, pertencente ao APM, Costa (2006) produziu uma reconstituição dos passos de D. Carolina em direção aos seus familiares no momento em que ela se percebeu desamparada pelo marido. As correspondências foram trocadas entre o Sr. Luís e o pai²³, o cunhado Francisco Alves²⁴, D. Carolina²⁵, o Sr. Giuseppe²⁶, e o menino João Pinheiro²⁷. Nota-se como D. Carolina mobilizou seus familiares e estabeleceu fortes vínculos com o irmão Luís.

Em 1862, logo após o julgamento do marido, D. Carolina e os filhos estiveram por cerca de dois meses em companhia da D. Policena e do Sr. Francisco Alves, no arraial

²²Concluo desta maneira com base numa carta que o Sr. Luís escreveu ao João Pinheiro, provavelmente no período entre 1906 e 1908. Nesta carta descreve a sua trajetória e, assim, é possível perceber que antes de 1864 ele não possuía vínculos com as instituições que atuavam no policiamento do Serro. Identificação do documento: De PINTO, Luís Antônio, Serro-MG, para João Pinheiro da Silva. sd., cx. 28, doc. 3586. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM.

²³Ver os documentos 4 (de 30/05/1862), 5 (de 26/07/1862), 10 (de 06/11/1865), 11 (de 24/11/1865), e 18 (de 01/10/1868), localizados na cx. 3 do Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no APM.

²⁴Ver os documentos 33 (de 23/02/1868), 41 (de 02/07/1869), e 53 (de 08/03/1870), localizados na cx. 3 do Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no APM.

²⁵Ver os documentos 36 (de 08/03/1869), 42 (de 09/07/1869), 43 (de 16/07/1869), 47 (de 22/09/1869), 61 (de 05/02/1871), e 71 (de 02/04/1872), localizados na cx. 3 e o documento 77 (de 22/08/1876), localizado na cx. 4. Ambas as caixas pertencem ao Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no APM. Ver também o documento 1 (de 23/04/1871), localizado na cx. 1 do Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM.

²⁶Ver o documento 14 (de 09/12/1869), localizado na cx. 2 do Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no APM. Obs.: na identificação deste documento consta o nome adotado no Brasil, José Pinheiro da Silva.

²⁷Ver o documento 13 (de 10/01/1868), localizado na cx. 2 do Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM.

de Nossa Senhora do Porto. Em julho, o Sr. Antônio Pedro Pinto escreveu ao filho Luís dizendo que o Sr. Giuseppe e a família estavam vivendo em Caeté. Segundo Costa (2006), no arquivo privado do alferes Luís Antônio Pinto, outras referências sobre eles apareceram somente em fevereiro de 1868, numa carta remetida pelo Sr. Francisco Alves. Nessa ocasião, os quatro residiam junto ao Sr. Francisco e à D. Policena. A essa data, o menino João Pinheiro, com sete anos, já escrevia. Em janeiro enviara uma carta ao tio Luís solicitando que lhes fizesse uma visita, a qual daria a todos muito prazer, conforme suas palavras. Para o autor, foi nesse momento que os dois passaram a estabelecer uma relação mais próxima (COSTA, 2006, p.73).

Em março de 1869, D. Carolina escreveu ao seu irmão Luís em favor do marido, respondendo às maledicências relatadas por ele em carta anterior. Mesmo transcorridos quase sete anos após o julgamento no qual o Sr. Giuseppe foi declarado inocente, no Serro o clima de desconfiança permanecia. Ela exortava o irmão a desconsiderar tais comentários e avaliar a honra de seu marido baseando-se no tempo em que morou junto a eles, quando se mudou para o Serro. Defendia que o Sr. Giuseppe era “do número dos bons pais de família” e se não a tratava melhor isso se devia ao fato de não ter condições (De MORAES, 1869, para Luís Antônio Pinto, cx.3, doc.36. Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no APM). Entretanto, cartas posteriores enviadas ao Sr. Luís pelo cunhado Francisco e por D. Carolina, demonstram que ela passou a se sentir incomodada em relação ao marido.

Desde janeiro de 1869, o Sr. Giuseppe havia se fixado em Ouro Preto desejando se estabelecer no comércio. Sua família permaneceu no arraial de Nossa Senhora do Porto. Estava a quase seis meses longe do convívio da família – apenas enviava algumas notícias – quando D. Carolina decidiu-se ir ao seu encontro. No dia 09 de julho de 1869, em vias de efetivar a viagem, ela escreveu ao Sr. Luís dizendo que temia encontrar o marido “no erro” (De MORAES, 1869, para Luís Antônio Pinto, cx. 3, doc. 42. Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no APM). Nesta carta recomendou que se algo de ruim acontecesse a ela, o irmão deveria “tomar conta de Joãozinho e mandar lhe ensinar algum ofício” (De MORAES, 1869, para Luís Antônio Pinto, cx. 3, doc. 42. Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no APM). Para Costa (2006), é possível que o menino estivesse em companhia do tio, no Serro. Todavia, chamou-lhe atenção a confiança que se firmou entre D. Carolina e o irmão. Merece destaque não somente a preocupação de que no futuro o filho viesse a adquirir condições de se sustentar pelo

seu próprio trabalho, mas também a maneira como incumbe o irmão da tarefa de ajudá-lo.

Com a morte do Sr. Antônio Pedro D. Carolina resolveu adiantar a viagem a Ouro Preto, mesmo com a notícia de que o Sr. Giuseppe teria se dirigido para o Rio de Janeiro. No dia 22 de setembro de 1869 escreveu novamente ao irmão²⁸ relatando ter ido a Ouro Preto, na companhia do cunhado Francisco, onde encontrou o marido em situação de trabalho. Dona Carolina, então, justificou as cartas anteriores como atitudes de cautela diante do desamparo que sentira e afirmou que ela e o marido estavam em boa fase da vida de casados. O Sr. Giuseppe havia estabelecido uma relação de negócios entre o Rio de Janeiro e Ouro Preto, para onde pretendia levar a família. No início de 1870, já com a mudança marcada, viajou a trabalho para o Rio de Janeiro, mas, nesta viagem, vitimado pela febre amarela veio a falecer (COSTA, 2006).

Em 02 de abril de 1872, D. Carolina escreveu ao seu irmão Luís para fazer-lhe um pedido de ajuda (De MORAES, 1872, para Luís Antônio Pinto, cx. 3, doc. 71. Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no APM) – com a morte do marido, sua situação teria se tornado ainda mais delicada. Solicitava que o Sr. Luís conversasse com o seu outro irmão, o Guilherme, para que os dois lhe pagassem uma pensão mensal durante oito anos. Dona Carolina e o filho João encontravam-se morando no município de Caeté, em companhia de D. Maria e seu esposo. Contudo, como este estava desempregado, a permanência de D. Carolina e do filho em sua casa tornava-se bastante constrangedora. A pensão seria útil para que tivessem o próprio lar e pudessem fazer as despesas, pois não era suficiente o dinheiro que ela ganhava com as pequenas costuras que fazia (De MORAES, 1872, para Luís Antônio Pinto, cx. 3, doc. 71. Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no APM).

Nessa época, os estudos de João Pinheiro eram ministrados pelo padre Delfino – que acredito ter sido próximo à D. Carolina – e, um pouco mais tarde, passaram ao padre João de Santo Antônio, padrinho do menino. José, o filho mais velho, em 1871 ingressara no Seminário de Mariana onde o padre Francesco Ornela havia se encarregado da maior parte de suas despesas. Os oito anos da pensão solicitada por D. Carolina aos irmãos correspondiam ao tempo que José precisaria para concluir seus estudos no seminário e, então, pudesse se encarregar da mãe e do irmão (De MORAES,

²⁸Costa (2006) utilizou o documento 47, de 22/09/1869, localizado na cx. 3 do Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no APM (COSTA, 2006, p.76).

1872, para Luís Antônio Pinto, cx. 3, doc. 71. Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no APM). Ele ordenou-se padre em 1879 e passou a ministrar aulas de latim no Seminário de Mariana, momento em que João Pinheiro lá ingressou sob a sua proteção (COSTA, 2006). Vale ressaltar que após a morte do marido, a preocupação de D. Carolina com a educação dos filhos tornou-se ainda maior. Ao analisar a trajetória familiar de João Pinheiro, Gomes (2005, p.83) ressalta que os “seminários, ao lado da educação militar, eram sabidamente uma das soluções encontradas pelas famílias pobres para dar boa educação aos filhos”.

No que diz respeito à trajetória familiar e ao envolvimento na formação de João Pinheiro, o arquivo privado do Sr. Luís deixa D. Carolina numa posição privilegiada em relação aos demais familiares. Conforme busco demonstrar adiante, no caso do Sr. Luís, os documentos encontrados permitem afirmar que houve, além de um afeto mútuo, uma identificação quanto aos valores defendidos e à adesão política. Meu objetivo até então foi evidenciar que a D. Carolina e o Sr. Luís compõem uma amostra da atmosfera familiar – na qual eram mobilizados determinados sentimentos, valores, apreensões da realidade, projetos – em que João Pinheiro viveu os seus primeiros anos. Conforme Motta (2009), entre os vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas, no caso das famílias estamos diante de algo que se reporta à ligação dos indivíduos a grupos sociais mais abrangentes, que têm participação em sua formação para além da dimensão política. Ao menos em parte, a adesão política nesse caso decorre da identificação com os valores defendidos pelo grupo, de modo que, a escolha política pode revelar a fidelidade aos familiares.

Em cartas que o João Pinheiro escreveu para mãe, o irmão e o tio, pode-se notar a recorrência da afirmação dos valores apreendidos na experiência familiar. Geralmente, atribuídos à figura da mãe, aparecem o trabalho, a honra, a resignação, e a trajetória da família é representada na condição de humilhação. Destaco uma dessas cartas, a qual pode ser pensada sob o aspecto da fidelidade aos familiares. No dia 1º de janeiro de 1885, da Ladeira do Carmo, nº7, em São Paulo, João Pinheiro escreveu à D. Carolina. Fazia algum tempo que ela não escrevia e, portanto, o filho questionava se isso era devido a algum aborrecimento que teria lhe causado. Fica evidente que ele cogitava que as suas escolhas vinham perturbando-a e, nesse caso, merece atenção a maneira como buscou se explicar:

Será algum ressentimento comigo? Não. Minha mãe me acusaria neste caso, repreender-me-ia da falta, daria suas razões, e eu, vos explicaria um proceder que vos tivesse parecido sem razão, ou então pediria um perdão e me havia de emendar.

Se os vossos conselhos sempre foram santos, ditados com tão bom desejo da felicidade de seus filhos, e que – em horas de desalento – sempre me valem; se foram êles que formaram meu coração de criança; ensinando-me a obediência e o respeito aos mais velhos; se a vossa vida imaculada (...) é um orgulho que ninguém pode reparar – ... se a vossa vida de trabalho, honrada, de lágrimas, é exemplo vivo diante de meus olhos para o cumprimento do dever ...

Não, minha Mãe, não penseis – como Vosmicê poderá julgar – que eu, me julgando um sábio, despreze as vossas admoestações!

Se não me perdi nas ruas de Caeté, foi porque Vosmicê desviou-me das más companhias, fêz-me ficar amante da solidão; e eu, muitas vêzes, nas horas de meus estudos, no momento de meus triunfos, vos abençoo. Às vêzes, quero desesperar da vida, uma contrariedade parece abater-me; entretanto, vejo passar em minha memória a vossa figura sempre resignada, e também resigno-me (De SILVA, João Pinheiro da, São Paulo, para Carolina Augusta de Moraes, Caeté-MG. 01/01/1885. In: Barbosa, 1966, pp.334-335).

Em momento algum foi demarcado qualquer tipo de rompimento. Ao contrário. João Pinheiro enunciava uma relação de proximidade entre as suas ações e a educação proporcionada pela mãe. Penso que, implicitamente, buscava justificar o caminho que vinha trilhando a partir do tipo de educação que recebeu. O trabalho, a honra, a resignação, e mesmo a solidão aparecem como valores para viver as contrariedades e “para o cumprimento do dever”. Aproximando esta carta de um conjunto escrito no período que compreende desde a sua estadia em São Paulo até os primeiros anos da República em Minas – quando ele já atuava junto à elite política mineira –, nota-se que suas conquistas são atribuídas, em especial, a educação familiar, da qual ele não teria se desviado.

Além de D. Carolina, o Sr. Luís também teve grande importância em sua formação, sobretudo no que diz respeito à dimensão política. Por meio da análise de correspondências trocadas entre os dois, é possível perceber as semelhanças que cultivavam, tais como o entusiasmo pelas idéias republicanas, a defesa da moral e da honra, a fidelidade à família, “o desejo d’uma posição menos má na sociedade” (De SILVA, 1884, para Luís Antônio Pinto, cx. 2, doc. 23. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM).

Em carta enviada de São Paulo, em 08 de junho de 1884, João Pinheiro representa a sua trajetória: “E o meu caráter, retemperado assim em duras provas, de quem traz um nome

desconhecido, e que se torna o criador de si próprio”. Vale destacar que a sua apreensão não foge à maneira como a trajetória familiar era usualmente retratada. Nesta carta, ele pedia um empréstimo financeiro para continuar se mantendo em São Paulo, a fim de dar prosseguimento aos estudos iniciados na Faculdade de Direito. Mais que demonstrar o bom uso que seria feito do empréstimo, ele comunicava ao tio que havia se tornado um homem, o criador de si próprio. É interessante notar que há poucos dias ele integrara o Clube Republicano de São Paulo como sócio efetivo, intensificando o seu envolvimento político. Importantes decisões foram tomadas a partir de então. Concluído o curso de bacharel em ciências jurídicas e sociais ele retornou a Minas, estabelecendo banca de advogado em Ouro Preto. Envolveu-se nas ações propagandistas. Casou-se. E deu início a uma vida política pública marcada pelos importantes cargos que ocupou e pelo papel desempenhado junto aos seus correligionários.

João Pinheiro ficou órfão de pai aos nove anos e, em muitas ocasiões, foi o seu tio Luís quem lhe prestou esses cuidados. Em 31 de março de 1888, agradecendo as felicitações pela conquista recente do título de bacharel em ciências jurídicas e os votos de animação que lhe foram remetidos anteriormente, escreveu ao tio:

Agradecido e muitas vêzes. Somos tão poucos nós os parentes, e já estando mortos os que mais poderiam apreciar a minha luta – o meu infeliz e desgraçado pai, proletário desprotegido que a sociedade fêz beber tanto fel, e meu avô, que de certo ficou muito aquém do que merecia –, sendo assim tão poucos, repito, alegra-me por muito o seu parabéns de tio (De SILVA, João Pinheiro da. Ouro Preto-MG, para Luís Antônio Pinto. 31/03/1888. In: Barbosa, 1966, pp.336-337).

Como se pode concluir, consonante ao que desejava D. Carolina, o Sr. Luís se ocupou de responsabilidades peculiares na formação do sobrinho. Além de eventual auxílio financeiro, ouvia do sobrinho sobre trabalho, questões amorosas, e o aconselhava. Com o retorno de João Pinheiro a Minas, instalando-se em Ouro Preto, os dois estabeleceram relações políticas as quais diziam respeito à propaganda e à consolidação do Partido Republicano na província.

Em carta anterior o Sr. Luís havia lhe apresentado um aliado político, o Sr. Félix Generoso. Por essa razão, na oportunidade do dia 31 de março de 1888, João Pinheiro respondia: “Já procurei e fui procurado pelo Sr. Félix Generoso. Estimo muitíssimo ter conhecido êste patricio, cujas relações me pareceram muito simpáticas” (De SILVA,

1888, para Luís Antônio Pinto. In: Barbosa, 1966, pp.336-337). Dizia ao Sr. Luís: “Sim, é preciso que meu tio trabalhe por mim (...)” (De SILVA, 1888, para Luís Antônio Pinto. In: Barbosa, 1966, pp.336-337). E, para isso recomendava o auxílio do Dr. José Pedro Araújo: “é muito amigo meu. E, sem uma só exceção, os meus companheiros de academia, e mesmo desde o Seminário, estimam-me: o Araújo em particular” (De SILVA, 1888, para Luís Antônio Pinto. In: Barbosa, 1966, pp.336-337). Nesse momento João Pinheiro ocupava-se de incentivar as agremiações entre correligionários em diversas localidades da província, visto os pleitos eleitorais que se aproximavam²⁹.

Em outubro de 1890, João Pinheiro escrevia ao Sr. Luís:

Peço ao meu tio ir ao Sêro; consultar o que concerne à política da maioria, se fôr possível; dedicados à República Progressista, se fôr isto o que se obtenha em minoria. Podes reformar o Diretório. Consulte ao Dr. José Pedro Araújo (...). Tudo combinado, me passe um telegrama pedindo as medidas e comunicando o Diretório criado (De SILVA, João Pinheiro da, Ouro Preto-MG, para Luís Antônio Pinto. Recebida em 08/10/1890. In: Barbosa, 1966, pp.338-339).

A esta altura, fundada a República, suas preocupações voltavam-se para a política de conciliação entre os republicanos históricos e adesistas. Nesta carta enviada ao tio, era anunciada a aproximação das eleições para a Constituinte e a forte oposição do Partido Católico. Novamente, a estratégia de fortalecer as agremiações locais fazia-se importante e, no Serro, era o Sr. Luís o seu *homem de confiança*. Vale ressaltar que ao apresentar estes últimos excertos não pretendi adentrar as questões políticas pertinentes, mas oferecer uma breve demonstração do tipo de envolvimento que pode ser percebido entre os dois.

Quanto à participação do tio em sua formação política, o próprio João Pinheiro afirmou:

²⁹Conforme Oilian José (1960), Ouro Preto tornou-se o maior centro republicano e o mais eficiente foco de propagação do movimento antimonárquico em Minas. Para o autor isso se deve ao fato de que lá se encontrava a maior concentração estudantil mineira. Os jovens que ali encerravam os seus estudos – eram eles: secundaristas, farmacêuticos e engenheiros – voltavam às suas localidades, no interior, dispostos a fundar clubes republicanos. Além disso, da Corte e de São Paulo chegavam mineiros formados em medicina, direito, farmácia e engenharia trazendo as idéias republicanas vigentes naqueles espaços (JOSÉ, 1960, p. 69). Especialmente a partir de 1870, cresceu o número de adesões republicanas e, com elas, os blocos antimonarquistas nas cidades, vilas e distritos mineiros. Em Ouro Preto, o Partido Republicano organizou-se em julho de 1888. João Pinheiro, que pertencia à sua liderança, destacou-se não apenas pelo seu empenho na organização formal do mesmo – o que culminou com o Congresso Republicano Mineiro em novembro de 1888 –, mas também por sua atuação nas viagens que fazia pelo interior do estado em favor da propaganda republicana.

impressão duradoura foi a que resultou para o meu espírito quando em sua fazenda, ouvi pela primeira vez a palavra República, e outras, e desde então o trabalho lento que se começou a operar levou-me (...) até a afirmação plena de tudo que meu tio tinha me ensinado (De SILVA, João Pinheiro da, Ouro Preto-MG, para Luís Antônio Pinto, Serro-MG. 15/11/1889, cx. 2, doc. 137. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM).

Em suas palavras a adesão ao republicanismo é atribuída à identificação com aquilo que era defendido pelo Sr. Luís; identificação que se operou ao longo de um determinado tempo. As experiências vivenciadas no Seminário de Mariana, na EMOP, e nas instituições que frequentou em São Paulo foram importantes para a sua formação política, entretanto, penso que o seu alicerce encontra-se na experiência familiar. Ou, conforme Motta (2009), na identificação aos valores familiares. A meu ver, o ideário republicano, sobretudo no que diz respeito à contestação do *status quo* imperial, mobilizava valores, crenças e projetos defendidos e partilhados no seio daquela família.

1.2. O Seminário de Mariana

Além dos esforços de D. Carolina, a educação de seus filhos dispôs da ajuda do padre João de Santo Antônio, padrinho de João Pinheiro. O primogênito, José, ordenou-se padre em 1879, tendo passado pela formação sacerdotal no Seminário de Mariana³⁰. No mesmo ano, João também ingressou no seminário, mas o abandonou após ter concluído os estudos de humanidades. Em seguida, encaminhou-se para a Escola de Minas de Ouro Preto mediante aprovação nos exames preparatórios (BARBOSA, 1966, p.25)³¹. O propósito educacional do Seminário de Mariana correspondia ao pensamento conservador (COSTA, 2006). Segundo Costa, a instituição buscava a reforma dos costumes do clero e da população mineira a fim conquistar espaços geográficos e sociais ameaçados, produzindo uma cristandade opositora às idéias racionalistas e materialistas, amplamente disseminadas naquele momento. Por outro lado, conforme observou o autor, no momento em que João Pinheiro ingressou no Seminário de

³⁰Para Gomes (2005), os seminários e a instrução militar eram “sabidamente” uma solução encontrada pelas famílias pobres para oferecer uma boa educação aos seus filhos.

³¹Cronologia. In: Barbosa (1966, pp. 23-50).

Mariana, o Brasil passava por grandes transformações econômicas e socioculturais, alterando-se valores, técnica e cultura. O mercado interno se desenvolvia e, como consequência, era intensificado o processo de urbanização. A gradativa extinção do sistema escravista desestruturava o *status quo* daquela sociedade e sua economia. A imigração de estrangeiros aumentava. Modernizava-se a infraestrutura dos meios de transporte e comunicação³². Conforme observou o autor, o processo de modernização em curso no começo da década de 1870 se constituiu a partir da tensão e dos conflitos entre as forças conservadoras e liberais que disputavam a hegemonia política do Estado. E o lançamento do Manifesto Republicano acentuou ainda mais essa tensão, suscitando um maior número de adeptos e simpatizantes ao republicanismo, instaurando uma nova força política dissonante das elites imperiais. Os conservadores se dividiam, basicamente, numa ala de tendência reformista e outra defensora da ordem estabelecida. Da mesma maneira os liberais se apresentavam em uma ala radical na discussão das reformas e outra que buscava reformas sem abalar a ordem vigente. Nesse cenário, dois projetos de sociedade estiveram claramente expostos e opostos: de um lado o catolicismo conservador, partidário da monarquia e do escravismo, e do outro a modernização, manifestada na instauração de um regime representativo, nos processos de urbanização – com suas formas específicas de produção e sociabilidade –, na predominância da ciência sobre as “verdades” religiosas, e na expansão capitalista (COSTA, 2006).

Ademais, com base em Alonso (2002), pode-se considerar que o projeto educativo da instituição, de certa maneira, representava a continuidade da monarquia. O catolicismo perpetuava a representação de uma sociedade estratificada, justificando-se na vontade divina. Não havia separação entre Estado e Igreja, e esta, por representações simbólicas, legitimava a monarquia: “a forma litúrgica do regime, a representação hierárquica da sociedade e o combustível de uma sociabilidade tradicional” (FREIRE, 1951 apud ALONSO, 2002, p.64). É bem possível que essa demarcação da fé católica como lugar de manutenção da monarquia tenha contribuído para que João Pinheiro deixasse o Seminário.

³²Segundo o autor, suas observações têm relação com a discussão de BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Conforme afirmou Amador Carneiro Nogueira Cobra, João Pinheiro já havia se tornado um republicano convicto quando ingressou no Seminário de Mariana³³. Os dois estiveram juntos na instituição e, em 1884, no Clube Republicano Mineiro em São Paulo. Além disso, Amador Cobra foi seu padrinho de casamento quando ele se uniu, em 25 de janeiro de 1890, à jovem normalista por quem se apaixonara, Helena de Barros. Vale fazer um desvio no texto para ressaltar que desse amor entre professor e aluna, nasceram onze filhos e a tradição de um grupo familiar, os Pinheiro, que pela preservação da memória do patriarca, marcou um “estilo de fazer política” com base nas suas principais idéias (GOMES, 2005).

Quanto à adesão de João Pinheiro ao republicanismo, Costa (2006) observa que desde menino ele esteve sob forte influência da “bela tradição republicana da Inconfidência”³⁴; ainda no Serro, ouvia do seu tio Luiz, por quem tinha grande afeto, as primeiras palavras sobre o republicanismo. Como já dito, quando moço, provavelmente entre os anos 1876 e 1879, viajava pelas terras mineiras acompanhando seu padrinho, o padre João de Santo Antônio, em trabalhos missionários. Este, um homem culto, conhecedor de História, aproveitava as viagens para ensinar ao afilhado a respeito do domínio português exercido no Brasil, a exploração das riquezas extraídas do solo mineiro nos tempos coloniais e como haviam surgido as vilas e as cidades nas Minas Gerais. Além desses ensinamentos, é possível que o jovem viajante se valesse também dos debates políticos em voga naquele momento, amplamente divulgados pelos jornais. É o caso do *Jornal Colombo*, de Campanha, que, em agosto de 1878, divulgou o *Manual Republicano* de Júlio Barni, com a finalidade de responder “O que é uma República” e “O que é Liberdade” – no conjunto das idéias republicanas (COSTA, 2006, p.83). Esse retrato da circulação das idéias políticas pela província garante uma boa coerência à hipótese. Ademais, conforme analisou Gonçalves (2009), a chegada do *Manifesto Republicano* a Minas, na década de 1870, suscitou um número crescente de adeptos, assim como manifestações de simpatia. Nesse cenário, a atuação propagandista dos vários jornais daquela época³⁵ teve grande importância na divulgação do ideal republicano.

³³COBRA, Amador. *O Presidente de Minas*. Série VI, Caderno 1, p. 79, doc. 110, cx. 32. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM.

³⁴Expressão utilizada por João Pinheiro em seu *Manifesto-programa*, publicado no *Jornal Minas Gerais*, de 12/02/1906. In: Barbosa (1966, p.144).

³⁵Gonçalves (2009) refere-se ao *Jornal O Jequitinhonha*, de Diamantina; *Pharol*, de Juiz de Fora; *Liberal Campanhense*, de Campanha. Segundo o autor, essas três cidades eram centros de irradiação da

1.3. A Escola de Minas de Ouro Preto

Em 1881, João Pinheiro iniciou os estudos na Escola de Minas de Ouro Preto. Segundo Costa (2006), nesta instituição trilhou o caminho do moderno. Segundo Faria (1992), a escola exercia um forte imperativo vocacional para os jovens que aspiravam a se aproximar das idéias modernas que, pouco a pouco, incorporavam-se ao imaginário mineiro.

A escola foi gestada no intento modernizador do Gabinete Rio Branco e fundada em 1876, pelo francês Claude-Henri Gorceix, seu principal idealizador. Sua estrutura correspondeu a uma demanda político-ideológica de uma parcela da elite que via nos estudos geológicos e mineralogistas uma oportunidade para superar a decadência da atividade mineradora. Para tanto, tinha-se como objetivo a formação de um corpo técnico com conhecimentos úteis às práticas da mineração (CARVALHO, 2002).

Gorceix dirigiu a escola por mais de quinze anos. O cerne de sua proposta educacional se estabelecia no vínculo entre ciência, conhecimento e progresso. E o método de ensino por ele implantado compreendia trabalhos práticos e uma organização pedagógica que exigia dos alunos freqüência às aulas e uma rotina diária de estudos (CARVALHO, 2002). Na análise de Costa (2006), foi nesse ambiente que João Pinheiro passou a se orientar pelo espírito da ciência e da razão e teve os seus primeiros contatos com as idéias de Comte, presentes na instituição. Além disso, naquele espaço foram produzidos laços que se efetivaram nas relações políticas, nas relações de negócios e na companhia da vida social. É o caso de Antônio Olinto dos Santos Pires que, inclusive, tornou-se professor na escola. Quando João Pinheiro voltou a residir em Ouro Preto, em 1888, os dois militaram juntos nas ações propagandistas, entre as quais vale destacar a fundação do Partido Republicano da Capital, do Jornal O Movimento, e a realização do Congresso Republicano – o manifesto elaborado ao final desse evento contou com quarenta e sete signatários ligados à escola.

Outro caso é o de Gorceix. Em 1890 os dois fizeram parte da Sociedade de Geographia Econômica de Minas, da qual João Pinheiro se tornou membro do Conselho Diretor. Foi desse espaço de discussão e planejamento da economia que surgiu a proposta de criação

propaganda republicana. Outros circularam na década de 1880, como o Jornal Gazeta Sul Mineira, de São Gonçalo do Sapucaí; o Correio de Machado, na cidade de Machado e; o Povo, de Campo Limpo (GONÇALVES, 2009, p.108).

da Exposição Permanente dos Produtos Mineiros, incorporada ao projeto político de João Pinheiro desde então.

De fato, o projeto político de João Pinheiro se influenciou bastante pelo “espírito de Gorceix”, cujo traço principal se fazia na busca pelo progresso e na preocupação com a realidade brasileira³⁶. Segundo Faria (1992), a cientificidade imprimida à Escola de Minas, em boa parte, fora absorvida na organização do ensino agrícola, originando um programa em que o ideário se pautava no saber científico aliado ao conhecimento das questões agrícolas.

1.4. O legado deixado por João Pinheiro em sua passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo

Amo a luta com vertigem. Gosto das dificuldades que desafiam a minha atividade. Sou fanático dos grandes obstáculos que exigem os esforços supremos. O imprevisto me deslumbra, e a necessidade das grandes ocasiões me fascina!

Um mês para fazer o que os outros fazem em um ano!

E verás, a êste público que me vê todos os dias pela rua da Imperatriz, com grandes ares de príncipe, sentirá o meu desaparecimento por 30 dias, sòmente 30, e voltarei, e sentarei na banca do exame, magro e abatido, mas com o orgulho acostumado de quem sabe a matéria, tôda ela, o olhar firme, independente, quase malcriado...

É assim a vida neste mundo.

Só vencem os fortes, os que nunca esmorecem; os que estão acostumados a esperar tudo, porque têm visto tudo...; os que estudam sem mesada farta, os plebeus, como eu, que, num belo dia, assentaram de ser doutôres, e foram pisando, com a grossa sola de seus sapatos burgueses, os enfatuados e delicados filhinhos da estúpida nobreza imbecil (De, SILVA, João Pinheiro da, São Paulo, para padre José Pinheiro da Silva. 17/06/1885. In: Barbosa, 1966, p.333).

Antes de concluir o curso em Ouro Preto, João Pinheiro se mudou para a cidade de São Paulo a fim de ingressar na Faculdade de Direito. No dia 10 de fevereiro de 1883 escreveu ao seu tio Luis comunicando sua decisão e a justificou pela dificuldade de se empregar como um engenheiro de minas. Todavia, para Costa (2006), é possível que ele tramasse um destino mais ousado, visto as perspectivas de ascensão social e política via a formação nas faculdades de direito. Um ano e quatro meses depois, em outra carta ao tio, revelou “o desejo de uma posição menos má na sociedade”. Era, então, “o criador

³⁶Ver Carvalho (2002).

de si próprio” (De, SILVA, 1884, para Luís Antônio Pinto, ex. 2, doc. 23. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM). Dessa maneira, ao contrário daqueles cujo berço ou riqueza predisponha um lugar bem definido naquela sociedade imperial, o jovem João Pinheiro precisou investir na produção de um lugar e de uma conduta que, mais tarde, resultou em posições de grande prestígio no Executivo e no Legislativo.

Esse tema teve grande importância nessa etapa de sua vida, e, em São Paulo, motivou a aproximação com o professor Cypriano José de Carvalho que, enquanto titular da cadeira de física e química da Escola Normal, propôs a sua contratação como zelador e preparador do laboratório destinado a essas disciplinas. Foi a partir do estabelecimento dessa relação que o positivismo “ganhou corpo” em sua formação política (COSTA, 2006, p.156). Em maio de 1885, fora nomeado professor na instituição. Certamente, a essa altura já haviam se efetivado os laços com o grupo positivista que atuava na escola, com destaque para os professores Cypriano José de Carvalho, Antônio da Silva Jardim e Godofredo José Furtado. Segundo Costa (2006), o significado do positivismo em João Pinheiro está, sobretudo, na compreensão do Estado como “planificador da economia”³⁷, guiando as iniciativas particulares e sendo ativo na discussão dos problemas econômicos e sociais, a fim de promover o progresso e defender o mercado nacional para garantir autonomia ao país. A separação entre o Estado e a Igreja é outro ponto de grande relevância, pois foi muito caro ao grupo de positivistas naquela instituição. Para o autor, os conflitos que ali se estabeleceram entre as forças católico-conservadoras e o grupo de positivistas, levaram-no a incorporar esse princípio ao seu projeto político.

A possibilidade de adentrar na esfera das elites políticas mineiras se efetivou por meio da formação que a Faculdade de Direito de São Paulo lhe proporcionou. Segundo Gonçalves (2008), mais que os aprendizados próprios ao âmbito da formação do bacharel em direito, a vivência naquela faculdade aproximava o acadêmico a uma rede de convivência em constante relação com as associações acadêmicas e atividades extracurriculares, onde se davam as discussões das idéias artísticas, sociais e políticas; com destaque para a vida jornalística³⁸. Dentre as atividades extracurriculares, vale

³⁷Ver Alonso, Ângela. *De positivismo e positivistas: interpretação do positivismo brasileiro*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n. 42, 2. Semestre de 1996, pp. 109-134.

³⁸Gonçalves (2008) discute com base em Adorno (1988) acerca da profissionalização política pela via da formação do bacharel em direito. O autor recomenda: ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003.

ressaltar o Clube Republicano Mineiro em São Paulo, ao qual João Pinheiro se tornou sócio efetivo em 25 de maio de 1884, pouco mais de um ano após ter chegado a São Paulo e se matriculado na Faculdade de Direito. Costa (2006) relata a importância dessa entidade:

Nesse espaço os republicanos mineiros criam laços. Nomes como Augusto Botelho, Cristiano Brasil, Francisco Salles, Adalberto Ferraz, Horácio de Carvalho, Álvaro Azevedo, Luiz de Araújo, Amador Cobra, Nelson Tobias se reúnem. (...) ela própria [a entidade] funciona de um modo republicano pois, os que se associaram, se encontram em pares, iguais; cada um buscando se distinguir, pela virtude, pela capacidade de formulação e ação. Usufruem uma felicidade só possível de ser atingida dessa forma. O que os impulsiona é a paixão pela distinção. Não há, neste ambiente, a diferença entre o “bem-nascido”, e aquele, como Pinheiro, proveniente de família simples. Os assuntos são debatidos e, vale a força do convencimento, partindo-se para o voto, em caso de não conseguir um ponto de convergência (COSTA, 2006, pp.150-151).

O fato de a entidade ter funcionado de “um modo republicano”, como retratou o autor, é muito significativo, pois mobiliza a compreensão da mesma como um espaço propício para que aqueles jovens republicanos se exercitassem no conjunto dos ideais pelos quais se aproximaram um do outro. Em vista disso, considero a possibilidade de que, em boa medida, ao reunir aqueles jovens sob determinados códigos de conduta, cuja maior ou menor eficácia simbólica se relaciona com as construções individuais e coletivas a respeito da validade desses códigos, o clube tenha socializado, *um modo de ser republicano*. Conseqüentemente, ofereceu ferramentas para os serviços públicos que vieram a prestar mais tarde. Isso pode ser demonstrado pelos temas das teses que eram discutidas pelo clube. Costa (2006, p.150) as apresenta: “Meios de propaganda”, discutida por João Pinheiro, “Se as nossas tradições são ou não republicanas”, “Qual a atitude que deve [] pelos republicanos mineiros ante o elemento servil?” e “que o Clube Republicano Mineiro se declare abolicionista”, discutidas por Gervasio Monteiro. Segundo Costa (2006), mesmo com a polêmica gerada por essa última tese, todos se aderiram à proposta.

A idéia da distinção pelo mérito pessoal, além de ter um forte registro nas referências biográficas de João Pinheiro, foi amplamente divulgada por ele ao longo da sua trajetória política, enquanto um princípio republicano. Dois exemplos ligados à questão agrícola podem demonstrar como esse princípio se operacionalizava. Em 1890, quando

ocupou pela primeira vez a Presidência do Estado de Minas Gerais, ao criar a Exposição Permanente para produtos naturais, agrícolas e industriais, na capital, determinou a premiação em diplomas de honra, medalhas de ouro, prata ou bronze e prêmios pecuniários aos expositores que apresentassem os “melhores e mais aperfeiçoados produtos” (SILVA, 1890 in: BARBOSA, 1966, p.92).

Os prêmios oferecidos em dinheiro era uma maneira de incentivar os “mais ativos e inteligentes industriais pelos seus esforços que, sendo a sua glória”, eram também a glória de todo o país (SILVA, 1890 in: BARBOSA, 1966, p.92). Esse tipo de incentivo aos produtores agrícolas e industriais reaparece como proposta no Congresso de 1903 e é retomado durante o seu segundo mandato no governo do estado, de 1906 a 1908. Outro exemplo se encontra na entrevista publicada no Jornal Minas Gerais, em 20 de setembro de 1906. Dentre os assuntos pertinentes ao seu programa de governo, João Pinheiro falou sobre a educação profissional do agricultor como base para a reorganização agrícola. Para ele, o problema agrícola estava diretamente ligado ao programa de instrução, antes de tudo, o técnico-profissional. E, por considerar a instrução uma medida de principal importância, fazia-se necessário estabelecer medidas para proteger a inteligência. Assim, declarou como um dos pontos do seu governo a educação dos rapazes pobres que revelassem inteligência e aptidão, principalmente aqueles que tivessem se destacado nas escolas técnicas. Funcionaria como um prêmio de seleção: aquele que se distinguisse na escola primária seria mandado para a técnico-secundária. Do mesmo modo, estes, à custa do Estado, poderiam estudar nas faculdades superiores, na América e na Europa (SILVA, 1906, in: BARBOSA, 1966, pp.165-175).

Ainda com referência às possíveis influências desse modo de ser republicano, vale destacar que a defesa da virtude configurou, em muitos discursos e entrevistas, uma maneira de se portar publicamente, como pode ser observado em seu Manifesto-programa, de 1906, ao se referir às medidas administrativas que deveriam ser postas em prática: “Fá-lo-ei com o respeito que devo a um passado de quem nunca se moveu pelos atrativos do poder, ou se deixou influenciar pelas seduções da popularidade” (SILVA, 1906, in: BARBOSA, 1966, p.143). Tal demarcação representou no campo político, em especial, uma conduta baseada no princípio da liberdade e da realização da felicidade pública. No mesmo documento, assim se manifestou a esse respeito:

Amávamos a Liberdade [refere-se aos seus companheiros propagandistas], através das lições da história, presidindo a grande evolução humana e, afirmando-se cada vez mais ampla e mais extensa, com a exclusão, cada vez maior, de todos os privilégios e, estabelecendo a única distinção possível entre os homens, que é a que cada um pode criar pelo próprio esforço, no serviço da verdade, no devotamento da Justiça e na prática das virtudes cívicas (SILVA, 1906, in: BARBOSA, 1966, p.144).

A liberdade a que se refere é compreendida sob os estatutos da lei e da ordem. Trata-se da liberdade espiritual – liberdade de pensamento, de consciência e de religião – na relação com a liberdade da palavra, falada ou escrita; garantidas pela lei e exercidas dentro da ordem, conforme explicou. A lei deveria ser a “expressão da vontade das maiorias e da legitimidade das necessidades sociais” (SILVA, 1906, in: BARBOSA, 1966, p.144). Nesse sentido, a defesa da livre discussão dessas necessidades e dos atos dos governos apareceu em seu discurso com a representação de uma via profícua às reformas e modificações que fossem pretendidas. Esse ponto é importante porque revela a percepção de que a produção da governabilidade dependeria do estabelecimento de determinadas referências que fizessem sentido ao maior número possível de pessoas naquela sociedade que começava a trilhar novos caminhos. Não foi à toa que o manifesto recebeu o nome “Ao Povo Mineiro”. Nesse sentido, o anúncio da exclusão dos privilégios e a valorização do mérito pessoal e das virtudes cívicas passariam a incorporar um conjunto de normas e valores que se afastariam cada vez mais das representações do antigo regime. Para ele, as formas de governo não constituíam um fim em si mesmas, mas um meio para que a felicidade pública fosse realizada, e, portanto, caberia ao governo colaborar para a segurança e independência materiais do indivíduo – condição para a realização da felicidade pública.

A conclusão de Costa (2006), e estou de acordo, é de que o discurso de João Pinheiro sobre a liberdade não se constituiu de palavras vazias, mas, em boa medida, tornou-se prática – para o desconforto de companheiros do Partido Republicano Mineiro. Na análise do autor, o Estado por ele presidido se preocupou com a manutenção da ordem e a garantia dos direitos políticos dos cidadãos, no respeito ao resultado das eleições; como se pode observar no episódio, de janeiro de 1891, em que Augusto Vaz Mourão atacou Cesário Alvim, Bias Fortes e João Pinheiro ao dizer nos jornais que este último havia telegrafado ao presidente do Clube Republicano, aconselhando que vencessem a eleição por uso da força pública ou “bico de pena”. Augusto Vaz Mourão se mostrava

revoltado pelo fato de os ex-monarquistas disputarem as eleições em Guanhões. Em resposta, João Pinheiro solicitou uma declaração da estação telegráfica para comprovar a invalidade da acusação, desautorizando todos que, em seu nome, tentassem fraudar as eleições. Problema de mesma ordem ocorreu em 1908, quando Delfim Moreira, ex-Secretário do Interior de Francisco Sales, foi derrotado nas eleições de Santa Rita do Sapucaí e teve de aceitar o resultado.

Como demonstrou o autor, por parte de João Pinheiro havia uma preocupação em tratar as disputas políticas dentro das normas e regras estabelecidas pelo regime republicano, e o compromisso declarado em legitimá-las.

Outro ponto importante a respeito da liberdade foi o investimento na separação entre o Estado e a Igreja – o poder temporal e o poder espiritual. Além de laicizar a educação pública, o que criou grande oposição por parte da Igreja Católica, outro veto gerou grande polêmica, na análise de Costa (2006): a carta de impedimento da participação do batalhão de polícia em festa religiosa na Capela de Santa Efigênia. A carta foi endereçada ao Dr. Olavo de Andrade, Chefe de Polícia, e publicada no Jornal Minas Gerais, de 21 de setembro de 1906. Em suas linhas finais, conforme assinala o autor, João Pinheiro cita a Constituição Federal, em seu artigo 72, nº 7, lembrando que o mesmo foi repetido na Constituição Mineira, artigo 3 §3º: “Nenhum culto ou igreja terá relações de dependência ou aliança com o governo da União, ou o dos Estados”³⁹. O conjunto dessas situações deu margem a uma representação do estadista como anti-católico, fato que seus descendentes vieram a combater mais tarde em favor da projeção política que almejavam.

Em sua passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo, a vivência no Clube Republicano Mineiro contribuiu com a formação política de João Pinheiro na medida em que se tratou de um espaço legitimado para: o debate sobre o significado de ser republicano; a elaboração de estratégias de ação em vista das transformações que pretendiam; e, ao mesmo tempo em que produzia um lugar de igualdade entre os seus associados, permitia a produção de individualidades, portanto, a produção de lugares de acordo com as inclinações pessoais de cada um, que passavam a ser reconhecidas por todo o grupo. Constatamos que João Pinheiro se produziu e foi produzido como liderança entre os seus pares a partir de situações como essa.

³⁹Artigo citado em Silva (1906) in: Barbosa (1966, p.359).

Nota-se que o clube se instituiu a partir de um conjunto de códigos que, por si, divulgava uma determinada conduta republicana. Contudo, é preciso observar que a entidade não estava fechada em si mesma, mas dialogava com o seu entorno, principalmente no que diz respeito à formação em ciências jurídicas. Gonçalves (2008), ao discutir a importância da Faculdade de Direito de São Paulo na formação política de Delfim Moreira, destaca três pontos:

ter-se dado no centro de formação da intelectualidade brasileira; ter possibilitado o seu envolvimento com o estudo do direito e com o entorno dele, propiciado pela integração com outros colegas em atividades extra-escolares, como participação em associações e na vida jornalística; e, como consequência, o seu recrutamento para a atividade política do Partido Republicano (GONÇALVES, 2008, p.128).

Esses pontos são válidos também na formação de João Pinheiro, mesmo porque os dois foram contemporâneos nesta instituição (BARBOSA, 1966). Com base na análise elaborada por Adorno (1988), acerca da profissionalização política pela via da formação em direito, Gonçalves (2008) ressaltou que a faculdade, tendo se constituído como um dos mais importantes centros de formação na área jurídica no Brasil, formou lideranças políticas para os diversos campos da vida social. Nesse sentido, os conhecimentos jurídicos, em especial os constitucionalistas e os criminalistas⁴⁰, foram importantes para aqueles futuros legisladores e executivos, sobretudo porque, do ponto de vista ideológico, contribuíram para a formação política e moral da ordem republicana que se estabelecia (GONÇALVES, 2008).

Dessa maneira, o interior da sala de aula e a formação que excedia este espaço se articulavam numa modalidade de recrutamento⁴¹ de políticos e burocratas que ocupariam os cargos públicos, sob a tutela do Partido Republicano. Conforme destacou o autor, a ação de recrutamento se deve ao fato de o advento da República ter demandado a criação de uma *intelligentsia*⁴² que pudesse viabilizar a construção de uma

⁴⁰Gonçalves (2008) utiliza SCHUWARTZMAN, Simon. *A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, nº 5, v.2, pp.47-66, 1987.

⁴¹Gonçalves (2008) utiliza FLEISCHER, David V. *O recrutamento político em Minas (1890-1918)*. Belo Horizonte: UFMG, 1971.

⁴²Por *intelligentsia* é compreendido o papel especial desempenhado por pessoas em determinadas circunstâncias, formulando e difundindo interpretações, visões de mundo de seus tempos e sociedades (SCHWARTZMAN, 1987:49 apud GONÇALVES, 2008, p.130).

consciência nacionalista, detentora de um saber sobre a nação (GONÇALVES, 2008). Assim, fez-se do bacharel em direito, ao lado do engenheiro e dos médicos, um dos principais intelectuais da sociedade brasileira.

Sobre a análise do autor, vale ainda ressaltar que a consideração de que muitos políticos mineiros iniciaram suas carreiras, jurídica e política, na Faculdade de Direito de São Paulo é pertinente para que sejam compreendidas as redes de sociabilidade que se constituíram ao longo de suas vidas. É extensa a lista de republicanos contemporâneos a João Pinheiro neste centro de formação, e que fizeram parte do cenário político mineiro, junto a ele, criando laços e estabelecendo parcerias e frentes de trabalho, assim como as intrigas e rompimentos. Entre os colegas de turma, Barbosa (1966)⁴³ menciona Calos de Campos, Rafael de Almeida Magalhães, Nabuco de Abreu, Ataulfo de Paiva e Rivadávia Correa. E acrescenta os demais contemporâneos: Pedro Lessa, Raul Pompéia, Artur Ribeiro, Francisco Morato, Astolfo Dutra, Josino de Araújo, Edmundo Lins, Paulo Prado, Afonso Arinos, Mendes Pimentel, Carlos Peixoto, João Luís Alves, Camilo Soares, Alfredo Pujol, Delfim Moreira, Washington Luís, Wenceslau Brás, Afrânio de Melo Franco, Irineu Machado e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

A compreensão das redes de sociabilidade formadas se faz importante, principalmente, no que se refere ao “entrelaçamento da cultura político-jurídica”, favorecidas pelas relações que se travaram entre aqueles jovens republicanos, professores e outros mais que compuseram tais redes, sonhos e expectativas de construção de suas carreiras “e, bem assim, de produção da sociedade brasileira, mineira em particular” (GONÇALVES, 2008, pp.128,129).

⁴³Cronologia. In: Barbosa (1966, p. 23-50).

CAPÍTULO II

Da Cerâmica de Caeté à Presidência do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903

Experiência Industrial, militância político-partidária e atuação política

Conforme foi pertinentemente observado por Dulci (2005), a vida pública de João Pinheiro pode ser compreendida em duas fases distintas, separadas pelo período em que se dedicou a atividades industriais, quando fundou a Cerâmica de Caeté. A primeira fase, de 1888 a 1893, corresponde à sua atuação no momento inicial da República. A segunda, de 1903 a 1908, corresponde ao seu engajamento nas questões relacionadas à economia e à política mineiras. Com base na discussão do autor, pode-se inferir que nesse período João Pinheiro preconizou um projeto político voltado para o progresso e para a recuperação econômica de Minas, cujo eixo principal foi a modernização da produção agropecuária. Em vista da modernização que se pretendia alcançar, a educação do trabalhador do campo foi tomada como uma estratégia importante nesse projeto. Por essa razão, ao investigar a sua trajetória de vida pública nessa segunda fase – em particular a sua atuação na Presidência do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 e na Presidência do Estado de Minas Gerais (1906-1908) –, busquei compreender qual foi a sua contribuição para a educação do trabalhador do campo.

A atuação política de João Pinheiro não se restringiu às funções representativas, mas – em especial, durante a década de 1900 – estendeu-se à defesa de idéias acerca do progresso e da recuperação econômica do Estado, de forma que essa defesa incidiu na formulação, na propagação e na implementação de um projeto político-cultural.

O projeto ao qual me referi se evidenciou bastante com a parceria entre João Pinheiro e Francisco Sales, durante o período em que este último governou o Estado. Os dois se conheciam desde o tempo em que integravam o Clube Republicano Mineiro, em São Paulo. E, manifestavam afinidades, sobretudo, no que se refere ao tratamento político das questões econômicas. Vale ressaltar que o Governo Francisco Sales (1902-1906) e o Governo João Pinheiro (1906-1908) tiveram como traço comum a organização econômica, uma questão muito cara aos republicanos. A realização do Congresso de 1903, como resposta às preocupações com as questões econômicas de Minas, foi o ápice dessa parceria. Não apenas os efeitos da crise que se arrastava desde 1897, em razão da baixa dos preços do café, mas também a noção de atraso em relação à economia paulista

mobilizavam as elites mineiras em busca de soluções para o seu soerguimento econômico (DULCI, 2005). Nesse momento, a atenção dispensada à produção agrícola resultou de um diagnóstico de que o setor primário apresentava maior capacidade para gerar empregos e atender as necessidades básicas da população (DULCI, 2005). As discussões do congresso apontavam, pois, para a modernização agrícola e para a organização do trabalho pela institucionalização de um ensino profissional em escolas e da instrução prática de trabalhadores adultos. Tal proposição remetia à concentração de esforços no ensino elementar aliada à difusão de conhecimentos aplicados, perspectiva básica da política educacional adotada pelo governo de Minas nas primeiras décadas do século XX. Tratava-se de um ensino simples e prático, fundado na experiência dos agricultores, em que se pretendia expandir o ensino primário, criar fazendas-modelo e campos de experiência e demonstração, que se complementariam com o serviço de instrutores ambulantes na propagação de novas técnicas e do uso da mecanização (DULCI, 2005).

O projeto defendido por João Pinheiro pode ser identificado nas suas correspondências, nos anais do Congresso de 1903, no Manifesto da sua candidatura ao Senado, em 1905, no Manifesto de sua candidatura à Presidência de Minas, em 1906, nos seus discursos, nas suas entrevistas, nas Mensagens enviadas ao Congresso Mineiro, entre outros. Conforme Velho(1994), pode-se inferir que existe projeto quando há alguma ação com objetivo predeterminado. Um projeto manifesta uma dimensão política na medida em que representa um grupo de interesse, todavia não se esgota a esse nível, pois sua viabilidade política está imediatamente relacionada à sua eficácia para mapear e dar sentido às emoções e sentimentos individuais. A meu ver, João Pinheiro assumiu muito claramente essa perspectiva de projeto ao se aproximar do Governo Francisco Sales. A condição de existência de um projeto é a sua possibilidade de ser comunicado. Nota-se que alguns grupos, através de sua trajetória e posição que ocuparam em relação ao resto da sociedade, têm maiores condições de divulgar os seus projetos.

A seguir, busco discutir como o desempenho de João Pinheiro no setor industrial o aproximou do debate do progresso e da recuperação econômica e demandou uma militância político-partidária. Nesse sentido, a Cerâmica de Caeté constituiu-se como um espaço privilegiado através do qual ele se articulou a uma diversidade de sujeitos envolvidos e/ou interessados no setor industrial (industriais, profissionais da área, políticos) e, por essa via, inseriu-se no debate sobre o progresso e a recuperação

econômica em Minas. Em especial, o debate travado com os sujeitos envolvidos no cenário político assumiu uma perspectiva de militância político-partidária que colaborou, em boa medida, para o seu retorno à vida pública.

2.1. Experiência industrial, militância político-partidária e atuação política

Na literatura que trata da vida pública de João Pinheiro, é comum encontrar referências de que o período entre 1893 e 1903 corresponde a um afastamento do cenário político, motivado por descontentamento, ou mesmo desilusões, em relação aos seus ideais político-partidários. Além disso, esses dez anos teriam se caracterizado por sua reclusão em Caeté, quando se dedicou à implementação de sua indústria.

Porém, a leitura é, em parte, equivocada. A idéia de reclusão não representa o período de maneira adequada, pois contribui para encobrir sua importância no projeto político de João Pinheiro. E, além do mais, é possível pensar que descontentamentos e desilusões político-partidárias podem não ter sido as únicas motivações para que João Pinheiro se afastasse do cenário político nesse período. Ora, desde a juventude ele manifestou-se descontente com os rumos da política no Brasil e, durante toda a sua vida pública, teve de lidar com intrigas e as adversidades políticas da República. Sendo assim, ressalto que é preciso considerar, também, o desejo de fundar a Cerâmica de Caeté como um fator relevante para que João Pinheiro se retirasse, temporariamente, do cenário político estadual e nacional – sobretudo deixando de candidatar-se a cargos no Legislativo e no Executivo.

A esse respeito, duas observações são importantes: sua retirada do cenário político operou-se gradativamente, ao mesmo tempo em que se realizavam estudos referentes à implementação de sua indústria de cerâmicas; e a instalação da indústria coincide com um momento em que grandes obras públicas estavam sendo executadas. Por exemplo, a construção de Belo Horizonte, para a qual a Cerâmica de Caeté forneceu material sanitário e de pavimentação de ruas.

A implementação da Cerâmica de Caeté contou com um planejamento exaustivo. Os estudos referentes ao assunto tiveram início no ano de 1891 (BARBOSA, 1966). Possivelmente, tendo se orientando por estes estudos, em abril de 1892, João Pinheiro adquiriu a Chácara do Tinoco, em Caeté. A propriedade, que servira anteriormente ao

Barão de Cocais, possuía matéria-prima suficiente para abastecer o empreendimento almejado (PIMENTA FILHO, 1960). A instalação da indústria se efetivou em julho de 1893, quando João Pinheiro mudou-se com a sua família para a chácara, e começou a desenvolver as atividades ceramistas. Na indústria eram fabricados tijolos comuns, tijolos para calçamento de ruas, manilhas, louças finas e porcelana.

Desde a instalação da indústria, João Pinheiro manteve freqüente contato com especialistas nacionais e estrangeiros com o intuito de melhorar a fabricação de suas peças. Pimenta Filho (1960) também registrou este fato. Além disso, de acordo com o autor, em Caeté fabricavam-se apenas louças rústicas em fornos rudimentares de cupim. A idéia de João Pinheiro era, então, introduzir a intervenção química na fabricação de suas peças, dando a elas um acabamento sofisticado, à base de esmalte branco, o que as qualificaria para um mercado mais amplo. Para isso, contou inicialmente com o trabalho de dois amigos, ambos da Escola de Minas de Ouro Preto. A saber: Saturnino de Oliveira e Carlos Tomás de Magalhães Gomes, lente de Química e Física Industrial e de Docimasia.

A indústria se especializou em material sanitário e, assim, estabeleceu-se como fornecedora das obras de esgotos de Belo Horizonte e de outras cidades mineiras. Ademais, o empreendimento se expandiu para o Rio de Janeiro e São Paulo a pedido dos respectivos governos e da Diretoria das Obras Públicas da União (BARBOSA, 1966). Ainda em Belo Horizonte, a Cerâmica de Caeté foi responsável pela pavimentação de algumas ruas e avenidas como, por exemplo, a Rua da Bahia e boa parte da Avenida da Liberdade, atual Avenida João Pinheiro. Os tijolos de calçamento permaneceram nesta avenida por aproximadamente sete décadas (PIMENTA FILHO, 1960).

O tempo que João Pinheiro dedicou à sua indústria não significou um total afastamento do cenário político. Os laços políticos persistiram, manifestando-se por outros meios e em outros espaços, de modo que o seu desempenho no setor industrial produziu um efeito político. Pode-se inferir que seus esforços para administrar a Cerâmica conferiram-lhe uma experiência relevante no setor industrial, a ponto de as suas idéias despertarem o interesse dos amigos que atuavam nos espaços políticos em Minas. Isso pode ser observado a seguir.

Em 28 de janeiro de 1901, João Pinheiro respondia a uma carta de David Campista. Nessa época, os dois mantinham um diálogo a respeito do desenvolvimento da

Cerâmica. João Pinheiro iniciou a carta apresentando um experimento realizado com um equipamento que seria instalado em poucos dias:

Funcionou ontem na carpintaria, como experiência, o *monorail* a nível do solo. É uma idéia estupenda. O carro foi feito para servir dentro da fábrica dos que são conduzidos à mão. Os trilhos vão ser feitos de pau. Esta semana mesmo se começará a fabricar um carro para ser puxado a burro; destinei-o à condução do barro do barreiro. A idéia constitui um destes problemas que para se imporem basta o enunciado. É tão simples, tão barata, de tão fácil conservação, que o que espanta no sistema é justamente este conjunto de tanta coisa boa (SILVA, João Pinheiro da. Caeté, para David Campista. 28/01/1901. In: BARBOSA, 1966, pp.345-346).

A instalação do *monorail*, ou monotrilho, nos setores de produção da Cerâmica representava uma solução inovadora, principalmente no que diz respeito à condução de matéria-prima, que era extraída na própria propriedade. Isso melhoraria a dinâmica interna do trabalho, tornando-o mais eficaz e favorecendo para que os serviços contratados fossem finalizados em menor tempo. Conforme João Pinheiro explicava a David Campista, a idéia do monotrilho poderia também ser aproveitada para a solução de outros problemas, como o transporte de minérios e mercadorias pelo interior do Estado. Neste caso, em relação aos atoleiros, que não podiam ser atravessados pelos burros de cangalha, e em relação às estradas de ferro da Central do Brasil, que possuíam bitolas largas, o monotrilho apresentava-se como uma alternativa viável, podendo transportar uma carga considerável por estradas de leito estreito.

Além disso, preocupavam-no algumas questões relacionadas ao operariado, as quais haviam sido apontadas por David Campista como um ponto fraco de sua indústria. De acordo com a análise de João Pinheiro, o operário estrangeiro era imprescindível para o progresso brasileiro, pois detinha uma conduta moral apropriada ao trabalho necessário nas indústrias. No entanto, segundo ele, dificilmente o operário estrangeiro pretendia fixar-se em terra brasileira, mas, sim, adquirir uma quantia em dinheiro que fosse suficiente para manter uma vida confortável junto aos seus. Em sua carta, ponderava que se o operário estrangeiro tardava em se estabelecer, por outro lado, o operário brasileiro não persistia no trabalho. A este faltava a conduta moral adequada, de maneira que seria preciso lhe oferecer uma educação para o trabalho. Para João Pinheiro, o brasileiro demonstrava maior interesse por atividades nas quais era empregada a força física, preterindo aquelas que exigiam maior grau de elaboração e

conhecimentos. Sobre o assunto, afirmou a David Campista que o brasileiro “deixa de decorar vasos com flores para ir tocar burro, porque gosta de puxar pelo corpo no serviço”(De SILVA, 1901, para David Campista. In: BARBOSA, 1966, pp.345-346).

Nesta carta, merece destaque o fato de João Pinheiro ter tratado as questões referentes à produção de sua indústria relacionando-as a questões discutidas, então, sob a temática do chamado problema econômico brasileiro, como transporte, modernização da produção, o trabalho do operário e sua educação para o trabalho.

Este tipo de operação denotou uma prática de escrita freqüente nas cartas remetidas por ele durante a década de 1900. A esse respeito, com base em Gomes (2004), ressalto que por meio dos documentos deixados por João Pinheiro é possível notar as alterações decorridas no percurso de sua trajetória. Em seu arquivo privado no APM, pode-se, por exemplo, organizar suas correspondências em tempos diferenciados, próprios à sua infância e juventude, ao período de sua formação profissional, a atuação na propaganda republicana. E tantos outros tempos, de acordo com o objeto de interesse do pesquisador.

Em relação à década de 1900, por meio da análise de suas correspondências no APM, dos seus discursos, manifestos de candidatura ao Senado e à Presidência do Estado, entrevistas, pode-se notar a manifestação de uma preocupação com o problema econômico. Considero que, de certa maneira, o constante registro dessa preocupação, a defesa de idéias acerca de uma reorganização econômica para Minas, tornou-se símbolo do seu retorno à vida pública.

Em seu manifesto de candidatura à Presidência de Minas, João Pinheiro assim definiu o problema econômico:

comércio desnacionalizado, os gêneros de primeira necessidade importados em país agrícola; os principais gêneros de exportação sem poderem pagar o custo de produção; o próprio trabalho desta alugado ao braço estrangeiro, que não procuramos fixar no solo; abalado o patrimônio das famílias; a terra se desvalorizando; retomado, de novo, o recurso dos empréstimos, cujo principal defeito é o de encobrir, momentaneamente, a miséria da situação atual, que surgirá, depois, muitíssimo mais agravada, desde que eles não sejam empregados em despesas reprodutivas (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1960, p.156).

Adiante, afirmou:

Em meu espírito, o sentimento dêste males e a necessidade dos seus remédios foram sentidos desde os primeiros dias do estabelecimento da República; e, quando, no govêrno, constituíram objeto de uma atenção especial. A confirmação da urgência destas medidas resultou, depois, no exame direto do problema, durante os anos de vida prática como industrial e produtor (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1960, p.156).

Por meio dessa prática de escrita, João Pinheiro ia constituindo uma identidade para si através de seus documentos. A imagem da liderança política articulada à imagem do industrial e produtor fez parte da produção de si nesse momento, legitimando, em sua rede de pertencimento, o seu retorno à vida pública e a defesa de suas idéias.

Três cartas, datadas entre fevereiro e março de 1905, podem colaborar para uma melhor compreensão dessa prática de escrita e de sua importância. As duas primeiras cartas⁴⁴ foram remetidas a João Pandiá Calógeras⁴⁵. Quanto à última⁴⁶, não se registrou o destinatário. No entanto, é provável que também tenha sido enviada ao mesmo, sobretudo porque ao analisá-la junto às outras duas cartas pode-se notar uma seqüência narrativa que trata do retorno de João Pinheiro à vida pública. Na ocasião em que as cartas foram escritas, João Pinheiro era candidato ao Senado Federal⁴⁷. Por essa razão, vale ressaltar que a discussão presente nas cartas assemelha-se à de seu Manifesto⁴⁸ publicado no dia 19 de janeiro, quando se oficializou a sua candidatura.

Na carta de 25 de fevereiro de 1905, João Pinheiro escreveu a Calógeras:

A política é um grande mal para a minha fábrica; (...) Entretanto, há de parecer um paradoxo que seja a fábrica que me empurra com mais violência para a ingratidão da luta partidária. Por quê? Muito simples. Fazer indústria nova, produzir, custa sacrifícios inauditos, e, ainda há uma dificuldade superior a tôdas estas: – é a de vender a mercadoria feita. Ah! Meu caro amigo, nunca plantaste batatas! Caí uma vez nessa asneira, cultivei uma quarta de chão, obtive colheita estupenda, remeti-a nuns balaios e fui pessoalmente no Rio de Janeiro, vender os meus formosos tubérculos (salvo

⁴⁴SILVA, João Pinheiro da. Caeté, para João Pandiá Calógeras. 25/02/1905. In: BARBOSA (1966, p.353-354); SILVA, João Pinheiro da. Caeté, para João Pandiá Calógeras. 05/03/1905. In: BARBOSA (1966, p.355).

⁴⁵Calógeras era engenheiro, formou-se na EMOP. Militou na política, como deputado federal, e ocupou as pastas da Agricultura (1914-1915), da Fazenda (1915-1917) e da Guerra (1919-1922). Ver Site Oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

In: <<http://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/joaopandia.html>>, consultado em 11/06/2010.

Segundo CARVALHO (2002), ele foi um grande conhecedor da legislação a respeito da propriedade de minas no Brasil. Certamente, a EMOP e a política circunstanciaram a aproximação entre os dois.

⁴⁶SILVA, João Pinheiro da. Caeté. 26/03/1905. In: BARBOSA (1966, p.356-357).

⁴⁷João Pinheiro era candidato à vaga aberta por motivo do falecimento de Carlos Vaz de Melo (BARBOSA, 1966:30).

⁴⁸SILVA, João Pinheiro da. *Ao Eleitorado Mineiro*. 19/01/1905. In: BARBOSA (1966, p.133-138).

seja!). É ainda com ódio que me lembro da peregrinação humilhante, de português em português, batateiros de profissão e com cérebro também entufado de batatas e me disseram desaforos e me não quiseram comprar a minha linda mercadoria e ofereceram um preço vil e afinal me obrigaram a entregar a colheita quase dada. Ah bêstas! No silêncio do meu quarto do hotel, impotente e vencido por mais que imagines, não chegarás a calcular a quantidade punhos cerrados que eu julgava necessários para quebrar a cara a todos eles. Era uma raiva e pura imaginação improficuas!

E o protecionismo nasceu como a solução salvadora dos que trabalham, dos que querem aproveitar as nossas terras desertas e os nossos braços desocupados, dos que sendo donos do seu país devem também ser senhores do seu mercado, e, para vender os tubos foi a mesma luta, para vender a louça será a mesma humilhação e de nôvo ver agora claramente como o plantador de batatas e fazedor de panelas foi empurrado para a luta ingrata da política.

(...) O que mata o país é a pobreza, o que está aniquilando Minas é a nossa miséria inqualificável. É preciso reagir resolutamente, criar o ensino técnico, fazer guerra ao burro de cangalha, botar carroça onde não se possa botar automóvel para mercadorias, estradas de ferro de bitola estreita onde não sejam possíveis as de bitola larga, ensinar o povo a plantar batatas, mas garantir-lhes a venda, o problema econômico enfim.

(...)

O pior de tudo é o mal que vem de cima para baixo, dos governos; agora carecemos meter o ombro em nome da República para fazer o movimento de baixo para cima. Você tem-no largo e forte; pois é mister esta envergadura muito própria de fechar no coice para desatolar o progresso que no Brasil anda em burros de cangalha, (é preciso repetir sempre) e prepararmos à geração futura, ajuda e sorte melhores. (De SILVA, 1905, para João Pandiá Calógeras. In: BARBOSA, 1966, p.353-354)

Na narrativa, é interessante notar que, antes de adentrar efetivamente o lugar do político, João Pinheiro chamou atenção para o seu pertencimento aos grupos envolvidos nos setores de produção. Dessa maneira, era o “plantador de batatas” e o “fazedor de panelas” que autorizavam o político a expressar suas demandas. Por isso, a reação violenta ao episódio da venda das batatas é um aspecto bastante importante na narrativa, pois aponta para um convencimento da necessidade da militância político-partidária. Pode-se notar, então, a defesa de um projeto político, cuja finalidade seria reagir ao problema econômico. A esse respeito, foram destacadas medidas como o protecionismo, a criação do ensino técnico e a “guerra” que se deveria fazer aos burros de cangalha.

A questão dos governos, tocada ao final do trecho transcrito, pode ser melhor compreendida na relação com o Manifesto que havia sido publicado recentemente. Ela remete à crítica ao “partidarismo”. Com presença freqüente em seus textos, o termo designava a ação dos partidos sem programa político definido – agremiações cuja finalidade era a posse do poder e, como consequência, a divisão de proventos e de cargos políticos. Conforme João Pinheiro tratou em seu Manifesto, o “primordial dever

dos governos em países novos é, antes de tudo, cuidar do seu progresso material e do desenvolvimento de suas riquezas” (SILVA, 1905 in: BARBOSA, 1966, p.134). Acrescentou adiante:

Ao Estado de Minas e ao seu ilustre filho, o Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Antônio Salles, cabe a glória de precursores desse movimento nacional, que fez do problema econômico brasileiro um programa de governo dominante e definido, uma bandeira a cuja sombra se reúnem patriotas sem descremismos partidários e pessoas (SILVA, 1905 in: BARBOSA, 1966, p.137).

O projeto político ao qual João Pinheiro se referiu no Manifesto e nas cartas, vinha se implementando durante Governo Francisco Sales, especialmente por meio do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 e da Lei nº. 363, de 12 de setembro de 1903, que oficializou a política econômica recomendada pelos congressistas.

Com base na carta do dia 05 de março de 1905, pode-se compreender que João Pinheiro considerava o momento favorável à ação de republicanos “veteranos” – tais como ele e Francisco Sales. Segundo Pimenta Filho (1960), Francisco Sales, ao assumir a presidência do Estado, em 1902, solicitou a João Pinheiro que colaborasse no desenvolvimento do seu programa de governo. Conforme o autor, a seu pedido, nesse mesmo ano João Pinheiro apresentou um substancial relatório sobre exportação de matérias-primas referentes ao setor da indústria extrativa. Todavia, a parceria política entre os dois não se restringiu ao setor industrial, como pode ser observado na carta de 26 de março de 1905:

Ao tomar o Governo, o Dr. Sales mostrou-me desejos de que eu voltasse à política; fiz-lhe estas mesmas ponderações e concluí: – em nome de que ideal?

Havia e há um, necessariamente. As suas intenções eram realizá-lo; suprimir a politicagem dos municípios, dar às atividades um objetivo de emulação fecunda, com prêmios industriais e agrícolas; garantir aos menos o mercado interno à produção brasileira; criar o ensino técnico, para controlar a ação de um nefasto bacharelismo, causa principal de todos os males; tornar a República por este meio ligada à sorte das classes conservadoras, incorporando nela o proletariado, valorizando o trabalho nacional, o que equivale a aumento de salário; – enfim o problema econômico brasileiro, que é, ao mesmo tempo, o problema social e a nossa verdadeira questão política.

Dessas entrevistas, nasceu a idéia do Congresso Agrícola e Industrial de Minas, como um meio de sondar a opinião. (...) é recente a esperança de melhores dias, que a célebre reunião do que Minas tinha de melhor, na lavoura, na indústria e no comércio, despertou, formulando a questão econômica em seu conjunto e em seus detalhes.

(...)

Mas, meu caro... por que motivos também, dentro da Monarquia e no Ouro Preto levantamos nós, ousadamente, a bandeira republicana, que, na ocasião, era toque a reunir para sacrifícios certos?

(...) E, aí, está a comprida história da minha volta à política e, na sinceridade do meu passado, creio encontrar garantias de que não faltarei ao programa. (De SILVA, 1905, para João Pandiá Calógeras. In: BARBOSA, 1966, p.355).

Como foi demonstrado anteriormente, João Pinheiro defendia que em países novos o dever principal dos governos era cuidar do progresso material e do desenvolvimento de suas riquezas. Semelhante defesa pode ser observada em seu Manifesto-programa publicado no Jornal Minas Gerais, de 12 de fevereiro de 1906, por ocasião de sua candidatura à presidência do Estado de Minas. Conforme João Pinheiro: “as formas de governo não são um fim, senão um meio de realizar a felicidade pública; (...) uma das suas condições é a segurança e a independência materiais do indivíduo e da coletividade” (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1960, p.145). Pode-se considerar que era este o sentido que ele atribuiu ao seu retorno à vida pública. De acordo com João Pinheiro, a parceria entre ele e Francisco Sales deu-se em torno de um ideal: a intervenção política no problema econômico brasileiro. Vale ressaltar que nos documentos deixados por ele, a idéia de problema econômico se aproxima, em parte, do repertório reformista do movimento intelectual dos anos de 1870, sobretudo no que se refere a tomar a política como tônica de análise da conjuntura brasileira⁴⁹. Certamente, tanto para Francisco Sales quanto para João Pinheiro, o contato mais direto com o movimento intelectual de 1870 se deu em São Paulo, principalmente através da

⁴⁹Segundo Alonso (2002), o movimento intelectual da geração de 1870 foi um fenômeno internacional. Na Europa e na América se caracterizou por uma oposição às formas intelectuais e políticas da sociedade tradicional. Tal oposição se manifestou tanto na produção intelectual quanto na ação em favor de programas de tipo reformista, para os quais foram mobilizados novos recursos políticos e retóricos que surgiram nessa altura do século. No caso brasileiro, o reformismo surgiu num momento de transformações sociais e de crise da coalizão política que sustentava o Segundo Reinado. De acordo com a autora, trata-se de um movimento de contestação à ordem imperial – suas instituições, práticas e valores essenciais – e de demandas por reformas estruturais. Ou seja, trata-se do próprio movimento intelectual em sua dupla face: política e intelectual. A produção intelectual da geração de 1870 pode ser compreendida “como expressão da crítica dos grupos sociais letrados às instituições, às práticas e aos valores do *status quo* imperial. Suas obras não são idênticas, mas são estruturalmente assemelhadas (ALONSO, 2002, p.178).

Um repertório é o conjunto de recursos intelectuais disponível numa determinada sociedade e em um determinado tempo. Constitui-se de padrões analíticos, noções, argumentos, conceitos, teorias, esquemas explicativos, formas estilísticas, figuras de linguagem, metáforas (SWINDER, 1986 apud ALONSO, 2002). Os repertórios funcionam como “caixas de ferramentas”. A elas os sujeitos recorrem seletivamente, segundo as suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação. “Não importa a consistência teórica entre os seus elementos. Seu arranjo é histórico e prático” (ALONSO, 2002, p.39). Os repertórios não são constituídos apenas de formas de pensar, mas também de formas de agir, ou seja, as próprias formas de ação coletiva são históricas (TILLY, 1993 apud ALONSO, 2002).

Faculdade de Direito e do Clube Republicano Mineiro. Com esta observação quero chamar atenção para o fato de que as idéias defendidas por João Pinheiro eram idéias que, em certa medida, já circulavam. Mesmo a idéia de problema econômico correspondia a um diagnóstico pessimista, amplamente divulgado nessa época, do qual o Partido Republicano Mineiro tanto se apropriou quanto o produziu.

A seguir busco discutir como, no Congresso de 1903, as recomendações referentes à diversificação da produção, ao protecionismo e à educação do trabalhador do campo se entrelaçaram delineando um projeto político voltado para o progresso e para a recuperação econômica de Minas. O debate dos comissários que prepararam o congresso evidencia o campo político-cultural em que se formulou o pensamento da reorganização econômica naquele momento, assim como as estratégias específicas de intervenção econômica e social. Vale chamar atenção para os sonhos, as representações políticas e as visões de mundo compartilhadas pelos comissários do Congresso de 1903.

2.2. O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903: diversificação da produção, protecionismo e educação para o trabalhador do campo

No auge de uma crise econômica sem precedentes, o Governo de Minas sente a necessidade de conhecer seus problemas e planejar o desenvolvimento (Editorial da Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.122).

O primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, realizou-se em Belo Horizonte entre os dias 13 e 20 de maio de 1903. Foi, possivelmente, o evento de maior relevância para a história mineira desse período, tanto porque reuniu pela primeira vez figuras expressivas da política e da economia em torno da elaboração de uma política econômica para o Estado, quanto porque traçou uma rigorosa investigação da realidade regional e nacional (FARIA, 1992). Segundo Faria, durante o congresso reuniram-se engenheiros, advogados, médicos, comerciantes, agricultores, pecuaristas, industriais e políticos militantes. A participação desses sujeitos se fez por meio da representação dos municípios e dos setores econômicos, caracterizando o evento como uma “reunião bem expressiva das tendências mineiras na ocasião – média tomada ao meio das classes produtoras e da elite intelectual” (MELO FRANCO, 1976 apud FARIA, 1992).

Pautada no programa do Governo Francisco Sales, a realização do congresso corresponde ao ideal de uma economia baseada numa produção diversificada, assunto que logrou grande importância na agenda política mineira durante a fase inicial do regime republicano (DULCI, 2005).

Para preparar as atividades necessárias à realização da plenária do Congresso, o presidente Francisco Sales designou uma “Comissão Fundamental”. A comissão foi presidida por João Pinheiro, e contou com outros seis comissários ligados aos setores produtivos: José Joaquim Monteiro de Andrade, fazendeiro-banqueiro; Carlos Pereira de Sá Fortes, pecuarista; João Ribeiro de Oliveira Souza, fazendeiro-banqueiro; Ignácio Burlamaqui, comerciante; Francisco Mascarenhas, industrial; e George Chalmers, diretor de mineração (MELO FRANCO, 1976 apud FARIA, 1992). A eles cabia pensar os principais problemas econômicos e sociais de Minas, estudar alternativas viáveis e apresentar propostas eficazes para o seu soerguimento econômico. Como resultado dos trabalhos da Comissão Fundamental, foram produzidas teses sobre a agricultura, a pecuária, a indústria, a exploração mineral, o comércio, a legislação fiscal, o ensino agropecuário, os bancos e o comércio exterior. Essas teses foram submetidas à discussão dos congressistas entre os dias 13 e 20 de maio e suas orientações foram incorporadas aos programas do Governo Francisco Sales (1902-1906) e do Governo João Pinheiro (1906-1908).

Vale ressaltar o fato de que os comissários do congresso tinham forte representação junto aos setores de produção. Para Faria (1992, p.11), o Estado que se constituiu em Minas Gerais, sob o regime republicano, apresentou uma relativa articulação aos setores de produção, manifestando-se como “catalisador” dos interesses desses setores. Para a autora, essa articulação, que se deu de maneira complexa, era mediada por uma *intelligentsia* que atuava para ampliar e legitimar o projeto proposto pelo Estado. A articulação entre o Estado e os setores produtivos pode ser percebida nos documentos deixados pelos comissários do Congresso de 1903, sobretudo no documento “Exposição da Comissão Fundamental”, de 15 de janeiro de 1903, cujo conteúdo deu base às primeiras atividades realizadas pelos comissários.

Nos termos da discussão proposta por Gomes (1999), pode-se considerar que a preparação para a plenária do congresso demandou a formação de algumas estruturas organizacionais, entre as quais as reuniões da Comissão Fundamental – possivelmente foram as estruturas mais formais – constituíram-se como espaços de aprendizado e

trocas de idéias. Por meio da análise dos documentos deixados pelos comissários, tais como a Exposição da Comissão Fundamental, as teses e as conclusões retiradas das teses, é possível notar o movimento de formação das idéias que nortearam a realização da plenária do congresso. Ressalto que as reuniões da Comissão Fundamental deram efeito à circulação de idéias presentes em vários países considerados, pelos comissários, como exemplos de sucesso no que diz respeito ao setor de produção agropecuária. Sobre as atividades realizadas pela Comissão Fundamental, cabe, ainda, destacar que, a título de organização, os comissários dividiram entre si, segundo a atuação de cada um deles nos setores de produção, os temas de elaboração das teses. Todavia, não se pode perder de vista que as idéias presentes em cada tese refletiam as sensibilidades produzidas nessa rede articulada pela Comissão Fundamental.

O estudo das questões educacionais ficou sob a responsabilidade de Carlos Pereira de Sá Fortes que, em sua tese sobre a pecuária, apresentou uma proposta para o ensino agropecuário. Nessa proposta, foi indicada a criação de escolas agrícolas, de estações agrônômicas, de institutos zootécnicos, de escolas de leiteria e de campos de experiência e demonstração, que se destinariam tanto à melhoria das condições de trabalho dos agricultores e industriais, quanto à formação daqueles que pretendessem ingressar nos respectivos ramos de trabalho. No que se refere a escolas agrícolas, aconselhou-se que fosse adotado o Plano de Estudos da Escola Prática de Agricultura e Pecuária de Córdoba, com pequenas modificações.

O discurso proferido por João Pinheiro, em 20 de maio de 1903, durante a sessão de encerramento do congresso, pode contribuir para uma compreensão mais geral do evento:

Para mim, para cada um de nós, os dias que passamos no trabalho que ora se finda não poderão ser jamais esquecidos.

A elevação dos assuntos, a geral expectativa, as grandes esperanças despertadas, a gravidade dos problemas a estudar, a nossa recíproca estranheza em assembléia numerosíssima eram circunstâncias que teriam conturbado o mais calmo espírito, se não fôra o sereno patriotismo do coração mineiro e o seu admirável senso prático das cousas.

(...)

O ouro e diamante de nossas terras, as suas possantes jazidas metalúrgicas, a fôrça de seus rios, a imensa criação de seus campos, as zonas extensas de cultura, riquezas pedindo exploração, trabalho precisando ser regularizado, a segurança das famílias, a sorte das fortunas adquiridas com labor, estremecidas passageiramente na eterna inconstância das cousas humanas, tudo isso passou em tumulto diante de nossa alma, nestes poucos dias de trabalho, deixando em meu coração, meus senhores, sentimentos de esperança.

(...)

Congraçou em nossa terra tôda a família mineira [referia-se ao Governo Francisco Sales], e no trabalho organizado tenta encontrar a condição de permanência de um bem-estar que só assim se tornará duradouro.

Em meio de paz desfralda, agora, o ilustre Presidente do Estado, para Minas e para a Pátria, a bandeira da política econômica, elevada e pacificadora, dando a tôdas as atividades um destino definitivo, mostrando que o progresso pode e deve ser o desenvolvimento da ordem.

(...)

Nos prêmios pecuniários procurastes o estímulo da iniciativa particular; na criação das cooperativas, o grande instrumento de força produtora que as associações constituem, e, por último, nas tarifas protecionistas, a condição necessária da colocação das riquezas acrescidas.

É nossa a grande opulência natural desta pátria, é nosso êste clima para tôdas as produções, é nossa a exuberante terra brasileira; mas em mãos estranhas estão a exportação das nossas riquezas, a importação do que não temos querido produzir, a regularização do nosso crédito, a exploração do alto comércio internacional, estando condenados em nome de uma liberdade comercial absurda a sermos um povo pobre no seio da mais rica das pátrias.

Para reagir contra êste estado de cousas é que nos reunimos.

O tempo foi escasso, os problemas complexos, mas o primeiro passo foi dado (SILVA, 1903 in: BARBOSA, 1966, pp.121-122).

O discurso remete, em parte, a um diagnóstico pessimista da realidade econômica e social. Se, por um lado, Minas detinha uma capacidade produtiva considerável, por outro, a mesma estaria sendo mal aproveitada. E, os problemas decorridos desse quadro implicariam numa condição de subordinação a economias consideradas fortes, tanto nacionais quanto estrangeiras. Sendo assim, as orientações tiradas durante o Congresso de 1903 não apenas despertaram grandes esperanças ao anunciar uma política econômica, mas tiveram parte na produção de um modo de pensar Minas, sobretudo pelo viés político.

2.2.1. O diagnóstico de estagnação econômica e desarticulação interna

A problemática pautada pelo congresso se fundamentou num diagnóstico no qual a realidade econômica e social do Estado estaria manifestando estagnação e até mesmo decadência, além de acentuada desarticulação interna.

No entanto, esse diagnóstico possuiu um caráter excessivamente sombrio, pois desconsiderava um crescimento econômico que se fazia; porém, moderado e irregular (WIRTH, 1982). De antemão, vale ressaltar que a imagem de uma estrutura desarticulada e a idéia de estagnação e decadência vem sofrendo contestações na

historiografia. Segundo Dulci (2001), a controvérsia reside na questão da produção de subsistência, pois muitas análises estariam subestimando a importância que esta logrou para o cenário do mercado interno e também para o complexo agroexportador⁵⁰. Sendo assim, para efeito da discussão que proponho, o valor desse diagnóstico pessimista consiste em compreender uma determinada leitura que se fazia da realidade mineira naquele momento.

É possível pensar que a produção e a divulgação de uma leitura pessimista da situação econômica e social interessavam às elites e autoridades políticas da época na medida em que criavam condições políticas para sua atuação. Recorrente nos documentos oficiais e na imprensa regional, a leitura pessimista adquiria legitimidade e acabava por justificar as ações pretendidas nas esferas econômica e social⁵¹. Todavia, não se trata de tomar o diagnóstico de estagnação econômica e desarticulação interna pelo viés de estratégias de convencimento. Antes disso, ele denota uma prática discursiva amplamente compartilhada no meio político durante a República nascente. Diz respeito a relações sociais travadas, pertencimentos vivenciados e sensibilidades partilhadas.

A idéia da estagnação se apresentava em contraste com a imagem de um passado de riqueza e prestígio, correspondente ao período da mineração do ouro. Mas, também, derivava de comparações com a organização econômica de outras regiões do país, especialmente São Paulo. No conjunto dessas comparações, Minas era situada numa posição de declínio, indicando uma “perda de substância econômica” (DULCI, 2001, p.39). Sobressaía-se a percepção de atraso (relativo), insistia-se nas potencialidades inexploradas e na necessidade de políticas de recuperação econômica (DULCI, 2001).

O termo perda de substância foi cunhado por Tiradentes no final do século XVIII (MAXWUELL, 1978 apud FARIA, 1992)⁵². Desde então, integrou-se ao imaginário mineiro manifestando conotação tipicamente regional. No tempo da Inconfidência o termo resguardava sentido no tipo de exploração imposta ao Brasil, pois, este, dispendo de tudo aquilo o que necessitava para subsistir, devia sua condição de pobreza à relação estabelecida com a Europa que, “como uma esponja, lhe tivesse chupando toda a substância” (MAXWUELL, 1978, p.153 apud FARIA, 1992, p.80).

⁵⁰O autor se refere aos trabalhos de SLENES, Robert W. *Comments on “Slavery in a non-export economy”*. *Hispanic American Historical Review*, [s.l.], v.63, n.3, 1983;e LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista; Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁵¹Ver Bandeira de Melo (1990), Faria (1992) e Dulci (2001).

⁵²MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Com o advento da República, o termo passou a designar, mais fortemente, o temor do esvaziamento econômico do Estado (FARIA, 1992). Segundo a autora, a este efeito, era referido com frequência nas falas dos líderes políticos e de entidades de classe, tais como a Associação Comercial de Minas e a Sociedade Mineira de Agricultura. Contudo, diferente da maneira como ocorria na Inconfidência, durante a República, a perda de substância não possuía uma causa evidente. Atribuía-m-na, por exemplo, “ao descaso do Estado em relação aos esforços dos produtores rurais, ou à ausência de sistema viário capaz de fazer escoar a produção até os mercados consumidores” (FARIA, 1992, p.81).

De acordo com a autora, embora, no percurso histórico, o referido termo viesse sofrendo apropriações diversas, sua evocação, quase sempre, instigava a ação conjunta do governo e de representantes dos setores econômicos sob o intento de pôr fim ao chamado processo de perda. Nesse sentido, pode-se inferir que o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 foi um momento em que a concepção da perda de substância se fez bastante perceptível, produzindo um rigoroso diagnóstico e um complexo projeto voltado para as questões econômicas e sociais.

Vale ressaltar que, no início do período republicano, a substância de Minas correspondia também ao ideal de unidade geográfica e política do Estado, ameaçada tanto pela possibilidade de separatismo político-administrativo quanto pela sua formação geohistórica. Garantir a unidade “no período subsequente à implantação do regime republicano era, portanto, deter o processo de esvaziamento econômico de Minas” (FARIA, 1992, p.84).

A formação geográfica e a especificidade histórica concorreram, decisivamente, para fracionar o território em regiões e sub-regiões com relativa autonomia político-econômica⁵³. Se o centralismo político-administrativo exercido durante o Império permitiu silenciar, pelo menos em parte, as disparidades regionais, o advento da República as evidenciou (WIRTH, 1982 apud FARIA, 1992). Assim, os esforços

⁵³A metrópole Portuguesa submeteu Minas tanto quanto possível a uma política de isolamento que lhe era conveniente. Essa política de isolamento e as características do processo de ocupação resultaram no esfacelamento do território em pelo menos, sete regiões com características próprias. Com o fim do período colonial, o isolamento dessas regiões acabou gerando sub-sistemas de poder local, que tiveram de ser absorvidos pelo Estado que se formava no início da República. Assim, a unidade geográfica e política se tornava o principal desafio a ser transposto no processo de estruturação do Estado sob o regime republicano (FARIA, 1992).

empreendidos a fim de estabelecer uma unidade que se pudesse governar, tiveram de considerar uma pluralidade geográfica, econômica e política.

À época em que se organizou o congresso, era comum a compreensão de que o Estado se dividia em sete regiões: Centro, Norte, Sul, Leste, Oeste, Triângulo Mineiro e Mata⁵⁴, caracterizadas segundo suas condições geográficas, processo de ocupação e produção econômica (FARIA, 1992). Para Faria, o maior contraste se manifestou nas regiões da Mata e Sul, com o rápido crescimento da economia cafeeira junto à reivindicação de autonomia político-administrativa. Nessas regiões o republicanismo prosperou e se confundiu com as aspirações de poder político no regime que acabara de se implantar.

O problema da desarticulação interna, que, então, manifestava-se em detrimento de uma unidade pretendida, era constantemente enfatizado. Segundo Wirth (1982), Minas não se constituía como uma unidade no que diz respeito aos aspectos econômicos e geográficos. O Estado era formado por sete zonas bastante diferenciadas entre si, sendo que nenhum centro urbano polarizava este conjunto, nem mesmo a capital Ouro Preto. Esta formação foi interpretada sob a ótica de um mosaico.

A população mineira era relativamente numerosa, no entanto, espalhando-se sobre o vasto território, deixava grandes áreas totalmente despovoadas. Isoladas, algumas zonas privilegiavam a produção para a subsistência. Outras eram atraídas por pólos comerciais situados no Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, o que, pelo menos em parte, devia-se à dependência de seus portos para realizar exportações e importações. Portanto, a desarticulação das atividades produtivas se apresentava como uma face da estrutura econômica mineira, acentuada pela insuficiência das vias de transporte e de meios de comunicação entre as diversas partes do Estado (WIRTH, 1982).

Além disso, conforme argumentou o autor, o conservadorismo e o acentuado senso de lugar dos mineiros não correspondiam aos “novos valores de um Brasil em processo de industrialização” (WIRTH, 1982, p.39). Nesse sentido, evidenciava-se certa defasagem em relação às tendências que se espalhavam por outras regiões do país após a década de 1890. E, mesmo o Estado tendo ocupado um papel central no cenário da política nacional no início do regime republicano, o retorno que esse lugar privilegiado oferecia

⁵⁴Esta é uma divisão tradicional, encontrada nos documentos oficiais, no noticiário e imprensa, literatura da época e, até mesmo, na literatura sobre a época. Embora esta divisão possa ganhar um tratamento pertinente à idéia do mosaico mineiro, sua utilização se deve também ao fato de não existir um mapa histórico-geográfico de Minas Gerais nesse período (FARIA, 1992).

era relativamente limitado para impulsionar o desenvolvimento econômico – que havia se tornado um critério de sucesso.

Todavia, de acordo com o estudo de Wirth (1982), no período de 1889 a 1937, a economia mineira não se define pela estagnação, mas por um crescimento irregular, moderado. Em comparação a outros grandes Estados do Centro-Sul, as transformações econômicas em Minas foram menos profundas. Ademais, o caráter moderado, ao qual o autor se refere, não teria sido proporcional à população e ao poder político do Estado.

A economia expandiu-se, mas, sem muita rapidez, configurando um declínio relativo. Para o autor, este declínio pode ser explicado por diversos fatores que, a longo prazo, ajudaram a enfraquecer o estímulo das forças de mercado: a baixa renda *per capita*; a baixa produtividade; a ausência de crédito; a superdependência no café – que constituía a lavoura mais valiosa –; um ineficiente sistema de transportes. Assim, tendo, então, desenvolvido uma relação neocolonial com outros mercados, Minas deixava partir pessoas e matéria-prima, enquanto importava produtos manufaturados e alimentos processados.

Vale ressaltar que no debate público, a problemática da recuperação econômica ganhava contornos densos, claramente relacionados ao problema econômico brasileiro (DULCI, 2001). As lideranças políticas chamavam atenção para os problemas relacionados à posição de Minas no panorama nacional. Mas não só. A situação brasileira poderia, do mesmo modo, provocar empecilhos ao progresso de Minas. Assim explicava João Pinheiro, em seu Manifesto-programa de 1906, por ocasião de sua candidatura à Presidência do Estado:

Os povos modernos progridem rapidamente, alguns vertiginosamente, e a fatalidade dêste progresso impele-os ao *imperialismo* [grifo do próprio autor], no qual as nações fracas serão irremediavelmente sacrificadas. Nesta luta, infelizmente, os mais fúteis pretextos podem prevalecer sobre os mais sagrados direitos, conforme a eficácia dos meios materiais em que os povos se apoiarem.

Referindo-se ao problema econômico brasileiro:

Correspondente à solução de necessidades aflitivas, à ânsia de progresso, tendo sido pôsto, para ser resolvido, pelas próprias condições da vida nacional.

Êle não depende sòmente, como a alguns parece, da exclusiva decretação das tarifas protecionistas.

(...)

Com a decretação do protecionismo alfandegário, deve coincidir, necessariamente, a de outras medidas, visando promover e estimular, diretamente, a produção no interior do País (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966:145-146).

Se o Brasil necessitava garantir a eficácia dos meios materiais para não sucumbir ao imperialismo dos povos modernos, Minas não se via de fora dessa tarefa. O mercado nacional era o principal espaço pretendido pelas políticas de recuperação econômica traçadas por Francisco Sales e João Pinheiro. Estas se direcionavam para uma inserção mais competitiva e dinâmica, privilegiando a diversificação produtiva, a substituição de importações de produtos que o Estado tinha condições de produzir, a defesa do protecionismo e a educação do trabalhador do campo (DULCI, 2001). Não foi sem razão que Carlos Pereira de Sá Fortes ao discutir o ensino agropecuário em sua tese, destacou como epígrafe as palavras de um economista estadunidense⁵⁵: “instruamo-nos para podermos produzir vantajosamente; e produzamos, para sermos fortes e respeitados” (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.186).

2.2.2. A Exposição da Comissão Fundamental: um olhar sobre Minas

O conhecimento do fenômeno econômico depende, mais do que qualquer outro, da verificação dos seus antecedentes históricos, da justa apreciação dos fatores do momento, e da exata compreensão das forças imanentes que só esperam impulso audacioso e esclarecido para transformarem uma atualidade de penúria num futuro de opulência estável (Comissão Fundamental, 1903 In: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.123).

As atividades de preparação para o congresso demandaram uma série de encontros entre os comissários da Comissão Fundamental. Esses encontros ocorreram entre os meses de janeiro e abril de 1903, e motivaram a produção de importantes documentos por meio dos quais se pode compreender a problemática pautada pelo Congresso. Em suma, esses

⁵⁵O economista não foi identificado no texto de Sá Fortes (1903).

documentos compõem os Anais do Congresso de 1903. Entre eles, destaco a Exposição da Comissão Fundamental, as conclusões dos quesitos que orientaram a elaboração das teses que foram submetidas à discussão da plenária durante o congresso, e a tese sobre a pecuária. Por meio da análise desses documentos, busco discutir a relação entre a problemática pautada pelo congresso e a proposta para a educação do trabalhador do campo. Vale chamar atenção para o fato de que na discussão que proponho nos tópicos seguintes, a figura de João Pinheiro fica, aparentemente, à sua margem. Isso decorre em razão da autoria dos documentos privilegiados na produção desses tópicos. Todavia, sempre que me refiro aos comissários da Comissão Fundamental, não se pode perder de vista que João Pinheiro presidia a Comissão, e, portanto, suas atividades. Dessa maneira, mesmo concedendo a devida autoria ao pecuarista Carlos Pereira de Sá Fortes em relação à tese do ensino agropecuário, deve-se considerar que as questões expressas por ele e pelos demais comissários refletem sensibilidades partilhadas por um grupo que, nesse momento, era liderado por João Pinheiro e Francisco Sales.

A Exposição da Comissão Fundamental é um documento que foi produzido pelos comissários, sob o intuito de orientar a elaboração das teses que foram submetidas à discussão dos congressistas. Datado aos 15 de janeiro de 1903, em Belo Horizonte, o documento apresentou uma breve análise da conjuntura mineira naquele momento e teve por objetivo a apreciação de sessenta e dois quesitos relacionados aos assuntos que deveriam constar nas teses.

Na avaliação dos comissários, Minas atravessava um momento de crise econômica, cujos reflexos remetiam a uma agricultura fragilizada, a uma legislação fiscal inadequada ao crescimento dos setores comercial e industrial, e a uma tímida exploração dos recursos minerais. Nesse cenário, os empreendimentos diminuía devido à retração do crédito, os investimentos malsucedidos nos anos anteriores depunham contra a entrada de novos capitais no país e, além disso, a baixa dos preços do café no mercado internacional agravava ainda mais a situação da economia mineira. Essas questões, tratadas no conjunto do problema econômico brasileiro, foram apresentadas no documento como sendo as motivações para o congresso que se realizou.

A avaliação dos comissários se direcionava para a compreensão do fenômeno econômico, atentando-se para a verificação dos antecedentes históricos e para os fatores que estariam presentes à época. Se, por um lado, a avaliação se pautava num

diagnóstico pessimista da realidade econômica e social, por outro, o diagnóstico era contraposto pelo elogio das condições naturais de riquezas do Estado. Nesse sentido, o “atraso” em que Minas se encontrava não era justificável, visto que, em termos de território, de formação étnica e de tradições cívicas, o Estado possuía os elementos básicos da nacionalidade brasileira (Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.123). Acreditava-se que Minas propiciava toda sorte de empreendimentos agropecuários, assim como aos de suas indústrias conexas, pois em seu território “a latitude tropical é modificada ou atenuada pela altitude de suas montanhas, alternando-se e contrastando os vales profundos e planícies baixas com os planaltos e as encostas de climas temperados. É cortado em todas as direções por águas vivas e fartos caudais” (Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.123).

No que se refere às condições naturais de riqueza, considerava-se que Minas era privilegiada em relação aos demais Estados. A esse respeito, a atenção dos comissários se voltou para o mapeamento da exploração: da pecuária, no Oeste e no Noroeste; da lavoura, principalmente a de café, na Mata e no Sul; das matas virgens, desde as bacias do Rio Doce até as bacias do Mucuri; das fontes de águas termais e minerais, no Sul; do ouro, no Centro e no Norte; do diamante, na região de Diamantina; de matérias-primas para a siderurgia e para a metalurgia estrangeira. Este mapeamento evidenciava não apenas a possibilidade de diversificar a produção, mas também o desejo de que a economia mineira se recuperasse da posição de declínio em relação a outras economias do Centro-Sul. Isso pode ser percebido na ponderação feita pelos comissários: “ante o exame das condições naturais de riqueza da privilegiada terra de Minas Gerais, o seu futuro econômico se nos antolha como devendo ser, fatalmente, um dos mais brilhantes da Pátria Brasileira” (Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.123).

No documento, a lavoura de café foi destacada como um investimento de grande retorno financeiro. O café era um produto brasileiro sem concorrência no estrangeiro, pois, devido às suas condições naturais, não poderia ser produzido na quase totalidade dos países consumidores. Dessa maneira, com um mercado estrangeiro extenso e sendo uma cultura de fácil produção, tanto em termos de acondicionamento quanto em termos de conservação, o café passou a ser produzido em larga escala nos Estados de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo desde as décadas iniciais do século XIX

(Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.123). No entanto, a predominância que a cafeicultura atingiu em relação às demais atividades produtivas era motivo de preocupação naquele momento em que os preços para a venda se encontravam em baixa. A crise da cafeicultura foi atribuída ao desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado estrangeiro. De acordo com Dulci (2005), os efeitos da crise do café estimularam a defesa de um sistema produtivo diversificado, de modo que, ao longo da primeira metade do século XX, a política econômica em Minas se orientou pela diversificação da produção. Entretanto, esta logrou maior força nas décadas de crise da cafeicultura, 1900 e 1930.

De acordo com os comissários, o primeiro efeito da crise do café teria sido “a deslocação das atividades e forças vivas nele empregadas para diferentes ramos de exploração”. Por isso, fazia-se necessário “ocupar, dirigir e fixar estas atividades produtivas” (Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.123). Ou seja, muitos dos trabalhadores anteriormente envolvidos com a cafeicultura se voltavam, então, para outras atividades, as quais precisariam ser tratadas de tal maneira que pudessem gerar empregos e renda. A essas observações dos comissários, seguiam-se as questões: “haverá lugar para o emprego destas energias superabundantes? Haverá novas explorações de consumo certo, interno ou externo, para a colocação das mercadorias acrescidas ou novas?” (Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.123). Vale ressaltar que os termos “consumo certo” e “colocação das mercadorias” caracterizam o sentido esperado para a diversificação das atividades produtivas. A política de produção precisaria ser eficaz em relação ao mercado que pretendia ocupar.

No que diz respeito à diversificação das atividades produtivas, os comissários recomendaram a substituição das importações dos produtos agrícolas, dos produtos pecuários, dos produtos das indústrias conexas a esses dois setores – tal como manteiga, queijos, vinhos, couros e peles, azeite –, e dos produtos das indústrias extrativas e manufactureiras. Segundo os comissários, a recomendação se baseou na análise dos dados estatísticos oficiais das importações feitas pelo Brasil nos anos de 1901 e 1902⁵⁶. Foi analisada a importação de: fio de algodão, com ou sem mesclas; banha; batatas; farinha de trigo; manteiga; queijos; toucinho; charque; águas minerais; vinhos; arroz;

⁵⁶Os dados são referentes a documentos do APM: Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IV; e *Voyage au Brésil*, de Saint-Hilaire. Ver Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro op. cit., p.124.

feijão e favas; milho; trigo; frutas e legumes; alhos e cebolas; gado vacum; couros e peles; fio de juta; fio de linho, com ou sem mesclas; azeite para máquinas; e azeite vegetal.

Os comissários chamaram atenção para o fato de que alguns destes produtos haviam constituído ou constituíam objeto de exportação do Brasil e de Minas. É o caso do algodão, da farinha de trigo, da manteiga, dos queijos e do toucinho. Em relação a Minas, de acordo com os dados verificados pelos comissários, o algodão foi objeto de exportação nos primeiros anos do século XVIII. A manteiga apresentava uma elevação na pauta de exportação, devido à instituição da tarifa protecionista em favor de sua produção. Os queijos ocupavam o sexto lugar, e o toucinho o segundo lugar dentre as exportações. Além disso, outros produtos ganharam destaque, tanto porque dispunham de uma produção mais ou menos estabelecida em Minas naquele momento, quanto pela qualidade que apresentavam. É o caso das águas minerais, do trigo, das frutas e legumes, do fio de juta e do fio de linho. Com base na discussão trazida pelo documento, pode-se pensar que a idéia de “ocupar, dirigir e fixar” se aplicava às atividades relacionadas a este tipo de produto, digo, de boa qualidade e cuja produção já se encontrava previamente estabelecida.

As considerações acerca da indústria da manteiga, feitas pelo Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes no conjunto da tese sobre a pecuária⁵⁷, são importantes para se compreender, pelo menos em parte, a relação entre produtos que constituíam objeto de importação e exportação. De acordo com Sá Fortes (1903), essa indústria vinha apresentando um crescimento considerável em Minas, tanto porque encontrou no Estado condições favoráveis, quanto porque “os progressos e aplicação racional da engenharia industrial e as novas descobertas químicas e bacteriológicas, postas ao serviço das indústrias”, concorriam para esse crescimento (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.177). Contudo, nos anos de 1901 e 1902, o crescimento no setor teria manifestado uma notável desaceleração. A esse respeito, foram apresentadas duas causas: a falta de proteção alfandegária, que teria motivado a entrada de produtos estrangeiros no mercado mineiro, e cuja concorrência a indústria mineira não poderia enfrentar devido ao alto custo de sua produção; e a venda a granel, suscetível à especulação dos intermediários, os quais estariam adulterando o produto para atingirem

⁵⁷SÁ FORTES, 1903. *Respostas aos quesitos de nº 21 a 33 propostos pela Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas ao Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes*. In: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., pp.163-194).

maiores lucros com a venda. O produto perdia em qualidade e, como consequência, restringia-se a sua aceitação no mercado.

Para Sá Fortes (1903), a solução para o problema da desaceleração do crescimento do setor industrial residia na ação conjunta entre este e o governo. Ao industrial caberia medidas de duas ordens: em relação ao fabrico e ao acondicionamento do produto; e em relação a colocação do produto no mercado. Quanto à primeira, o autor recomendou o estudo e a observância dos preceitos e métodos utilizados para o processo de produção, e o acondicionamento do produto final em recipientes hermeticamente fechados. A colocação do produto no mercado deveria prezar pela sua “moralização”, ou seja, ser feita de maneira a se precaver dos atributos negativos que lhe pudessem ser imputados (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.178). Nesse sentido, dois caminhos foram apontados. De um lado, a implantação de um sistema de cooperativas institucionalizando o comércio do produto, a exemplo dos países na América do Norte e de países do continente europeu, como a Dinamarca. De outro lado, a intervenção do governo, reprimindo, por meio de leis, a ação dos intermediários.

Além disso, ao governo caberia a instauração da proteção oficial ao produto. Com base na discussão apresentada por Sá Fortes (1903) a esse respeito, pode-se considerar que as medidas protecionistas deveriam atingir os produtos estrangeiros cujos preços eram relativamente inferiores aos dos produtos mineiros. Isso porque, de acordo com o autor, os produtos estrangeiros comercializados no mercado brasileiro eram a parte recusada pelo mercado em seus países de origem. E, não tendo o Estado medidas que coibissem a entrada desses produtos, eles, podendo ser vendidos à baixos preços, devido à sua baixa qualidade, tinham grande vantagem sobre os produtos nacionais de melhor qualidade e produzidos a um alto custo.

Por tudo isso, pode-se considerar que o documento Exposição da Comissão Fundamental continha uma mensagem precisa. Isto é, ao se optar pela instauração de um sistema de produção diversificada, Minas deveria reclamar para si o mercado interno, operando na substituição das importações. O excerto abaixo não deixa dúvidas a esse respeito:

haverá, repetimos, meios legais, poderá o Governo do Estado ou da União intervir, direta ou indiretamente, de modo a favorecer e incrementar a produção destas mercadorias [referindo-se aos produtos citados como objeto de importação]? Quais serão esses meios?
(...)

Para assegurar o mercado interno aos nossos produtos, deveremos pedir tarifas protecionistas?” (Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.124).

Como pôde ser observado, o protecionismo foi a solução apontada pelos comissários a fim de estimular a produção nacional e se apropriar de um mercado relativamente seguro, ou de consumo certo, como já dito. No documento, a defesa do protecionismo como estímulo à produção nacional se fundamentava na análise da atuação de Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos naquele momento. Para os comissários, os Estados Unidos, devido à proteção às suas riquezas, às indústrias e ao trabalho, haviam se “elevado rapidamente a um país de primeira grandeza” (Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.124). Pode-se inferir que a atenção prestada à atuação de Roosevelt deveu-se, em parte, à presença de João Pinheiro na presidência da Comissão Fundamental. Segundo Barbosa (1966), João Pinheiro era um leitor entusiasta de Roosevelt. No Brasil, além da difusão de suas mensagens enviadas ao Congresso Estadunidense, circularam dois livros que foram publicados em edições francesas. A saber: *La vie intense* (1900) e *L'idéal américain* (1904).

Vale ressaltar que a atenção à prática protecionista estadunidense é recorrente nos documentos deixados por João Pinheiro. Em seu Manifesto publicado no dia 19 de janeiro de 1905, tendo como parâmetro o exemplo norte-americano, João Pinheiro avaliou que constituía um equívoco em termos de política econômica a ausência de proteção ao trabalho do produtor e à agricultura, assim como a ausência de amparo às manufaturas incipientes em relação à concorrência estrangeira. Adiante, afirmou: “o dever imperioso do momento para aumentar a produção, consiste em reassegurar o mercado interno, por um protecionismo racional que nos ponha em pé de igualdade com o trabalho estrangeiro” (SILVA, 1905 in: BARBOSA, 1966, p.137). Em setembro de 1906, durante uma entrevista concedida ao Jornal O País, o assunto foi novamente citado. Na ocasião, João Pinheiro chamou atenção para o fato de que a sua defesa do protecionismo poderia incorrer numa contradição aparente com os seus princípios de liberdade econômica. Todavia, para ele, tal liberdade, no âmbito da concorrência industrial, só se poderia praticar em condições relativamente semelhantes. Conforme afirmou, no caso da indústria brasileira, “a ausência de proteção não seria liberdade,

seria um delito; é como se desse a uma criança a liberdade de lutar com um atleta” (SILVA, 1905 in: BARBOSA, 1966, p.170). Para João Pinheiro, a prática protecionista operada nos termos por ele defendidos – tal qual julgava ter ocorrido nos Estados Unidos – significava não apenas proteção ao industrial, mas, também, à independência econômica.

Junto ao protecionismo, pretendia-se incorporar à política econômica, outras medidas que servissem de estímulo à produção nacional. No caso das indústrias extrativas e manufatureiras, por exemplo, estudou-se a possibilidade de conceder prêmios de incentivo à iniciativa particular. Conforme os comissários registraram no documento A Exposição da Comissão Fundamental, pretendia-se “acordar a iniciativa particular, nacional ou estrangeira, para o seu soerguimento [de Minas]” (Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.125). No que diz respeito à iniciativa particular estrangeira, defendeu-se que fossem buscados meios de o governo atrair esses industriais para o Brasil. Na avaliação dos comissários, seria melhor importar as manufaturas ao invés dos objetos manufaturados.

Todavia, o incremento à produção nacional se estendia para além da ação protecionista e dos prêmios de incentivo à iniciativa particular. Os temas que pautaram os quesitos apresentados no documento, selecionados pelos comissários para fundamentar a elaboração das teses para o congresso, permitem notar a extensão das recomendações feitas acerca da produção nacional. Constaram os seguintes temas: cultura do café; da cana-de-açúcar; do fumo; policultura; ensino agrícola e ensino profissional; pecuária; colonização; mobilização da riqueza do imóvel; águas minerais; impostos municipais; viticultura; vinicultura; sericicultura; pequenas culturas e pequena criação; fretes e tarifas; indústrias novas em geral; mineração e indústrias conexas; indústrias manufatureiras; comércio; impostos interestaduais; e questões bancárias. Os quesitos trataram da exploração de novas culturas e do melhoramento das culturas existentes, da exploração de novas indústrias e do melhoramento das indústrias existentes, da análise dos meios pelos quais o governo poderia auxiliar a colocação dos produtos no mercado nacional e estrangeiro, da regularização dos impostos referentes à venda e ao transporte, do crédito agrícola e da colonização. De uma maneira geral, é esse o conteúdo das teses do congresso.

A elaboração das teses se deu entre os meses de janeiro e abril de 1903. Assim, com as atividades finalizadas, os comissários reuniram-se no dia 20 de abril, novamente em

Belo Horizonte, para discutir as conclusões retiradas das teses que deveriam ser submetidas à discussão da plenária durante o congresso. Dessas conclusões, destaco aquelas relacionadas ao manejo das culturas agrícolas e pecuárias. Nelas, evidenciaram-se orientações no sentido de que o governo criasse condições para que no Estado se efetuasse uma modernização da produção agropecuária, sobretudo no que se refere à implementação generalizada da mecanização e de procedimentos químicos na produção. No bojo dessas orientações, a educação do trabalhador do campo foi fortemente valorizada como uma medida viável para a intervenção no problema. A proposta educativa foi defendida sob um aspecto formal, expresso pela difusão de um ensino técnico profissional regular, e foi defendida também sob um aspecto não-formal, o qual compreendeu, basicamente, a instrução de trabalhadores por meio de instituições-modelo. Sobre esse aspecto, pode-se notar a preocupação com a propaganda dos processos que deveriam ser incorporados à produção. Cabe ainda destacar que os comissários endereçaram ao governo a responsabilidade de facilitar a circulação de idéias sobre os processos desejados.

Essas considerações acerca da proposta educativa podem ser observadas, a seguir, nas conclusões de número 12, 13, 14, 15, 16 e 29, retiradas do texto dos comissários, transcritas na íntegra:

12 – Convém a criação por parte do governo, na Capital Federal, como dependência da Recebedoria do Estado, de uma seção para exposição ali de amostras das mercadorias mineiras, e um empregado com prática do comércio para correspondente, prestando aos produtores informações sobre o valor, exigências do mercado e possibilidade de colocação dos produtos⁵⁸.

13 – Convém que o Estado crie um laboratório de análise de terras, análise e dosagem de fertilizantes, separado ou anexado ao da Escola de Minas.

14 – Deve o Estado criar na Capital uma modesta instalação agrícola, modelo de pequena cultura aperfeiçoada.

15 – Convém a criação de uma escola prática de agricultura e zootecnia onde seja dispensada instrução teórica e prática dessas matérias, adotando o tipo da Escola de Agricultura e Ganaderia prática de Córdoba.

16 – É conveniente a criação de duas estações agronômicas especializadas para leiteria e zootecnia práticas.

29 – É de conveniência que o governo do Estado mande à Europa três industriais de reconhecida competência para o fim não só de estudarem os aperfeiçoamentos aplicáveis às indústrias existentes no Estado, como ainda estudarem o estabelecimento de indústrias novas em Minas, aproveitando

⁵⁸A problemática acerca das exposições não foi aprofundada durante o processo de pesquisa, contudo, ainda que brevemente, vale destacar a sua importância no que se refere à propaganda. As exposições não foram apenas um meio para incrementar a comercialização dos produtos, mas se constituíram também como espaços de propagação de idéias.

matérias-primas aqui existentes (Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.128).

É notável que o eixo educativo no projeto defendido pelos comissários tinha por finalidade a produção de trabalhadores afeitos à modernização agrícola. A elaboração da proposta educativa se fez ante uma noção de atraso em relação a outros países considerados bem sucedidos no que diz respeito à questão agrária. Essa noção de atraso ficou bastante evidente na tese apresentada por Sá Fortes (1903) sobre a pecuária:

É tão incontestável o fraco grau de desenvolvimento da indústria pecuária em Minas, como é inegável a excelência de seu clima temperado e ameno para obter-se aquele elevado grau.

Para concordar-se com aquela afirmativa, basta lançar a vista para solidão da maior parte de nossas campinas e para a promiscuidade em que vivem, em poucas delas, mesquinhos rebanhos de abastadas raças animais; basta considerar a minguada cifra de produtos de nossa exportação, provenientes da pecuária, e a elevada cifra do que importamos sob a forma de charque, banha, conservas e extratos, solas, couros, manteiga, margarina, leite condensado, queijos diversos, lã, azeite animal etc. Compare-se com o nosso, o grau de adiantamento desta indústria em países tão novos como o Brasil; indague-se da situação do ensino agropecuário teórico e prático entre nós; só isto bastará para ficarmos tristemente convencidos de que estamos em Minas bem distanciados do desejável desenvolvimento da indústria pecuária (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.163) .

Adiante, sobre as “causas do atraso”, Sá Fortes (1903) afirmou:

Todas elas podem ser sintetizadas em uma só: falta de preparo conveniente para exploração da indústria e para tirar dela os benefícios que é capaz de produzir.

A quase generalidade dos nossos criadores desconhece os métodos práticos de zootecnia; porque, infelizmente, eles não têm tido onde aprendê-los. Pondo de lado o ensino teórico, nem ao menos o ensino prático nos tem sido facultado, quer em estabelecimentos públicos, quer em estabelecimentos particulares (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.165).

As considerações de Sá Fortes (1903) estavam relacionadas ao progresso agropecuário do Uruguai e da Argentina, principalmente. O olhar para as Repúblicas do Prata resguardava dois sentidos. De um lado, o interesse pelo progresso agropecuário que vinham alcançando. De outro, a consciência de que tanto o Uruguai quanto a Argentina

tinham condições para fazer concorrência ao mercado mineiro, o que poderia incidir negativamente sobre a economia mineira.

Todavia, o interesse dos comissários não se restringia ao Uruguai e à Argentina, mas, estendia-se também à compreensão do progresso agropecuário de países europeus, como por exemplo, a Bélgica e a França. Em relação ao conjunto das observações registradas por Sá Fortes (1903) a esse respeito, pode-se notar a consideração de que o progresso agropecuário desses países correspondia, em boa medida, à vasta disseminação do ensino teórico e prático das ciências agrônômicas e da zootecnia. Quanto ao progresso agropecuário, à educação dos trabalhadores do campo e aos métodos de exploração agropecuária – associados à mecanização e aos procedimentos químicos –, vale ressaltar que as idéias circulavam por meio de suportes como documentos oficiais com dados estatísticos da produção dos países, jornais e periódicos, livros, e circulavam também pela ação dos sujeitos que ocupavam e transitavam por lugares diversos. Os países se visitavam, interessavam-se pelas trajetórias uns dos outros.

A atenção de Sá Fortes (1903) incidiu com maior ênfase nas ações do Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria da Argentina, criado com a Reforma Constitucional de 1898. Considerava-se que o Ministério era “indispensável ao progresso do país” (SÁ FORTES, 1903, p.187). Segundo o autor,

O Governo [Argentino], por seu turno, veio em auxílio da iniciativa particular; procurou difundir o ensino agrônômico nas escolas rurais; facilitou o desenvolvimento da viação; dispensou a proteção alfandegária; criou prêmios de animação; procurou atrair e fixar no país operários habilitados; cooperou para que muitos filhos do país visitassem e se aperfeiçoassem nos centros industriais estrangeiros; finalmente, empenhou-se para dar a maior expansão comercial aos produtos de sua indústria pastoril, abrindo-lhes os portos dos grandes mercados estrangeiros (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.165).

Evidencia-se, em primeiro lugar, a semelhança entre o projeto Argentino e o projeto defendido pelos comissários. Destaco o papel atribuído ao governo no que diz respeito à difusão do ensino agrônômico nas escolas rurais. A experiência das escolas rurais, sobretudo as denominadas Cabanas-Modelo, interessou bastante a Sá Fortes. Segundo o autor, tratava-se de escolas fundadas e dirigidas por especialistas no campo da agropecuária – geralmente estrangeiros, devido à escassez de trabalhadores nacionais

qualificados para o exercício das funções próprias da escola –, voltadas para a experiência e demonstração de procedimentos práticos de cultura. De acordo com Sá Fortes (1903, p.165), “desses verdadeiros campos práticos de experiência e demonstração partiram os primeiros ensinamentos da indústria; neles a Agrologia era praticada ao lado da Zootecnia”.

2.2.3. O ensino agropecuário

Instruamo-nos para podermos produzir vantajosamente; e produzamos para sermos fortes e respeitados (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.186.).

Em sua tese sobre a pecuária, a questão fundamental a qual Sá Fortes (1903, p.190) buscou responder foi a seguinte: “quais as medidas de mais conveniente adoção para alcançar-se o desejável desenvolvimento da indústria pastoril e das que lhe são conexas, sobretudo a de laticínios?”. A resposta a essa questão foi apresentada em duas linhas gerais, correspondentes às medidas de animação e proteção da produção nacional e à difusão do ensino agropecuário.

Quanto ao ensino agropecuário, em termos de concepção, a proposta apresentava uma clara relação entre a instrução e a produção:

Instrução e produção são os fatores da riqueza e da grandeza física e moral de um povo. De fato, sem instrução não pode haver produção vantajosa, quer na ordem física e material, quer na ordem moral e intelectual; e sem produção vantajosa nesses dois campos, não pode haver riqueza e fortaleza que façam respeitar os foros e direitos de um povo (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.186).

Essa relação entre a instrução e a produção pode ser compreendida por sua correspondência à idéia de progresso. Nesse sentido, e com base na discussão de Rossi (2000) acerca da idéia de progresso, pode-se considerar que a proposta para o ensino agropecuário, ao incorporar pressupostos da ciência e da técnica, objetivou o aumento da capacidade de intervir na realidade mineira. Conforme Sá Fortes (1903, p.186), “querer ou acreditar que um povo possa progredir e engrandecer-se sem as luzes da

ciência é um disparate, só equiparável à crença que um cego, privado das excitações luminosas dos órgãos visuais, possa marchar em caminho escabroso e cheio de precipícios”.

O tipo de instrução defendida por Sá Fortes (1903) envolvia o ensino em seu caráter teórico e prático. Isso pode ser observado no excerto abaixo, extraído de seu texto:

Quando falamos em instrução, referimo-nos tanto ao ensino teórico como ao prático.

(...)

A prática não dispensa a teoria, que se funda na observação e interpretação científica de uma série sucessiva de fatos, estudando as leis que presidem a sua produção, indicando os meios de obter a reprodução daquelas diante da diversidade de condições da natureza em cada tempo e lugar (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.187).

O papel da instrução estava ligado ao desenvolvimento das aptidões dos trabalhadores. Na compreensão do autor, o sucesso das explorações pretendidas com a diversificação da produção repousava sobre as aptidões daqueles que as executariam. Dessa maneira, a instrução deveria proporcionar ao trabalhador a aquisição de conhecimentos acerca da natureza do objeto de sua exploração, deveria concorrer para prepará-lo suficientemente para as atividades pertinentes e para adequá-las às condições do meio em que iria operar, e encaminhá-la em harmonia com a situação econômica da região em que estivesse estabelecida. Todavia, no documento deixado por Sá Fortes (1903), pode-se notar uma maior ênfase do ensino em seu caráter prático. Essa ênfase foi apresentada na perspectiva de crítica aos programas de ensino eminentemente teóricos. Para o autor, a teoria desprovida da prática poderia induzir a raciocínios pouco úteis à execução das atividades pertinentes às explorações agropecuárias desejadas.

A argumentação em defesa do ensino prático se colocava em relação com o objetivo de ocupar o mercado nacional, em especial. Mas não só. Vale ressaltar que Minas buscava posição ante a tendência mundial de modernização agrícola, que se manifestava, sobretudo, por meio de procedimentos que atendiam ao uso de suplementos químicos e crescente mecanização. Sobre a indústria de laticínios, por exemplo, Sá Fortes (1903, p.175) afirmou: “o empenho dos governos na disseminação dos conhecimentos científicos e aplicáveis à indústria de laticínios se manifesta em toda parte e de variadas

formas”. Nesse caso, interessava-lhe, principalmente, as ações educativas desenvolvidas nos Estados Unidos e na Dinamarca. Nas palavras do autor,

A indústria de laticínios está hoje [refere-se ao início da década de 1900] fundada sobre bases científicas de indiscutível valor; para tirar dela toda a soma de proveitos que pode proporcionar-nos, já não bastam as práticas empíricas; é mister que seu explorador conheça os progressos da mecânica e da química industrial e que saiba aplicá-los; pois, do contrário, será vencido na luta da concorrência pelos que, melhor aparelhados, produzem mais perfeito e barato (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.175).

O empirismo e as práticas rotineiras eram considerados empecilho ao progresso planejado para o setor agropecuário. Nesse sentido, atribuiu-se ao trabalhador do campo a representação de certa resistência aos procedimentos ligados à modernização agrícola. Portanto, cabia ao ensino agropecuário a função de “formar a futura geração de agricultores e industriais” (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.186).

Conforme definiu o autor,

a falta de instrução é o empirismo e a rotina infecundos e estéreis, que muitas vezes degradam e humilham o povo, conduzindo-os às raias do cretinismo e da imbecilidade; a falta de produção vantajosa é a origem da miséria e da pobreza do povo, é o caminho que leva ao aniquilamento e à absorção pelos mais fortes.

(...) [portanto], a disseminação do ensino deve ser a principal preocupação dos que têm a responsabilidade da direção e do bem-estar do povo (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.186).

A generalização do empirismo e das práticas rotineiras foi atribuída à falta de espaços onde os trabalhadores pudessem conhecer outros métodos para o desenvolvimento de suas culturas. Entendia-se, então, que competia ao governo a criação desses espaços. Segundo Sá Fortes (1903, p.186), “no seio de um país novo, composto em sua maioria de analfabetos e semi-analfabetos, que nem ao menos sabem querer, (...) entendemos que cabe ao Governo o dever de assentar as bases sobre o que tem de ser construído”. O governo, a exemplo dos países que haviam obtido sucesso no setor agropecuário, deveria facilitar a difusão da instrução técnica profissional aos agricultores e industriais. Nesse sentido, inclusive, desenhava-se uma crítica ao Governo Silvano Brandão (1898-

1902), em razão da retenção de orçamento público para a difusão do ensino⁵⁹. De acordo com Sá Fortes (1903): “saber gastar para aumentar a produção é também fazer economia; é a eliminação das práticas rotineiras, supérfluas e esgotadoras da atividade para substituí-las pelo trabalho inteligente e profícuo, que abre caminho para a prosperidade e felicidade” (SÁ FORTES, 1903, p.187).

Contudo, em sua avaliação, a implementação e a execução de um plano completo de ensino técnico e profissional deveria se realizar gradualmente, na medida em que houvesse crescimento industrial. Isso em razão do seu alto dispêndio e das condições sociais e culturais, ainda inadequadas ao seu pleno funcionamento. Sustentava-se que era necessário combater a rotina. A ação do governo, então, deveria se manifestar no sentido das inclinações dos agricultores e dos industriais, pela concessão de favores razoáveis. Simultaneamente, o governo deveria instigá-los à adesão dos procedimentos desejáveis para as explorações. A respeito da discussão de Velho (1994) sobre projeto social, é interessante notar dois pontos em relação à ação do governo. Em primeiro lugar, a dimensão política do projeto defendido no Congresso de 1903. Ou seja, como o grupo idealizador do congresso buscou mapear e dar sentido às questões vivenciadas pelos trabalhadores do campo em seu cotidiano. Em segundo lugar, a posição que o grupo ocupou para divulgar o projeto. Certamente que endereçar ao governo sua divulgação, deixava-o em condições privilegiadas de ser comunicado.

A proposta para o ensino agropecuário correspondia à criação: de escolas e institutos agrônômicos; de institutos zootécnicos e de veterinária; de estações agrônômicas de leiteria e fisiologia animal, com cursos regulares ou temporários de ensino teórico e prático; de um sistema de ensino prático executado por instrutores ambulantes; e a publicação de revistas industriais. Consideraram-se medidas inadiáveis, transcritas na íntegra:

a) a criação de uma escola prática de Agricultura e Zootecnia, onde seja dispensada instrução teórica e prática, em curso regular e mais ou menos completo daquelas ciências, adotando-se o plano e organização da “Escola de Agricultura y Ganaderia Pratica” de Córdoba, na República Argentina, com algumas modificações e pequenas adições;

b) criação de duas ou três estações agrônômicas especializadas para leiteria e zootecnia práticas.

Estas, além dos campos de experimentação para forragens e laboratórios para análises, terão uma leiteria-modelo para experiências e ensino prático da fabricação de manteiga, queijos e outros produtos lácteos, e prestar-se-ão

⁵⁹Ver Resende (1976) e Faria (1992).

ainda para postos zootécnicos, para animais de raças mais convenientes a cada zona, não só para o fim de demonstração dos métodos práticos de zootecnia, como para facilitar aos criadores da zona a utilização de reprodutores puro-sangue para melhoramento de seus rebanhos de gado.

Nessas estações, dever-se-á criar cursos práticos temporários de leiteria, zootecnia e veterinária;

c) adoção do sistema de ensino prático para indústrias de laticínios por meio de dois ou três instrutores ambulantes, encarregados de visitar, em cada zona, as fábricas de laticínios, e ensinar os processos modernos de fabricação (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.190).

As estações agronômicas eram estabelecimentos voltados para várias ordens de trabalhos vinculados às indústrias agrícolas. Suas finalidades: executar experiências científicas relativas aos diferentes problemas da produção vegetal e animal; fazer análises de terras, águas, adubos, forragens, leite, vinho, álcool, produtos agrícolas e industriais, assim como ensinar os processos para se reconhecer fraudes nos produtos naturais. As estações agronômicas poderiam atuar com programa geral ou especializado. O programa especializado deveria atender a vocação regional para as explorações. O estabelecimento deveria ainda dispor de campos de experiência e demonstração e laboratórios de análises.

Na tese da pecuária foram discutidos os programas dos estabelecimentos especializados na Europa, como os das cidades de Gante e Amber, na Bélgica. O interesse voltou-se para as estações de viticultura, vinicultura, arboricultura, leiteria, açucareiras, sericícolas e fisiologia animal, onde eram ministrados cursos regulares ou temporários de ensino teórico e prático. Quanto a institutos voltados para os campos da zootecnia e veterinária, foi sugerido inspirar-se no modelo dos cursos teórico e prático da cidade de Marimolle e na Escola de Agricultura e Aclimação de Grignon, na França.

Para Minas, aconselhou-se a criação de estações agronômicas especializadas em diversas zonas do Estado, estabelecendo-se, inclusive, alguns postos zootécnicos e cursos temporários práticos sobre especialidades. Valorizou-se, sobretudo, a possibilidade de aplicar um sistema de difusão do ensino prático por meio de instrutores ambulantes, o que poderia colocar em vantagem as indústrias de laticínios e a vinícola. Pela ação dos instrutores ambulantes deveriam ser vulgarizadas, principalmente, noções práticas de veterinária.

Entretanto, uma das maiores dificuldades apontadas para a criação desses estabelecimentos era encontrar pessoal habilitado para dirigir e desempenhar as funções próprias ao ensino técnico pretendido.

Outra medida recomendada foi a fundação de uma escola superior de agronomia, através da qual os mineiros poderiam receber uma educação profissional mais completa, “e torna-se em poucos anos os melhores propulsores do nosso engrandecimento agrícola e industrial” (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.188). Entre as funções atribuídas às escolas superiores, constou a formação do corpo docente nacional.

O plano de estudos da escola de Córdoba foi elaborado com base em experiências educativas européias e estadunidenses (SÁ FORTES, 1903). O objetivo da escola era constituir-se como um centro de ensino agropecuário para instruir suficientemente os alunos:

- 1) na execução das diversas operações do cultivo, fossem trabalhos do solo, plantações, modos de colheitas e conservação e utilização dos produtos;
- 2) no manejo e montagem das máquinas e utensílios agrícolas;
- 3) na cria, alimentação, engorda e cuidados gerais com o gado;
- 4) nos trabalhos relativos à transformação industrial dos produtos agropecuários;
- 5) nas questões referentes às enfermidades e pragas da agricultura e pecuária (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.190).

Para a realização destes fins, a escola dispunha de um extenso quadro de ferramentas, utensílios e máquinas agrícolas. A estrutura escolar contava com: uma biblioteca rural e um museu agrícola regional, com amostras de terras, sementes, produtos agropecuários e exemplares da fauna e da flora; um laboratório químico para análises de terras, águas, pastos e produtos diversos da indústria agrícola e pecuária; uma oficina de carpintaria e ferraria, para uso do estabelecimento e prática dos alunos; um depósito de sementes; leiteria; galinheiro; pombais; pocilgas; e colméias. Contava, ainda, com pequenos rebanhos vacum, cavalari e lanar, que serviam tanto às necessidades do estabelecimento quanto à prática da agropecuária.

A instrução na escola era, preferencialmente, prática. Os estudos apresentavam duração de dois anos, entretanto, poderiam se estender por mais um ano, a título de obter especialização em determinados ramos da indústria agrícola.

Os estudos compreendiam:

- 1) Curso Elementar de Agricultura Geral e Especial – era ministrado em duas partes. A primeira correspondia ao estudo do solo, sua composição, propriedades, características, e manejo, como arroteamento, adubação e irrigação. Estudava-se também a descrição e o emprego de máquinas e utensílios agrícolas, dando preferências àqueles que eram apropriados ao manejo das culturas no país. A segunda parte correspondia ao estudo das culturas em geral, porém, de modo particular, estudavam-se as culturas cujo desenvolvimento convinha fomentar (no caso argentino, cereais, plantas forrageiras, têxteis, oleaginosas e industriais em geral);
- 2) Curso Elementar de Pecuária – iniciava-se com noções prévias sobre as bases da organização animal, as dificuldades essenciais da zoologia, e a anatomia e fisiologia, por sua vez, necessárias a compreensão de funções orgânicas tais como nutrição, reprodução e mecânica animal. Em seguida, abordavam-se questões referentes à alimentação, multiplicação, aperfeiçoamento e higiene do gado. O curso se encerrava com noções veterinárias sobre as enfermidades comuns às quais o gado estava sujeito;
- 3) Curso Elementar de Arboricultura, Horticultura e Jardinagem – instruía-se sobre o cultivo de espécies frutíferas e florestais, hortaliças e plantas para adorno. Eram ministrados exercícios práticos sobre plantação, transplantação, podas, enxertos, administração da rega, cuidados com a horta, arruamentos e traçados de parques e jardins, e formação de bosques;
- 4) Curso Elementar de Indústrias Rurais – compreendia apenas o estudo e prática das indústrias que melhor correspondessem a uma exploração agrícola bem aproveitada para o país, tanto pela adaptação da produção ao território, quanto pela inserção dessa produção no mercado;
- 5) Curso Elementar de Meteorologia Agrícola – era precedido por breves noções sobre os fenômenos atmosféricos. O ensino prático era voltado para o manejo

- dos instrumentos comumente empregados nas observações meteorológicas. O curso se finalizava com breves noções sobre climatologia e previsão do tempo;
- 6) Curso Elementar de Construções Rurais – era um curso essencialmente prático. Disponha de oficina de ferraria e carpintaria para o aprendizado das construções necessárias à organização da propriedade, tais como alvenaria, armação de tetos, tabiques, portas, currais, manjedouras, estábulos, e pocilgas;
 - 7) Curso Prático de Aritmética e Geometria Aplicadas – limitava-se a exercícios práticos, relacionados, exclusivamente, com os trabalhos próprios ao campo. Sobre a geometria, eram ministrados exercícios sobre traçados, medição e divisão de figuras planas, com a finalidade de vulgarizar métodos precisos para se calcular a área de pequenas superfícies de terreno, e dividir pastos e seções de campo para a produção;
 - 8) Noções de Botânica e Química Elementares – quanto à Botânica, eram ministradas noções básicas sobre a organização das plantas, suas principais funções e classificação. Quanto à Química, eram ministrados os princípios gerais desta ciência, assim como conhecimentos sobre sua utilização na agricultura moderna. Ministravam-se, ainda, aprendizados sobre manipulações laboratoriais e métodos simples de análises de terras, águas, substâncias alimentícias, e produtos agrícolas diversos.

Para o caso de Minas, Sá Fortes (1903) recomendou que ao currículo fossem acrescentados cursos referentes a conteúdos de economia rural e de contabilidade. Pode-se pensar que, em boa medida, essa recomendação correspondeu ao objetivo de uma instrução para o comércio, no sentido de que o planejamento racional da produção poderia contribuir para uma melhor colocação dos produtos no mercado⁶⁰; como já dito, esta era uma preocupação cara aos comissários do Congresso de 1903.

As especializações propostas no currículo da Escola de Córdoba se realizavam por meio dos cursos de Leiteria, Horticultura, Arborização Frutífera, Florestal e Arte Veterinária,

⁶⁰Entre as conclusões dos comissários foi recomendada a criação de uma escola prática de comércio (Comissão Fundamental, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.129). E ver também IGNÁCIO BURLAMAQUI, 1903. *Teses apresentadas à Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas pelo Coronel Ignácio Burlamaqui, membro da mesma comissão* (em resposta aos quesitos 47 e 48). In: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., pp.143-149.

com duração de seis meses, ou um ano no caso desse último. Em qualquer um desses cursos, poderia se inscrever todo agricultor e proprietário rural que desejasse adquirir conhecimentos especiais sobre essas matérias.

Em se tratando do projeto defendido pelos comissários do Congresso de 1903, a complexidade sugerida pelos temas desses cursos se fazia importante na medida em que possibilitava uma aplicação prática desses conhecimentos, a fim de qualificar a produção nacional. Desse modo, almejando um ensino prático e imediatamente aplicável, o curso era oferecido sob critérios da modernização da agricultura, enfatizando a mecanização e os procedimentos químicos na produção, como as análises laboratoriais e a utilização de suplementos.

Na Escola de Córdoba eram admitidos alunos regulares e ouvintes. Quanto aos ouvintes, eram aceitos por meio de solicitação formal ao diretor da escola. A eles era reservado o direito de assistirem as aulas e participarem dos exercícios práticos, sem estarem sujeitos a exames.

Os alunos regulares poderiam ser externos ou internos. Ambos estavam sujeitos ao regulamento da escola, tendo de participar das classes e dos exercícios práticos conforme estivessem determinados no horário escolar. Para efetuar uma matrícula regular, o aluno deveria preencher os seguintes requisitos, transcritos na íntegra:

- a) Ser argentino (isto só tratando-se de aluno regular interno), e ter 17 anos de idade, o que será comprovado com certidão de batismo, ou com documento oficial, a juízo do diretor da escola;
- b) Ser de compleição sã e robusta para os trabalhos do campo, e estar vacinado;
- c) Provar boa conduta, mediante certificado expedido pela diretoria da escola onde tenha estudado anteriormente;
- d) Saber ler e escrever corretamente, conhecer a Geografia e a História pátria e os princípios fundamentais das Matemáticas (Aritmética e Geometria Elementar) (SÁ FORTES, 1903 in: Revista da Fundação João Pinheiro, 1981 op. cit., p.189).

Os pedidos de ingresso eram feitos mediante a apresentação desses documentos ao diretor da escola. Mas, o aspirante não ingressava de imediato. A sua aceitação ou recusa dependia da avaliação dos documentos exigidos e do seu grau de preparo para as atividades escolares – observado por aproximadamente duas semanas. É interessante notar que os requisitos de ingresso tinham uma correlação bastante objetiva com os propósitos previstos pelas ementas dos cursos, pois se pretendia selecionar alunos com

um perfil o mais adequado possível para os trabalhos. Isto é, os alunos precisavam dispor de boas condições físicas, boa conduta e precisavam também possuir determinados conhecimentos prévios que lhe permitissem acompanhar os conteúdos referentes aos cursos da escola. Dessa maneira, tomando a escola no conjunto das intervenções pensadas para o setor agropecuário, pode-se considerar que não era desejável o recrutamento de qualquer trabalhador, mas daquele cuja conduta e aptidões melhor se adaptassem ao projeto proposto.

Por fim, cabe ressaltar que o programa da escola contava ainda com um dispositivo chamado “sistema remunerativo de cultura”, por meio do qual se procedia à venda da produção excedente. Os fundos arrecadados a cada ano eram distribuídos da seguinte maneira: 50% para um fundo destinado à manutenção e melhoramentos da escola; 25% para custear festas escolares, conferências, concursos, exposições e distribuição de prêmios; 25% para prêmios de estímulo, distribuídos entre os alunos que nos exames de fim de ano obtivessem classificação de destaque.

CAPÍTULO III

Fogo na canjica⁶¹: João Pinheiro da Silva na Presidência do Estado de Minas Gerais

um projeto para a educação do trabalhador do campo

O objetivo deste capítulo é discutir a proposição de João Pinheiro para a educação do trabalhador do campo. Para isso foi privilegiado o período que vai de 1906 a 1908, quando ele ocupou a Presidência do Estado de Minas Gerais.

A ascensão de João Pinheiro à Presidência do Estado de Minas Gerais, no ano de 1906, em boa medida, deveu-se à maneira como ele produziu o seu retorno à vida pública. A esse respeito, destaco a sua atuação na presidência do Congresso de 1903, por ter contribuído para associar o seu nome ao projeto de recuperação econômica do estado, e a sua rápida passagem pelo Senado Federal. Não obstante, pode-se conjecturar que a sua candidatura ao Senado teve como principal objetivo tornar público o desejo do Partido Republicano Mineiro em dar sequência à política iniciada durante o Governo Francisco Sales.

O Governo João Pinheiro significou a continuidade do projeto político defendido a partir do Congresso de 1903. Em primeiro lugar, porque o seu programa de governo se pautou segundo as medidas econômicas recomendadas pelos comissários do Congresso. E, em segundo lugar, porque muitas dessas medidas foram trazidas a efeito durante sua atuação na Presidência.

Por meio da análise das correspondências de João Pinheiro, datadas no período em que ele ocupou a Presidência do Estado de Minas Gerais, foi possível observar a maneira como as idéias discutidas no Congresso de 1903 foram retomadas e tratadas de forma que pudessem vir a ser implementadas. Nesse sentido, como já venho afirmando, sujeitos de diversos segmentos sociais – políticos, agricultores, pecuaristas, comerciantes e representantes comerciais, industriais e especialistas em diversos setores do ramo, banqueiros, mineradores, advogados, engenheiros, professores – mobilizaram-se em torno da figura de João Pinheiro a fim de pensar as Minas Gerais do início do século XX.

No âmbito do projeto político preconizado por João Pinheiro naquele momento, a educação do trabalhador do campo teve uma grande importância, pois foi tomada como

⁶¹João Pinheiro utilizou esta expressão numa carta escrita a Francisco Mendes Pimentel, em 8 de dezembro de 1899. A expressão se refere à militância político-partidária.

uma estratégia para modernizar a agricultura mineira e reorganizar o trabalho no campo, especialmente.

Nos documentos que venho analisando, o tratamento dado à educação do trabalhador do campo estabeleceu uma ligação entre esta e a questão econômica. Ligação, aliás, já percebida nos documentos deixados pelos comissários do Congresso de 1903. Uma entrevista concedida ao Jornal O País, e publicada no Jornal Minas Gerais, de 20 de setembro de 1906, pode contribuir para a compreensão desta ligação. João Pinheiro explicou ao entrevistador que

O meu pensamento capital, você o sabe, é a organização econômica. Dizendo isto, devo acrescentar que o fato principal para mim não é a questão industrial, mas a questão agrícola, e dentro desta o desenvolvimento da pequena agricultura. A questão industrial é importante, não resta dúvida, e sou partidário decidido da proteção do Estado à indústria, enquanto esta não se acha bastante forte para lutar com vantagens com as indústrias estrangeiras, melhor aparelhadas; mas, tratando-se de reorganizar o trabalho como base da fortuna pública, o que se impõe, naturalmente, sobretudo, é a reorganização daquele que representa a maior parte dessa fortuna. Essa é, incontestavelmente, em nosso País, a agricultura; a indústria manufatureira beneficia um certo número de habitantes, mas a agricultura é que beneficia a grande massa, não só fornecendo o trabalho mais espontâneo e mais fácil ao número maior, como fornecendo ao País em geral os efeitos precisos às suas necessidades mais imediatas (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, pp.166-167).

Em relação à contraposição entre os benefícios que a indústria manufatureira e a agricultura poderiam oferecer para a reorganização do trabalho, João Pinheiro ponderou ao entrevistador: “feito a soma das indústrias que poderiam prosperar aqui, vê-se ainda que elas não corresponderiam a um quarto da população do Estado. A questão da agricultura é ainda o fato capital” (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, p.167). Segundo João Pinheiro, as indústrias manufatureiras, em países industrialmente novos, progrediriam de um estágio simples para um mais complexo, manifestando uma adaptação gradativa ao meio em que estivesse instalada. Além disso, manifestariam diferentes graus de aperfeiçoamento. Nesse caso, o retorno econômico das indústrias manufatureiras, em um país como o Brasil, não poderia ser imediatamente satisfatório. Entretanto, o contrário poderia acontecer com as indústrias agrícolas. Veja-se como ele retomou a questão: “a indústria manufatureira deve ser protegida, mas os cuidados maiores do meu governo voltam-se naturalmente para a indústria agrícola, porque é ela a nossa grande fonte de produção” (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, p.170).

A defesa da capacidade do setor agrícola para organizar o trabalho como base da fortuna pública – a questão central trazida pelo excerto apresentado – é bastante recorrente nos documentos relacionados a João Pinheiro, no período. É nessa relação, entre o setor agrícola e a organização do trabalho, que o ensino agrícola exerceu a sua importância. Essa assertiva pode ser lida em sua primeira mensagem enviada ao Congresso Mineiro, em 15 de junho de 1907:

Esta medida [referiu-se à implementação do ensino agrícola técnico-profissional] vai dar imediatos resultados e nela está a base da nossa regeneração econômica, assim para o produtor, como para o Estado, que da agricultura tira a sua principal fonte de receita.

O trabalho agrícola, pela vastidão de seus recursos, pela extensa aplicação, pelo seu hábito generalizado em toda a massa do povo, pela facilidade de sua aprendizagem, constitui a forma mais simples e poderosa do trabalho nacional e por ela deve começar a reorganização econômica do Estado (SILVA, 1907 in: BARBOSA, 1966, p.207).

Sobre a importância da agricultura, como pôde ser observado, correspondia à possibilidade de proporcionar trabalho e renda ao sujeito do campo, e, também, prover receita para o estado⁶². Na avaliação que João Pinheiro fazia, o trabalho agrícola poderia beneficiar a grande massa, sobretudo pelas alternativas de explorações das quais dispunham o território mineiro. Conforme observou Bandeira de Melo (1990, p.129), por meio da análise das fontes que mobilizei é possível perceber a crença de João Pinheiro de que na “recomposição do setor agrícola estava a certeza da recomposição da economia mineira e nacional”. Para o autor, a defesa do estabelecimento de uma economia agrícola foi um reflexo direto da situação brasileira, mineira em particular. Todavia, fazia-se necessário educar o trabalhador do campo.

Na entrevista, citada acima, ao se referir ao problema agrícola, João Pinheiro considerou duas medidas pertinentes. Em primeiro lugar, a fixação do trabalhador ao solo, a qual deveria começar pelo trabalhador nacional. E, em segundo lugar, a educação profissional do agricultor. Sobre esta última, João Pinheiro afirmou ao entrevistador:

e é disso que temos de cuidar desde logo como uma das mais imediatas necessidades. O grande estorvo da agricultura é a ignorância do agricultor. Estamos hoje tão atrasados como há oitenta anos, sobretudo em matéria de máquinas. O agricultor, em geral, não conhece as máquinas modernas que melhores serviços podem lhe prestar; quando as conhece, pela leitura ou por

⁶²Ver Resende (1976).

oitiva, não sabe onde elas se encontram, qual o seu preço de compra, qual o custo de instalação; e quando acontece que algum mais empreendedor consegue obter essas informações e compra uma máquina dessas, resta para ele a maior dificuldade, a de não saber como elas se apresentam. De modo que basta um erro de assentamento, a questão de diâmetro de uma polia, a empena de um eixo, o desnivelamento de uma sapata, para que a máquina não funcione como devia, para que não dê o rendimento com que o agricultor contava, e ele abandone, por imprestável, uma excelente máquina que fica desmoralizada assim por uma instalação má.

A conseqüência é a volta aos processos antigos que o lavrador fica a considerar superiores a tôdas as inovações (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, pp.171-172).

A “ignorância do agricultor” deve ser compreendida como a falta de instrução em relação aos procedimentos de cultura baseados na mecanização e no manejo químico. Nesse sentido, a noção de atraso, manifestada na discussão de João Pinheiro, é relativa ao progresso agropecuário de outros países, como foi discutido no capítulo anterior. Certamente, que o interesse pelo progresso de outros países não era sem motivo. Esse interesse advinha da expectativa de se posicionar competitivamente no mercado nacional. Essa é uma situação já registrada por Sá Fortes (1903, p.187), no Congresso, em sua tese sobre a pecuária. Afirmou ele que “se quisermos progredir, imitemos o exemplo daqueles países” - referindo-se aos países considerados bem sucedidos no que diz respeito à agropecuária.

Especialmente no período em que João Pinheiro ocupou a Presidência de Minas, o discurso sobre a substituição dos velhos hábitos e das práticas rotineiras dos agricultores ganhou centralidade em sua proposição educacional. A falta de conhecimento do agricultor no que se refere aos benefícios, instalação e operação do maquinário agrícola, ou mesmo a sua resistência, deveria ser resolvido pelo viés da instrução.

Conforme João Pinheiro, a solução seria

a educação técnico-agrícola, começando na escola primária, para o preparo dos operários rurais de amanhã, indo até o ensinamento ao próprio lavrador pela constituição das pequenas fazendas-modêlo.

(...) o problema agrícola está imediatamente ligado ao programa da instrução, antes a técnico-profissional; um é conseqüência do outro (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, pp.172-173).

Para caracterizar o papel do ensino agrícola no contexto do projeto defendido a partir do Congresso de 1903, Faria (1992, p.216) utilizou uma metáfora bastante interessante: “a

salvação da lavoura”. Para a autora, implementar o ensino agrícola, sobretudo o prático, era compreendido pelas autoridades como a questão crucial para resolver o problema do trabalho. Conforme a sua análise, ao longo das décadas iniciais da República, em Minas, inúmeras reformas operaram-se no sentido de equacionar o problema da educação e realidade social mineira. No caso da educação do trabalhador do campo, implementaram-se diferentes modalidades de ensino agrícola. Assim afirmou que em “frente aos inúmeros desafios a serem transpostos para organizar e aprimorar a mão-de-obra no campo”, a organização do ensino agrícola em diferentes modalidades foi tomada “por algumas autoridades como a principal solução (...), e para a maioria delas, como a alternativa viável, que poderia contribuir para a solução do problema” (FARIA, 1992, pp.226-227). Dessa maneira, a proposta de ensino agrícola se manifestou em variados graus de intensidade tanto na fala quanto na prática oficial ao longo do período. Sobre a discussão da autora, vale ressaltar ainda a sua análise de que a proposição de um ensino prático destinado ao trabalhador adulto compunha o ideário de uma educação para o trabalho, o qual, em boa medida, orientou a política educacional para o período, sobretudo durante o Governo João Pinheiro (1906-1908).

A disseminação da imagem de um agricultor ignorante, apegado às práticas rotineiras e fundadas num empirismo, remete ao problema da produção. Isso pode ser observado no excerto abaixo, extraído de um artigo denominado *A Cultura dos Cereais*, publicado no Jornal Minas Gerais de 12 de janeiro de 1908, e cuja autoria foi conferida a João Pinheiro:

o estudo do problema econômico do Estado de Minas mostra, à evidência, a produção insuficiente de riquezas.

(...)

a atual administração, vendo neste fenômeno econômico a razão generalizada de todos os nossos males, no que se refere à riqueza pública, afirmou que a causa da vasta penúria estava nos processos errados e atrasados do trabalho da terra (SILVA, 1908 in: BARBOSA, 1966, pp.277-278).

Diante dessas afirmações, cabe lembrar a discussão sobre a relação entre a instrução e a produção, feita no capítulo anterior, no item referente à proposta para o ensino agropecuário no Congresso de 1903. O papel da instrução estava ligado ao desenvolvimento das aptidões dos trabalhadores, de maneira que, ao incorporar pressupostos da ciência e da técnica, deveria proporcionar ao trabalhador, sobretudo, a

aquisição de conhecimentos práticos acerca do objeto de sua exploração. Pretendia-se, assim, a produção de trabalhadores afeitos à modernização agrícola.

Nos excertos apresentados, é possível notar a ênfase no papel do governo enquanto provedor da instrução desejável aos trabalhadores do campo. Segundo Sá Fortes (1903), uma das principais atribuições do governo deveria ser a de instigar os trabalhadores à adesão dos procedimentos utilizados na agricultura moderna. Nesse sentido, a ação do governo deveria não apenas proporcionar as aprendizagens, mas, sobretudo, os espaços adequados onde as aprendizagens pudessem ser realizadas.

Como venho salientando, no que tange o problema da organização econômica, a agricultura foi destacada como a questão principal, especialmente o desenvolvimento da pequena agricultura, em razão da possibilidade da reorganização do trabalho como base da fortuna pública. Não obstante, a organização econômica deveria começar pelo trabalho agrícola, devido a extensão territorial do Estado.

De fato, com o ensino técnico-agrícola, pretendia-se contribuir para o aumento da produção. Mas, vale ressaltar que a proposição educativa estava associada a outras medidas defendidas no contexto da organização econômica, tais como o estabelecimento do crédito agrícola, a sistematização dos meios de transporte e o programa de colonização.

Nos documentos analisados, o pensamento da organização econômica foi constantemente atribuído ao Partido Republicano Mineiro. Essa assertiva se confirma no seu Manifesto-programa de candidatura à Presidência do Estado de Minas Gerais, quando afirmou que “o pensamento da reorganização econômica mineira é filho de um partido, legítimo pela sua origem, definido pelo seu programa e poderoso pelos seus elementos” (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, p.155). Constituía-se, assim, a imagem de um programa definido, defendido pelo Partido Republicano Mineiro com o Governo Francisco Sales (1902-1906) e que teria continuidade no Governo João Pinheiro (1906-1910). Dessa maneira, a educação do trabalhador, que não era pensada apenas em seu aspecto formal, correspondia a um projeto amplo. Digo, um projeto republicano para Minas Gerais no início do século XX. Pode-se pensar, então, que a educação do trabalhador do campo, nesse período, desenvolveu-se no sentido da noção de vetores sociais, tal como é discutida por Berstein (1998).

Conforme observou Gonçalves (2009), no início da República os projetos de educação tiveram grande relevo em relação ao propósito de construção de uma identidade

nacional para o Brasil⁶³. Não obstante, os discursos deixados pelos intelectuais, políticos e legisladores que se ocuparam de pensar a educação nas primeiras décadas da República, manifestam o vínculo entre os projetos educacionais e os projetos de constituição de uma nação civilizada. A educação e a instrução do povo eram consideradas como uma garantia da ordem social; e a formação técnica, um meio para incorporar o povo à nação. Segundo o autor, “em Minas, assim como em outras unidades da federação brasileira, não era raro encontrar, no discurso das elites dirigentes, a idéia de que a educação era instrumento de transformação da sociedade” (GONÇALVES, 2009, p.106).

A análise do autor se fundamentou em três premissas, as quais transcrevo na íntegra:

A primeira: falar de educação na República é falar da própria República. O mesmo movimento de construção da república é, intrinsecamente, o movimento de construção dos projetos de educação. Afirmo que a república não nasceu pronta, assim como não se tinha projetos de educação predefinidos. A república e sua educação foram produzidas, e não sem conflitos.

A segunda: falar em projeto de educação na República é falar no plural, projetos. Isto pelo fato de não se ter um único projeto, nem de república nem de educação, mas, sobretudo, pelo aspecto plural que a própria constituição da República irá revelar. Poderíamos adiantar que não tivemos uma só república, mas várias. Assim, numa república plural, também plural são os projetos de sociedade, de nação e de educação.

A terceira: os projetos de educação dos republicanos, principalmente o escolar, foram produzidos para produzir a República. Nesse caso, a escola receberá um tratamento de vetor da República (GONÇALVES, 2009, p.107).

Como se vê, não bastava somente proclamar a República, mas era preciso torná-la uma instituição que se pudesse governar. Para o autor, foi com esse intento que os projetos de educação foram produzidos no decorrer das décadas iniciais da República, e “somente ganharam visibilidade quando a educação se restringiu à escolarização, assumindo o caráter de instrução elementar para o povo, a ser dada na escola primária e profissional” (GONÇALVES, 2009, p.109). Todavia, no que se refere à proposição de João Pinheiro para a educação dos trabalhadores do campo, não se pode perder de vista a importância legada à instrução dos adultos, que se deu de maneira não-formal, principalmente nas fazendas-modelo e por meio de professores ambulantes.

⁶³ Ver também Carvalho (2005).

No que se refere ao tratamento das autoridades com a instrução pública, Gonçalves (2009) destacou o diagnóstico de sua ineficiência, e os investimentos empregados em sua reforma, cujo objetivo era a melhoria da funcionalidade da escola. Tais pontos, tendo sido observados sob as referências da cultura política, indicam “a crença na eficácia da escola como viabilizadora da produção e reprodução das formas sociais de vida e de inclusão da criança na sociedade por meio da divulgação da instrução intelectual, física e moral” (GONÇALVES, 2009, p.110). Tal era o peso da concepção da educação como instrumento de transformação da sociedade, conforme o autor ressaltou a respeito dos discursos das elites dirigentes.

De acordo com o autor,

esse entrelaçamento entre projetos republicanos e projetos de educação tem relação direta com o que é chamado por Bernstein de vetores, pelos quais passam a integração de múltiplas referências culturais, responsáveis pelo estabelecimento de normas e de valores determinantes da representação que a sociedade irá fazer de si mesma e, tendo, no caso da República brasileira, o estabelecimento daquelas referências que, além de dar respostas às crises, angústias e aos problemas da sociedade, desempenharam o papel dominante, criando espaços férteis de uma cultura republicana nascente (GONÇALVES, 2009, p.110).

Conforme inferiu, as respostas elaboradas para as crises, as angústias e os problemas sociais, significaram o bastante para se inscreverem, em termos de duração. Tais respostas, apenas por seu efeito ao longo do tempo, “conseguiriam impor-se”, penetrar “nos espíritos sob a forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabasse por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos”. (BERSTEIN, 1998, pp.355-356 apud GONÇALVES, 2009, p.110)

Assim, com base na discussão do autor, tomando a produção das instituições escolares e dos demais espaços de formação do trabalhador do campo no conjunto desses “espaços férteis de uma cultura republicana nascente”, busco compreender a proposição de João Pinheiro.

3.1. A proposição para a educação do trabalhador do campo: uma nova geração de inteligentes operários rurais

Com base em Faria (1992), pode-se considerar que a política educacional implementada a partir do Congresso de 1903 refletiu a articulação entre o Estado e os setores de

produção. Como já dito, o Estado que se constituiu em Minas, sob o regime republicano, manifestou uma relativa articulação aos setores de produção, em especial no que diz respeito ao estímulo da iniciativa particular.

A partir do estudo de alguns autores (FARIA, 1992; DULCE, 2005) pode-se traçar um inventário da trajetória do ensino agrícola no decorrer das décadas iniciais da República, distinguindo-a em duas fases. A primeira se estendeu de 1903 a 1920, aproximadamente, e se orientou pela idéia da educação básica para o trabalho. Na segunda fase, a atenção se voltou para o ensino superior, “como parte de uma estratégia mais ambiciosa de modernização do campo” (DULCI, 2005, p.131). O meu interesse nesta dissertação restringe-se à primeira fase.

A maneira como o ensino agrícola foi pautado nas discussões do Congresso de 1903, evidenciou-o no contexto das políticas educacionais que vinham sendo adotadas até então. Tanto para Faria (1992), quanto para Dulci (2005), isso se deve ao fato de o ensino técnico ter se tornado objeto de uma política consistente, para a qual mobilizaram-se as elites e o poder público.

No que se refere à relação da política educacional com a questão do trabalho, a proposição para o ensino agrícola foi concebida como uma medida para organizar o trabalho e reter o trabalhador rural no campo. Nas primeiras décadas do século XX, a educação para o trabalho compreendeu o ensino profissional em escolas e a instrução prática de trabalhadores adultos, sobretudo no que diz respeito à concentração de esforços para implementar o ensino elementar e à difusão de conhecimentos aplicados (DULCI, 2005), especialmente em Fazendas-modelo⁶⁴ e campos de demonstração. Possivelmente, foi esta a maior contribuição do Governo João Pinheiro (1906-1908) para a educação do trabalhador do campo. De acordo com o autor, João Pinheiro empenhou-se na expansão do ensino primário e na criação de estabelecimentos para a aprendizagem agrícola, tais como as fazendas-modelo e os campos de experiência e demonstração, que se somavam à ação dos instrutores ambulantes na disseminação dos procedimentos de cultura desejáveis.

A ascensão de João Pinheiro à Presidência do Estado de Minas Gerais resultou em medidas efetivas no sentido de criar e regulamentar o ensino agrícola (FARIA, 1992). Vale destacar as Leis de nº 438, de 24 de setembro de 1906, que autorizou a fundação

⁶⁴Para uma melhor compreensão a respeito das Fazendas-modelo ver VERSIEUX, Daniela Pereira. *Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as Fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG, 2010.

de seis fazendas-modelo e a instituição dos instrutores ambulantes para o ensino prático de agricultura; a de nº 444, de 02 de outubro de 1906, que dispôs sobre as formas de se ministrar o ensino agrícola e a compra da Fazenda da Gameleira, que mais tarde foi anexada ao Instituto João Pinheiro; a de nº 454, de 6 de setembro de 1907, que instituiu o ensino prático de agricultura nas fazendas-modelo. Segundo Faria (1992), mesmo após a morte prematura de João Pinheiro, houve empenho das autoridades em dar seguimento ao seu trabalho, vide a profusão de leis e decretos que criaram e normatizaram estabelecimentos com esse destino, como foi o caso do Regulamento Geral do Ensino Agrícola que, aprovado pelo Decreto de nº 3.356, de 11 de novembro de 1911, vigorou até os anos de 1930. Além dessas Leis, destaco também o Regulamento de n.º 2.027, de 8 de junho de 1907, que reorganizou os serviços a cargo da Diretoria Geral da Agricultura, Viação e Indústria e dispôs sobre a organização das fazendas-modelo no Estado de Minas Gerais.

Sobre a proposição de João Pinheiro para a educação do trabalhador do campo, na entrevista publicada no Jornal Minas Gerais, de 20 de setembro de 1906, ele explicou que a educação técnico-agrícola deveria compreender o ensino primário, secundário e superior. Mas não só. Os conhecimentos acerca do manejo das culturas agrícolas precisariam alcançar o trabalho dos lavradores e pecuaristas, o que seria realizado por meio de demonstrações do manejo de culturas nas fazendas-modelo e da ação de instrutores ambulantes.

Conforme o Regulamento Geral do Ensino Agrícola, de 11 de novembro de 1911, em seu Artigo 1º, o ensino agrícola deveria, aos menores de dezoito anos, ser ministrado sob a forma elementar, com ênfase em sua feição prática, nos grupos escolares, nas escolas rurais, nos aprendizados agrícolas e nos institutos mantidos ou subvencionados pelo estado. Aos lavradores, além das fazendas-modelo e subvencionadas, e dos campos de demonstração, o ensino deveria ser ministrado por meio do trabalho de instrutores ambulantes, que prestariam assistência mesmo em fazendas situadas a grandes distâncias dos estabelecimentos de ensino regular. Quanto ao ensino médio, este deveria ser ministrado, nos estabelecimentos particulares ou subvencionados, aos jovens que quisessem se dedicar ao trabalho agrícola. Eis o artigo transcrito na íntegra:

Art. 1.º O ensino agrícola, que terá feição mais pratica do que theorica, será ministrado no Estado aos menores de dezoito annos que frequentarem ou não as escolas públicas, sob a forma elementar, nos grupos escolares, nas escolas

ruraes, aprendizados agrícolas e nos institutos mantidos ou subvencionados pelo Estado; – aos lavradores por meio dos professores ambulantes e também nas fazendas-modelo, fazendas subvencionadas e campos de demonstração; – e aos moços que queiram se dedicar a vida agrícola, nos estabelecimentos particulares existentes ou que se fundarem no Estado, subvencionados para o ensino medio ou theorico pratico de agricultura.

Embora fosse pretendido enfatizar mais a feição prática que a teórica, cabe lembrar, conforme a discussão de Sá Fortes (1903) sobre o ensino agropecuário, que a prática não dispensava a teoria nos ensinamentos. Na compreensão de Sá Fortes, a teoria se fundava na observação e interpretação científica dos fatos, no estudo das leis que presidiam a sua produção, e nos meios de se obter a sua reprodução. Dessa maneira, teoria e prática, sob a forma do ensino, deveriam oferecer ao trabalhador condições para compreender a natureza do objeto de sua exploração, de modo que ele estivesse preparado para desenvolver as atividades pertinentes, adequando-as ao meio em que a sua exploração estivesse situada, inclusive no que diz respeito à comercialização dos produtos obtidos.

Vale ressaltar que a discussão da relação entre a teoria e a prática, a ser executada no ensino agrícola, foi um tema importante no Relatório de Gorceix. De forma prescritiva, Gorceix discorreu sobre o caráter teórico e prático que deveria ter o ensino. Segundo ele, as lições deveriam se limitar a fornecer aos alunos

as noções geraes de sciencias indispensaveis a todo aquelle que queira occupar-se de agricultura segundo os processos racionaes. Este ensino versará principalmente, sobre as Sciencias que chamarei de accessorias, como a physica, chimica, tendo-se em vista o pequeno preparo que os alumnos trazem da escola (...) essas lições deverão ser acompanhadas de trabalhos praticos que tomarão durante o dia um tempo igual ao consagrado ás lições theoricas (GORCEIX, 1897, pp.21-22).

Na análise de Gorceix (1897), era necessário adequar o ensino às condições de aprendizado dos alunos. Quanto aos trabalhos práticos, deveriam ser considerados,

não como simples exercicios de laboratorio, excurções nos campos, exames, descrições de machinas, mas sim como uma verdadeira *collaboração, com a ferrameta na mão*, a todas as operações de cultura, de criação, de trato de animaes, de modo que possam os alumnos, na escola, sob a direcção dos praticos e dos mestres esclarecidos, apreender a profissão de creador, de vinhateiro e de agricultor. (GORCEIX, 1897, p. 22).

Dessa maneira, caberia aos professores

escolherem dentre os trabalhos aquelles que forem os mais úteis, os mais necessarios aos alumnos e que exigirem maior esforço intelectual, e ao mesmo tempo animal-os, tanto pelo exemplo, como pelos conselhos (GORCEIX, 1897, p.22).

Como pode ser notado, a prescrição de Gorceix (1897) traz a idéia de um ensino útil, imediatamente aplicável à realidade pertinente à profissão escolhida pelo aluno. Tal prescrição remete à pergunta de Herbert Spencer (1887, p.1), em seu clássico livro *Da Educação Moral, Intellectual e Physica*: “qual é o saber mais proveitoso?”. De acordo com Faria Filho e Cruz e Zica (2009), essa perspectiva da educação moral, intelectual e física ficou muito conhecida no Brasil dos oitocentos por meio da leitura de diversas obras, em especial as de Spencer.

O livro de Spencer (1887) foi dedicado a pais e professores, tendo pretendido constituir uma espécie de guia para a educação das crianças. As questões elaboradas em torno da compreensão de qual seria o saber mais proveito se referem à organização racional do tempo nas sociedades moderno-contemporâneas, e correspondem à consciência da finitude do homem. Conforme registrou o autor, apropriando-se de uma canção da época:

se o homem estivesse certo de que os seus dias deviam durar, como outr'ora, mil annos, que cousas elle não poderia aprender! Que trabalhos não poderia realizar! Sem pressa e sem cuidados (SPENCER, 1887, p.6).

As considerações de Spencer (1887) acerca da educação têm fundamento na premissa de que, em relação ao seu tempo de vida, o homem tem pouco tempo para se instruir. Tempo, aliás, abreviado pelas diversas ocupações necessárias à produção de sua vida. Dessa maneira, o tempo deveria ser empregado da forma mais vantajosa. Seguindo este raciocínio, o autor defendeu que os gêneros de conhecimentos possuem um valor relativo, devendo a sua avaliação estar sujeita à compreensão das seguintes questões, transcritas na íntegra:

qual é a verdadeira linha de conducta a seguir em todas as situações, em todas as circunstancias da vida? como se deve tractar o corpo? Como cumpre dirigir a intelligencia? Como governar os seus negócios? Como é que se deve educar a família? De que modo cumpre desempenhar os seus deveres de cidadão? Como convém utilizar todas as fontes de felicidade que a natureza deu ao homem? Qual é a melhor maneira de empregar todas as nossas faculdades para nosso maior proveito e dos outros? Como conseguir afinal viver vida completa? (SPENCER, 1887, p.7).

A respeito da educação proveitosa, o autor concluiu que sua finalidade era preparar para a vida completa, e, por conseguinte, saber em que grau um sistema de educação preenchia tal finalidade, que era a maneira racional de julgar este sistema.

Segundo Spencer (1887), a seleção dos conhecimentos a serem tratados pela educação deveria ser efetuada segundo as atividades que constituem a vida humana, as quais, numa escala de importância, estenderiam-se desde a satisfação das necessidades básicas do indivíduo, passando pela sustentação da ordem social e política, até as atividades relacionadas à satisfação dos gostos e dos sentimentos.

Por meio da análise dos documentos deixados por João Pinheiro, pode-se notar algumas semelhanças entre a sua proposição e os princípios da educação intelectual, moral e física, contidos no livro de Spencer (1887). Dessa forma, pode-se afirmar que houve alguma influência de Spencer na proposição de João Pinheiro.

Assim, na entrevista publicada no Jornal Minas Gerais, de 20 de setembro de 1906, João Pinheiro afirmou sobre o ensino primário agrícola, cuja função se destinaria ao preparo da “nova geração de operários rurais”:

instituirei um ensino técnico-primário, ministrado nas escolas públicas, de modo concreto, sem teorias, paralelamente ao ensino da leitura, da escrita e da aritmética.

O menino da roça, no tempo em que aprende a ler, a escrever e a contar, aprende praticamente todas as coisas que se fazem mister para que ele seja amanhã um inteligente operário rural: verá o que é uma máquina agrícola, o que se obtém com ela; ensinar-lhe-ão, não por teorias, mas com modelos de madeira que se armam e desarmam, como se pratica na Argentina e nos Estados Unidos, a maneira pela qual se constrói uma casa, como se arma uma tesoura, como se apruma um pé direito, e esse rapaizinho, que sai da escola com uma soma de conhecimentos práticos que o armam para a luta da vida, no dia seguinte, aprende insensivelmente no ensino concreto que lhe servirá pouco depois se tiver, como sucede na roça, de construir a própria casa, uma série de noções de geometria que não lhe servirão de nada se lhe fôsem dadas de modo abstrato, por um ensino teórico (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, p.172).

O modo concreto ao qual se referiu João Pinheiro tratava-se do método intuitivo, que, a meu juízo, perpassou, em certa medida, toda a sua proposição para a educação do trabalhador do campo, conferindo a ela o equilíbrio entre a prática e a teoria. Isto é, as abstrações operadas nas aprendizagens, necessárias à formação dos trabalhadores, não deveriam ser feitas *a priori*, mas, deveriam ser efeito do emprego de formas concretas. Spencer (1887), em seu livro, ofereceu como exemplo um método explicativo de pesos e medidas desenvolvido por Claudio Marcel⁶⁵. Ao aluno eram apresentados varas, pés, libras, onças, alqueires e quartilhos para que ele, pela experiência, encontrasse relações pertinentes. Há, nesse caso, o pressuposto de que “as verdades relativas ao numero, á fôrma, ás relações de posição, todas foram tiradas dos objectos materiaes, e apresental-as ás creanças no ponto de vista concreto, é fazer-lhes comprehender como foi que o genero humano se apoderou d'ellas” (SPENCER, 1887, p.70). Por sua vez, conforme a defesa do autor, o desenvolvimento mental da criança reproduziria o desenvolvimento histórico da humanidade, de forma que ao professor, então, caberia a tarefa de conduzir as aprendizagens das crianças em seu desenvolvimento espontâneo. As aprendizagens deveriam se operar do simples para o composto, do indefinido para o definido, do concreto para o abstrato. Por isso a utilização de modelos de madeira, por exemplo, na produção de conhecimentos práticos.

Não obstante, presumo que ao se referir a um ensino concreto e sem teorias, João Pinheiro utilizava-se de um recurso retórico para enfatizar o papel da prática, e, quiçá, estabelecer uma diferença em relação a programas de ensino de maior feição teórica, bastante criticados naquele momento em que as precrições das autoridades apontavam que o progresso de Minas carecia de trabalhadores práticos.

No excerto extraído da entrevista apresentada, pode-se considerar que o ensino prático apareceu como sinônimo de ensino útil, cuja competência era preparar o jovem para a “luta da vida” (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, p.172). Dentre os objetivos da educação moral, intelectual e física, “a instrução que torna os jovens aptos para ganharem a sua vida é d'uma importancia capital” (SPENCER, 1887, p.17). Conforme observou Spencer, é “na producção, na preparação e na distribuição dos objectos de

⁶⁵“Claudio Marcel, muitos annos consul da França em Inglaterra, publicou em inglez uma notavel obra intitulado: A Linguagem como meio de cultura intellectual e de communicacão internacional. Mais tarde desenvolveu em muitos escriptos em francez, as suas ideias sobre o ensino das linguas e dos principios de educacão” (SPENCER, 1887, p.67).

utilidade” que se emprega a maior parte da população (SPENCER, 1887, p.19). A educação do jovem, portanto, sem dispensar o valor útil dos ensinamentos de leitura, escrita e aritmética, deveria privilegiar aqueles referentes à atividade da qual dependesse a sua sustentação. Estes ensinamentos deveriam se fundamentar nas ciências relacionadas à natureza dos objetos de sua produção, tal como a Física, a Química e a Biologia.

Conforme as disposições contidas no Regulamento Geral do Ensino Agrícola, de 1911, que expressa bem o que pensava João Pinheiro, embora alguns anos após a sua morte, o ensino agrícola primário ficaria a cargo dos grupos escolares, escolas rurais, Aprendizados e Institutos Agrícolas.

Nos grupos escolares seria ministrado o ensino elementar de agricultura, por meio de campos de demonstração e experiência, os quais também deveriam ser organizados nas escolas rurais. As lições de agricultura deveriam ser realizadas em caráter experimental – prático –, contudo, os professores poderiam complementar tais lições com explicações teóricas, se necessário, para explicações referentes a fenômenos importantes. Além disso, de modo simples e intuitivo, as lições abordariam os preços de máquinas destinadas aos trabalhos agrícolas, o beneficiamento dos produtos, matérias-primas, entre outros.

Durante o ano escolar, o professor ministraria o ensino referente a operações praticadas com máquinas agrícolas, tais como armadura, destorroamento, gradagem, semeadura e capinação. Além disso, o professor deveria mostrar, de maneira prática, o manejo dos adubos químicos e orgânicos. Para a demonstração da influência dos adubos, deveriam ser organizados canteiros nos quais se utilizariam diferentes tipos de adubos; um deles não deveria ser adubado. Dispostos desta maneira, os canteiros permitiriam aos alunos a comparação entre os diferentes tipos de adubos.

Os trabalhos desenvolvidos nos campos de demonstração e experiência deveriam ser cuidadosamente detalhados pelos professores. Nos canteiros, por exemplo, deveriam haver placas indicando os nomes dos cultivos, a data em que foi iniciado e a natureza dos adubos empregados. Além disso, em um livro especial, deveriam ser registradas todas as operações agrícolas, os resultados das colheitas e as moléstias que, porventura, tivessem atacado as plantações.

Quanto aos Aprendizados Agrícolas, conforme o Artigo 81, do Regulamento de 1911, sua principal finalidade deveria ser a formação de trabalhadores aptos para os diversos

serviços da lavoura, segundo as modernas práticas agrônômicas. Conforme o Artigo 82 deste Regulamento, os Aprendizados se destinariam a filhos de pequenos lavradores, e, de preferência, a “menores desprovidos de assistência natural”⁶⁶, os quais deveriam ficar internos.

Os estudos estavam organizados em quatro anos. Nesse período, seria oferecida aos menores a instrução primária e o ensino primário agrícola. A instrução primária consistiria em ensinar a ler, escrever e contar corretamente, além da educação moral e cívica. Tendo como objetivo a formação de lavradores e bons operários agrícolas, o ensino deveria “despertar nos meninos o amor pela profissão rural, mostrando-lhes as vantagens materiais e morais da vida tranqüilla do campo e do serviço da lavoura”, conforme disposto no Artigo 96 da mesma Lei citada. O ensino apresentaria feição prática, complementando-se com noções teóricas elementares que seriam ministradas durante os trabalhos como meio de guiar os meninos para a execução de diferentes serviços.

O ensino prático de agricultura seria ministrado, diariamente, no campo de cultura do Aprendizado. Este ensino destinar-se-ia à prática do manejo de máquinas agrícolas por meio de atividades nas quais os alunos as montariam e desmontariam, de acordo com o método intuitivo. Seriam praticados, também, o preparo da terra, a adubação, o plantio, a carpa, a irrigação e a colheita, principalmente.

Além disso, seriam ministradas noções teóricas elementares sobre o solo e sub-solo, clima, chuva, nascentes, formação e composição de terras próprias ao plantio, irrigação, benefícios do preparo do terreno, tais como destocamento, aradura, destorroamento e gradagem; noções teóricas elementares sobre a estrutura das plantas, plantações, capina, adubos e adubação, sementes e instrumentos de trabalho, tais como enxada, machado, plantadores, entre outros; noções teóricas elementares sobre a escolha do terreno para o cultivo e sobre o combate a moléstias.

Nos Institutos Agrícolas também seriam admitidos, sob a forma de internato, “menores desprovidos de assistência natural”, os quais receberiam educação preventiva, ou mesmo “regenerativa”. De acordo com Faria Filho (2001, p.17), este propósito educativo refletiu “a temática da incorporação dos 'pobres', dos trabalhadores, do povo à República”. Segundo o autor, ao lado de outras temáticas, tais como a formação dos

⁶⁶De acordo com o Artigo de n.º 104, “orphãos desvalidos, meninos desassistidos e cujos progenitores tenham sido privados do patrio poder, ou cujos paes, pela sua situação de pobreza, não possam [cuidar] da educação dos filhos”.

trabalhadores e o combate à criminalidade, recorria-se constantemente à incorporação do povo à República como uma das principais justificativas para as reformas educacionais propostas nesse período. A atenção dispensada a esse menor, quase sempre, correspondeu a uma preocupação mais geral com a sociedade.

Conforme o Regulamento de 1911, a criação de Institutos Agrícolas, pelo Governo do Estado, deveria se pautar segundo a organização do Instituto João Pinheiro, criado pelo Decreto de n.º 2.416, de 9 de fevereiro de 1909. Como é possível deduzir imediatamente, o nome da instituição foi uma homenagem, prestada após a sua morte, pelo grupo de republicanos ao qual ele pertencia. O motivo era claro. Além de anexado à Fazenda da Gameleira, a organização do Instituto João Pinheiro reportava às suas idéias, aliando “assistência social à infância desvalida e o ensino agrícola” (FARIA FILHO, 2001, p.36).

Ao retomar a passagem de João Pinheiro pela Faculdade de Direito de São Paulo, pode-se notar a presença da temática da assistência social à infância desvalida na emergência de uma cultura político-jurídica. Nesse sentido, tal preocupação diz respeito aos conhecimentos jurídicos, especialmente os constitucionalistas e os criminalistas, disseminados naquela instituição. Para Gonçalves (2008), esses conhecimentos foram importantes porque, do ponto de vista ideológico, contribuíram para a formação política e moral da ordem republicana que se fazia. Sendo assim, não se tratava apenas de sonhos e expectativas de uma carreira jurídica, mas da “produção da sociedade brasileira, mineira em particular” (GONÇALVES, 2008, p.129). Nesse sentido, evidentemente, a ação de outros republicanos foi importante. Dentre os idealizadores do Instituto João Pinheiro, Faria Filho (2001), em seu estudo, destacou o papel de Mendes Pimentel. Contemporâneo de João Pinheiro na Faculdade de Direito de São Paulo, ele foi defensor das ideias acerca da incorporação dos trabalhadores à República.

Seguindo os trilhos do Instituto João Pinheiro, os demais Institutos deveriam reproduzir, em miniatura, a organização constitucional republicana. Assim, a estrutura do internato seria dividida de maneira que pudesse representar os municípios, estados e União. O diretor do Instituto deveria ocupar o lugar do presidente. No caso do Instituto João Pinheiro, três cargos eletivos eram atribuídos, por eleição, aos alunos: Ministro da Fazenda, Justiça e do Exterior. Dessa maneira, pretendia-se habituar os alunos às práticas políticas de dirigir, julgar e representar (FARIA FILHO, 2001). A finalidade

desta “República Escolar”, conforme disposto no Artigo de n.º 121, do Regulamento de 1911, era moral, cívica e disciplinar.

De fato, a organização pedagógica de um Instituto Agrícola deveria corresponder aos princípios da educação moral, intelectual e física. O desenvolvimento físico do aluno se faria por meio de uma alimentação sadia e equilibrada, da higiene pessoal e domiciliar, do trabalho, dos jogos recreativos, natação, equitação e longas excursões pelo campo. Quanto à educação moral, os alunos deveriam, pelos respectivos responsáveis da instituição, ser inspirados e estimulados à prática da verdade e da lealdade, da dignidade, autonomia, responsabilidade, altruísmo e dedicação, bem como aversão aos vícios e aos maus costumes. Os castigos físicos eram proibidos e as práticas desejáveis deveriam ser recompensadas. A educação intelectual deveria constituir-se do ensino de Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, História Natural, Desenho, Desenho Geométrico, Noções de Formas, de Física e Química. O ensino dessas matérias deveria ser distribuído, sistematicamente, em oito períodos.

Quanto à educação profissional agrícola, esta seria obrigatória a todos os alunos. Sua finalidade estava além de ministrar o ensino técnico. Os diretores, os professores e os mestres de cultura deveriam inspirar e cultivar nos alunos “o amor pela profissão rural”, de acordo com o Artigo 126, do Decreto de 1911. O ensino prático de agricultura e pecuária seria aplicado diariamente. Nele, os alunos se exercitariam no preparo da terra, plantio, carpa, irrigação e colheita, sempre fazendo uso de instrumentos agrários. Os alunos deveriam, também, ser habituados ao manejo animal, distinguindo as raças, idades e utilidades, bem como receberiam noções de veterinária. Além disso, seriam praticadas a jardinagem, horticultura, pomicultura e criação de animais domésticos.

Por fim, todo aluno deveria fazer o curso de *trabalho manual elementar*. Segundo o Artigo 128, do Regulamento de 1911, esse curso contribuiria para que os alunos adquirissem hábitos de paciência e de perseverança no trabalho, além de “apurar e conjugar os sentidos e especialmente adestrar as mãos, habilitar-se para prover, por si próprio, as necessidades comuns da vida rural, e revelar a vocação para o ofício”, em cuja aprendizagem poderia se especializar futuramente.

No tocante à proposição de João Pinheiro para a educação do trabalhador do campo, por meio da análise da Lei de n.º 438, de 24 de setembro de 1906, outros pontos importantes podem ser observados. As principais disposições desta Lei tratam da fundação de colônias agrícolas e fazendas-modelo. Todavia, destaco, por hora, o seu Artigo 5.º, pelo

qual o Governo de Minas ficou autorizado a contratar instrutores ambulantes para o ensino prático de culturas agrícolas e para o preparo de laticínios. Tais contratações teriam por objetivo a divulgação dos conhecimentos desejáveis sobre a agricultura e a aplicação de máquinas no manejo agrícola.

Entretanto, no Regulamento de 1911, é que se pode compreender um pouco melhor o papel do instrutor ambulante. De acordo com o seu Artigo 22, o ensino agrícola ambulante se destinaria à instrução dos lavradores cujas fazendas estivessem situadas a grandes distâncias dos estabelecimentos onde o ensino agrícola era ministrado regularmente. Conforme o Artigo 24, do mesmo Regulamento, os fazendeiros poderiam recorrer ao instrutor ambulante sempre que necessitassem de esclarecimentos sobre:

- a) Montagem e trabalho de machinas agricolas;
- b) Época mais apropriada para plantações pouco vulgarizadas entre nós [os mineiros] e processos para realizal-as;
- c) Moléstias das plantas cultivadas e meios preventivos e curativos para combatel-os;
- d) Modo e época do emprego dos adubos chimicos e organicos;
- e) preços de machinas agricolas, communs, adubos, sementes, reproductores, animaes, formicidas e vaccinas;
- f) Molestias mais communs dos animaes e dos modos de combatel-as;
- g) Importancia da selecção das sementes e das mudas;
- h) Modos praticos de fazer a irrigação, principalmente para determinadas culturas e vantagens desta;
- i) Vantagens da formação dos pastos, variedades de forragens e qualidades que mais se adaptam á zona;
- j) Inconvencientes da devastação das florestas, principalmente pelo fogo;
- k) Culturas mais próprias á região;
- l) Diferentes raças de gado e as quais mais convem ao logar.

Como é possível notar, o papel destinado ao instrutor ambulante era tão extenso quanto o era o plano de modernização da agricultura. A finalidade da instrução não consistia em apenas prestar um socorro pontual ao trabalhador do campo, mas, evidentemente, estava imbuída da propaganda dos processos modernos desejáveis para incrementar a produção agrícola mineira. Pretendia-se, assim, divulgar, por meio da demonstração prática, como deveriam ser tratados os problemas referentes ao manejo das culturas.

Pode-se notar que a disseminação de noções científicas acerca da Biologia, da Química e da Física se faziam importantes no conjunto das funções dos instrutores ambulantes, sobretudo em contraposição ao chamado empirismo. A alínea *j*, do artigo citado acima, é um bom exemplo disso. A devastação da vegetação nativa poderia incidir diretamente sobre a prática da agricultura. Um problema muito comum era o ataque de insetos às

plantações, que pode ocorrer tanto porque a ausência de vegetação nativa contribuiria para diminuir os seus predadores naturais, quanto porque contribuiria para diminuir as fontes de alimentação usualmente privilegiadas pelos insetos. O caso das queimadas, por sua vez, dizia respeito à saúde natural do solo, cuja compreensão se fazia muito presente naquele momento por meio de análises das características físico-químicas, em especial. Vale ressaltar que os laboratórios de análises de terras foram muito valorizados no plano de modernização agrícola. Em junho de 1890, o Decreto de n.º 91, criou um laboratório de análises de terras em Minas, anexado à Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP). Mais tarde, os comissários do Congresso de 1903, recomendaram a criação de um outro laboratório, o qual poderia ser anexado ou não à EMOP, e cuja especificidade deveria se voltar para a análise e dosagem de fertilizantes.

A ida de um instrutor ambulante a uma fazenda era feita mediante a um pedido, por escrito, em que o fazendeiro precisava indicar, minuciosamente, o problema para o qual desejava as instruções. Assim o fez o lavrador João Urias a João Pinheiro, solicitando a presença de uma comissão para averiguar os estragos causados pela lagarta em sua lavoura de milho. Na carta enviada pelo lavrador não há registro nem de seu endereço nem da data em que foi escrita, entretanto, presumo que ela pertença ao período entre 1906 e 1908. Escreveu o lavrador:

Eu plantei 4 alq^{rs}. de milho quasi todo im canna e com migo os meus agregados de 25 a 30. Tendo eu passado o arado em parte. Logo no nascer a lagarta apresentou por baixo na raiz do milho q. foi me preciso arrancar o toco em sob.º o milho já estava m¹⁰ crescido de 16 a 18 palmos com o pé muito fino, veio um vento e pos parte no xão, uns pés quebrados outros arrancados e com isso á grande falha. Com tudo se tomar os metros (não digo ser a primeira a minha roça) no lugar onde não haver m^{1a} falha terá 2^a e 3^a Classe, p^r. tanto pesso-vos p.^a mandar a Comissão vir examina-la e se for em Abril p.^a mim será melhor p.q a canna nova com o milho cresceo m¹⁰. está só com o pé q. nasceo. Meu amº o milho está aqui em m¹⁰. bom preço (...) a lagarta agora está na horta [se] nas arueiras comendo as folhas, já está m¹⁰. junto do feijão (De URIAS, sd, para João Pinheiro da Silva, cx. 28, doc. 3650. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM).

De acordo com a narrativa, pode-se pensar que o Sr. João Urias era um lavrador de pequeno porte, cuja produção se baseava na agricultura diversificada, privilegiando o cultivo do milho, da aroeira e do feijão. Nesse caso, a infestação da lagarta consistia numa impetuosa ameaça ao seu sustento, não apenas porque havia alcançado outras culturas, mas, sobretudo, porque a prática da agricultura diversificada em pequenas

propriedades tende a constituir uma cadeia produtiva em que algumas culturas estabelecem vínculos de dependência com outras. Uma parte da produção do milho, por exemplo, poderia estar destinada à alimentação de pequenos e médios animais, como galinhas e porcos.

Como afirmou o lavrador, a sua propriedade não era a única afetada pela infestação das lagartas. Sendo assim, na medida em que atingisse maiores proporções, o problema poderia prejudicar a geração de trabalho e renda na região. Pode-se considerar, então, que a atuação do instrutor ambulante, tanto ao prestar um socorro pontual, como pediu o Sr. João Urias, quanto na propaganda dos processos modernos desejáveis, mantinha uma relação direta com o propósito do desenvolvimento da pequena agricultura.

É curioso o fato de o lavrador ter dirigido o seu pedido diretamente a João Pinheiro, sendo que havia um órgão oficial⁶⁷ responsável por cuidar desses assuntos. A meu juízo, pelo menos em parte, isso se deve ao papel que João Pinheiro assumiu em relação ao desenvolvimento da pequena agricultura, sobretudo na discussão do tipo de assistência que deveria ser prestada ao agricultor. No plano discursivo, a atenção ao trabalho do agricultor se converteu numa espécie de propaganda da modernização da agricultura, prática muito presente em suas entrevistas e em seus artigos publicados no Jornal Minas Gerais.

Dentre esses artigos, destaco um denominado A Cultura dos Cereais, citado anteriormente neste Capítulo. O artigo era destinado aos agricultores, e uma de suas finalidades foi a de oferecer dados sobre o cultivo de cereais em experiências realizadas na Fazenda-modelo da Gameleira, situada a seis quilômetros da Capital. Veja-se a importância que João Pinheiro atribuiu à Fazenda em relação à organização do trabalho do agricultor:

Iniciou [referiu-se ao Governo], com decisão e energia, uma cultura modêlo, empregando os maquinismos aperfeiçoados que os outros povos empregam.

Mais do que isto, sem teorias, sem dar lições de livros, com um homem prático à frente do serviço e com os próprios trabalhadores comuns, quer dizer, executando a demonstração, em condições de poder-se generalizar rapidamente por todos os ângulos do Estado, dentro de um ano, que é o prazo da rotação das culturas, a administração se desempenhou dos seus compromissos.

Em terra atormentada e árida, no pior trecho das nossas terras, que é o dos cerrados, verdejam, neste momento na Fazenda da Gameleira, as plantações

⁶⁷ Refiro-me à Diretoria Geral de Agricultura, Viação e Indústria. Em 8 de junho de 1907, a diretoria foi reorganizada pelo Decreto de n.º 2.027, passando a se chamar Diretoria da Agricultura, Comércio, Terras e Colonização, e ficou subordinada ao Secretário de Finanças.

do milho, do arroz, da mandioca e da cana, procede-se à colheita do feijão, de batatas e já se efetuou a de cebolas para a exportação (SILVA, 1908 in: BARBOSA, 1966, p.278).

Como pôde ser observado, pretendia-se apresentar aos agricultores procedimentos que pudessem ser imediatamente aproveitados em suas culturas. De acordo com João Pinheiro, o foco das demonstrações das culturas modelo, iniciadas pelo Governo, na Fazenda-modelo da Gameleira, era a organização do “trabalho remunerador”, isto é, aquele capaz de gerar riquezas para o trabalhador. Nesse sentido, João Pinheiro afirmou: “a questão é saber-se como se ganha dinheiro e ensiná-lo ao povo, não pelos conselhos, mas por fatos e exemplos a seu alcance” (SILVA, 1908 in: BARBOSA, 1966, p.277). No excerto abaixo, extraído do mesmo artigo, pode-se observar um pouco melhor o papel imputado às demonstrações na Fazenda-modelo da Gameleira:

A fazenda-modêlo não foi feita para ser descrita, mas para ser examinada. Estas linhas são um convite útil para os senhores agricultores, para examinarem um negócio que é o dêles; verem como as máquinas trabalham, o seu rendimento; o custo mínimo dêste trabalho; como se planta, que colheita as plantações estão prometendo, porque, para êles, é feito o ensinamento. Ficarão convencidos de que o problema é simples, viável e útil; o trabalho remunerador; o pessoal empregado, diminuto; o serviço efetivo conseguido pelas máquinas – extraordinariamente grande. As culturas se podem progredir indefinidamente no mesmo lugar pela adubação; o transporte das colheitas, diminuído, senão quase suprimido, pela proximidade da cultura da residência do agricultor; as cêrcas por isso mesmo feitas de uma só vez e permanentes, eliminam despesas que se não repetem; a fiscalização fácil; a defesa contra animais daninhos, pronta; o serviço feito por máquinas, com ordem e regularidade, é perfeito e, por isso mesmo, estético (SILVA, 1908 in: BARBOSA, 1966, pp.278-279).

As demonstrações implicavam num rigoroso detalhamento do manejo das culturas; manejo realizado segundo os procedimentos agrícolas modernos. Tais procedimentos, além do uso de adubos químicos e de maquinário, também compreendiam a organização racional das culturas na propriedade.

Segundo João Pinheiro, as demonstrações realizadas na Fazenda-modelo da Gameleira concorriam para a produção de soluções concretas para o enfrentamento do problema da reorganização do trabalho. João Pinheiro afirmou: “o problema da reorganização do trabalho está praticamente retirado do terreno opinativo para a situação clara e simples

dos fatos demonstrados” (SILVA, 1908 in: BARBOSA, 1966, p.279). Assim, por várias vezes ao longo do artigo, os agricultores foram instigados a visitarem a Fazenda-modelo da Gameleira. De acordo com João Pinheiro, as demonstrações deveriam causar nos agricultores o seguinte raciocínio: “se em terras tão ruins, se obtém culturas destas, como não será nas minhas, que são melhores?” (SILVA, 1908 BARBOSA, 1966, p.279).

Nos documentos analisados, pode-se notar que ele nutriu um grande interesse pelas fazendas-modelo. A meu juízo, isso se deveu ao fato de que elas, pelo exercício de suas atividades, absorveriam boa parte das recomendações feitas, durante o Congresso de 1903, para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, e transformá-las em ensino técnico agrícola para jovens e instrução para trabalhadores adultos.

De acordo com a Lei de n.º 438, de 24 de setembro de 1906, em seu Artigo 2.º, o Governo de Minas ficou autorizado a criar, no estado, em pontos os quais julgasse convenientes, até seis fazendas-modelo, agrícolas pastoris, para a sistematização, aclimação e seleção de boas raças de animais. Este artigo recebeu um complemento no Regulamento de n.º 2.027, de 8 de junho de 1907, em seu Artigo 49, indicando que as fazendas-modelo a serem criadas pelo Governo deveriam ser distribuídas de modo que se localizassem uma na Região Centro, uma na Região Norte, uma na Região Sul, uma na Região da Mata, uma no Triângulo Mineiro, e uma na Região Oeste. E, como definiu o Artigo 56 do mesmo Regulamento, cada fazenda-modelo seria destinada ao trabalho com culturas escolhidas segundo a natureza do solo e as condições do clima da região em que fosse instalada. Dessa maneira, numa região agrícola deveria predominar um ensino voltado para o cultivo da terra, da mesma forma que numa região pastoril deveria predominar o ensino da pecuária.

A distribuição das fazendas-modelo pelo território do estado seguiu parcialmente esta disposição do Artigo 49 do Regulamento de n.º 2.027, de 1907. João Pinheiro, em sua Segunda Mensagem enviada ao Congresso Mineiro, no dia 15 de junho de 1908, relatou a criação de mais quatro fazendas-modelo, além da Gameleira. São elas: a Fazenda-modelo Retiro do Recreio, na cidade de Santa Bárbara, aos pés da Serra do Caraça, região central do estado; a Fazenda-modelo Fábrica, na cidade do Serro, localizada ao centro da Serra do Espinhaço, região centro-nordeste do estado; a Fazenda-modelo Barra, na cidade de Itapeçerica, localizada no coração do Vale do Itapeçerica, região centro-oeste do estado; e uma fazenda-modelo criada na cidade de Aiuruoca – cujo

nome não foi informado no documento –, localizada na Serra da Mantiqueira, aos pés do Pico do Papagaio, região sul do estado. Faria (1992) citou ainda a criação da Fazenda-modelo Bairro Alto, na cidade de Campanha, também localizada na região sul. De acordo com a Lei de n.º 438, de 24 de setembro de 1906, em seu Artigo 2.º, Parágrafo 1.º, nas fazendas-modelo seria estabelecido o ensino técnico secundário, a ser ministrado com a feição mais prática possível. Quatro dias antes de ser sancionada esta Lei, durante uma entrevista, publicada no Jornal Minas Gerais, de 20 de setembro de 1906, João Pinheiro falou a respeito do ensino técnico secundário:

êste será dado nas pequenas fazendas-modêlo (...), fazendas providas de todos os aparelhos aperfeiçoados, dirigidas por técnicos experientes, onde se praticarão os novos processos de cultura e onde completam a sua aprendizagem profissional rapazinhos de 15 a 17 anos, tirados, de preferência, dentre os que demonstrarem maior aptidão e aproveitamento nas escolas técnico-primárias (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, p.172).

Cabe destacar a atenção dispensada à educação dos rapazes que demonstrassem maior aptidão e aproveitamento nas escolas técnico primárias. Na entrevista, um pouco adiante, João Pinheiro retomou o assunto. Segundo ele, tendo em vista a importância da instrução para a superação do problema agrícola, era necessário que o Governo oferecesse proteção à inteligência, isto é, que garantisse a continuidade dos estudos desses rapazes, sobretudo em se tratando dos rapazes pobres. De acordo com João Pinheiro, a proteção à inteligência seria efetuada sob a forma de um prêmio de seleção. Explicou: “[o rapaz] distinguido na escola primária será mandado para a técnica secundária, do mesmo modo que desta poderão ir, à custa do Estado, estudar nas faculdades superiores, na América e na Europa” (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, p.173). Assim, a Lei de n.º 444, de 3 de outubro de 1906, em seu Artigo 2.º, alínea *b*, determinou que os alunos que mais se distinguissem no curso primário seriam admitidos para o ensino agrícola técnico secundário, a ser ministrado nas fazendas-modelo. Na entrevista de João Pinheiro, publicada no Jornal Minas Gerais, de 20 de setembro de 1906, pode-se observar também que a instrução de trabalhadores adultos detinha grande importância dentre as atribuições das fazendas-modelo. Segundo João Pinheiro:

Semeadas, essas fazendas-modêlo em diferentes zonas do Estado, o agricultor dos arredores ali irá por interêsse ou por curiosidade, e não só terá pela prática, pelo exemplo vivo, o conhecimento do que se pode conseguir com os

processos adiantados e da maneira pela qual se exercitam, como verá a máquina que não conhece, saberá onde se encontra, o seu preço, o seu custo de instalação, e terá mais, recomendado pela própria fazenda, o operário hábil e módico tirado dos que a fazenda educou, que lhe irá fazer com segurança a montagem que outro arriscaria a prejudicar (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, pp.172-173).

Além dos agricultores que visitassem as fazendas a fim de conhecer as demonstrações práticas acerca das culturas de seu interesse, conforme o Artigo 60, do Regulamento de n.º 2.027, de 8 de junho de 1907, nas fazendas-modelo deveriam ser recebidos trabalhadores, indicados pelos fazendeiros do estado, para a aprendizagem do manejo de instrumentos agrícolas, que ocorreria num período máximo de 30 dias. E, de acordo como o Artigo 61, deveriam ser acolhidos, ainda, moços maiores de 18 anos, aos quais seria ministrada instrução prática que os habilitaria para a profissão de mestres de culturas, destinada à administração das fazendas-modelo e das colônias instaladas pelo estado.

Como pôde ser notado ao longo deste Capítulo, e este último excerto o reafirma, havia uma preocupação de que as fazendas-modelo fossem produzidas como espaços de experimentação e disseminação da agricultura mecanizada. No arquivo privado de João Pinheiro no APM, inúmeras correspondências, datadas entre os anos de 1906 e 1908, tratam do tema da agricultura mecanizada. Entre elas, uma contribui, em especial, para compreender a atenção dada ao tema. Trata-se de uma carta enviada no dia 15 de fevereiro de 1908, pelo Sr. J. H. A. Ross, presidente de uma companhia de suplementos agrícolas situada na cidade de Greenville, do Estado de Ohio, nos Estados Unidos. O Sr. Ross escreveu a João Pinheiro:

Having been in connection all of my life with the agricultural country, as well as a manufacturer of implements used to till the soil, I have studied the conditions of the different countries in the world, as to implement they use, and the progress they have made. I realize that the future prosperity and welfare of both the people at large and the Government, depends greatly upon a change from the present way of tilling the soil, to a modern way (De ROSS, 1908, para João Pinheiro da Silva, cx. 23, doc. 3150. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM)⁶⁸.

⁶⁸ Tendo estado em contato toda a minha vida com o país a região agrícola, assim como um produtor de implementos utilizados para lavrar o solo, eu estudei as condições dos diferentes países do mundo, assim como os implementos que eles utilizam, e os progressos que fizeram. Eu compreendo que a prosperidade futura e a prosperidade tanto do povo em geral quanto do Governo, dependem muito de uma mudança da maneira atual de se lavrar o solo, para o modo moderno.

Pode-se notar a defesa de que a prosperidade do país estava intimamente ligada ao desenvolvimento da agricultura moderna. O Sr. Ross explicou a sua afirmativa:

In the future, for the tiller of the soil to raise crops in a manner that he can go into the markets of the world and compete with other sellers in the market, he must get modern implements that pass him from the lower level of three to five men doing what one man could do with modern machinery. The farmer raises grain, cotton or coffee in one part of the world, and he should get as much recompense for the same as in any other part of the world, if the climate and soil are equally adapted to the crops planted. This however, cannot be so, to the tiller who does not keep up to the standard with the implements with which he plants, cultivates and harvests his crops. If he does not keep up, there can be but one result. His cotton, coffee and grains which take from three to five men to produce, cost as much as the same amount produced under modern ways by one or two men, therefore, the man with modern way of production, earns from two to three times as much as the man can through the old way of producing crops (De ROSS, 1908, para João Pinheiro da Silva, cx. 23, doc. 3150. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM)⁶⁹.

A relação entre o custo e o benefício da agricultura mecanizada foi a principal questão tratada entre o Sr. Ross e João Pinheiro. De acordo com o Sr. Ross, a agricultura mecanizada, por exigir menos trabalhadores, ofereceria um maior rendimento no que se refere ao lucro tirado da produção.

João Pinheiro se manteve bastante atento à essa questão. Veja-se, em sua Segunda Mensagem enviada ao Congresso Mineiro, no dia 15 de junho de 1908, como ele relatou a experiência da agricultura mecanizada na Fazenda-modelo da Gameleira:

O destocamento e o preparo do solo, as sementeiras, as carpas e as colheitas são, assim, feitas mecânicamente, como o são os aterros e desaterros, o nivelamento da superfície e a construção de diques para a irrigação.

⁶⁹ No futuro, para o lavrador do solo cultivar as culturas de uma maneira que ele possa entrar nos mercados do mundo e competir com outros vendedores no mercado, ele precisa adquirir implementos modernos que o passem de um nível baixo de três a cinco homens fazendo o que um homem poderia fazer com maquinário moderno. O agricultor cultiva grãos, algodão ou café em uma parte do mundo, e ele precisa obter tanta recompensa pelo mesmo produto quanto em qualquer outra parte do mundo, se o clima e o solo são igualmente adaptados às culturas plantadas. Isso, entretanto, não pode ocorrer, para o lavrador que não mantém um padrão de qualidade com os implementos com os quais ele planta, cultiva e faz a colheita de suas culturas. Se ele não mantém esse padrão, não pode haver senão um resultado. Seu algodão, café e grãos que requerem de três a cinco homens para sua produção, custa tanto quanto a mesma quantidade produzida sob os meios modernos por um ou dois homens, portanto, o homem que produz pelos meios modernos, lucra de duas a três vezes mais que aquele que produz da maneira antiga.

A demonstração é completa, desde que, tomando-se os dados positivos e concretos do custo da produção agrícola pelos modernos processos, os cotejemos com o mesmo custo pelos moldes da rotina.

É assim que a produção mecânica, em relação à rotineira pelas experiências feitas, barateia (SILVA, 1908 in: BARBOSA, 1966, pp.291-292).

De acordo com João Pinheiro, nesse momento, a Fazenda-modelo da Gameleira encontrava-se bastante organizada em termos de mecanização, de maneira que, em relação às chamadas práticas rotineiras, o custo de produção dos gêneros cultivados teria apresentado um evidente decréscimo, sendo, por exemplo, de 4% para a batata-inglesa, de 36% para o arroz e de 37% para o milho. Todavia, pretendia-se aumentar ainda mais esses resultados.

Na Mensagem enviada ao Congresso Mineiro, o cálculo dos lucros que a agricultura mecanizada poderia trazer ao agricultor contava, também, com comparações estatísticas realizadas com base no anuário do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, relativo ao ano de 1905. Os dados destacados por João Pinheiro levam à dedução de que, na Fazenda-modelo da Gameleira, o custo da produção da batata-inglesa, do arroz e do milho era ainda alto se comparado ao custo da produção dos mesmos gêneros nos Estados Unidos. Para João Pinheiro, isso se devia ao fato de a colheita na Fazenda-modelo não ser ainda mecanizada, e, ademais, as terras da Gameleira necessitavam de uma quantidade considerável de adubos durante o cultivo. Conforme os cálculos apresentados, se fosse dispensado o emprego de adubos, os lucros em relação à arroba da batata-inglesa aumentariam em aproximadamente 24%; em relação à produção por alqueire do arroz e do milho, uma média de 50 litros por alqueire, o valor aproximado do aumento dos lucros seria de 61% e 53%, respectivamente. João Pinheiro concluiu:

empregando-se, na produção agrícola, os mesmos instrumentos que usam os grandes países, acrescendo a superior qualidade da terra brasileira e o seu duplicado poder produtivo relativamente às estações anuais, em que a mesma cultura pode repetir-se, não há absolutamente porque hesitar, porque desanimar na reconstrução da fortuna perecida ou dos haveres abalados (SILVA, 1908 in: BARBOSA, 1966, p.293).

É notável a aposta nos procedimentos modernos para o desenvolvimento da agricultura em Minas, principalmente em se tratando da adaptação desses procedimentos às condições naturais do território. Nota-se, da mesma forma, a expectativa de aprimorar

as experiências que já vinham sendo realizadas, tais como na Fazenda-modelo da Gameleira. O investimento nesse sentido contou com viagens de observação e estudos realizados na Alemanha, na Áustria e na Dinamarca.

Em janeiro de 1907, Humboldt Halfeld Fontainha viajava pela Alemanha e pela Áustria a fim de conhecer de perto os procedimentos utilizados na agricultura. Da cidade de Viena, Capital da Áustria, Fontainha escreveu a João Pinheiro:

a rapda viagem que fiz, de passagem, pela Allemanha e Austria, alimentou em mim, mais do que nunca, essa confiança que temos e devemos de ter no futuro do nosso Brazil.

Vi as arvores despidas de folhas pelo inverno, a vegetação completamente morta e, sob os campos cobertos de neve, percebia a mão do homem, a terra fertilizada pelos processos mais modernos e apta pára, na Primavera, produzir com exuberancia.

O arado trabalha continuamente e é bonito de se vêr assim preparada a terra para a estação da seiva.

Pensei, orgulhoso, que nós possuímos uma Primavera eterna que não sabemos explorar, onde a vida borbulha nos troncos selvagens e as sementes explodem vigorosas sobre a arêa, atôamente.

Imaginei que assombro seria a nossa terra, bem aproveitada, e que potencia seria o nosso Brasil, com as industrias d'elle desenvolvidas e o commercio generalizado pelo mundo afóra.

Aqui todo palmo de terra produz, nada se perde, ahi temos quasi inerte o seio fecundissimo do Brazil! (De FONTAINHA, 1907, para João Pinheiro da Silva, ex. 17, doc. 2304. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM).

Além da aposta na adaptação dos procedimentos modernos à agricultura mineira, tendo em vista os bons resultados que poderia trazer devido às condições naturais do território, o excerto extraído da carta de Fontainha permite observar o tipo de intervenção que os austríacos e os alemães eram capazes de implementar a favor de sua produção agrícola, as quais interessavam, em muito, aos mineiros.

Questões semelhantes às registradas por Fontainha podem ser observadas numa outra carta, remetida a João Pinheiro por Afrânio de Melo Franco⁷⁰, da cidade de Baviera, na Alemanha, no dia 11 de agosto do mesmo ano. Melo Franco escreveu:

ha 15 dias nos achamos nestas montanhas da Baviera, onde vejo diariamente, ao redor de nossa casa e por todos os lados até onde a vista alcança, trabalhos

⁷⁰Afrânio de Melo Franco foi contemporâneo de João Pinheiro na Faculdade de Direito de São Paulo. Na época em que realizou esta viagem ele ocupava o cargo de Deputado Federal.

de agricultura. As montanhas são aqui aradas, o que faz com que Caio⁷¹ me tenha observado mais de uma vez: “o João Pinheiro não disse que arado não vae ao morro?” Cortam o trigo em uns pontos, aram logo outros e adubam outros, com esterco – tudo ao mesmo tempo.

As culturas são em retângulos, traçados paralelamente no sentido horizontal da montanha, formando uma espécie de tabuleiros – cada um com o seu cereal, ou a sua forragem. Os instrumentos agrícolas são puchados, geralmente, pelas vaccas leiteiras. Ha aqui, ao redor do estabelecimento, umas 30 casinhas de paysanos, todos agricultores; só tenho visto um delles trabalhar com uma junta de touros. Todos os outros trabalham com as vaccas, provando que aqui dois proveitos cabem em um sacco. Não ha cangas: o gado faz a tracção por umas [testeiras], a que se prendem correntes ligadas ao carro, ou instrumento. Não ha ferrão, mas chicote (uso muito louvado por Caio, que o acha menos feroz) (De MELO FRANCO, 1907, para João Pinheiro da Silva, cx. 20, doc. 2757. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM).

Conforme a descrição de Melo Franco, é bem possível que Caio e ele estivessem visitando uma colônia agrícola, formada por pequenas propriedades voltadas para a produção de cereais e de gado leiteiro. É interessante observar o nível de interação entre os trabalhos realizados nas propriedades. Provavelmente, a maior parte da forragem produzida, senão toda ela, era destinada à alimentação do gado leiteiro, que, por sua vez, era aproveitado no manejo dos instrumentos agrícolas para o cultivo dos cereais e da própria forragem. Vale destacar também que uma menor quantidade de animais numa pequena propriedade facilita o equilíbrio sanitário da mesma, questão que interessava bastante às autoridades mineiras naquele momento. Não é difícil imaginar o entusiasmo desses mineiros diante das descobertas que vinham fazendo em suas viagens, e a expectativa de poder difundir tais descobertas em solo mineiro.

Além de observações mais gerais acerca da produção agrícola dos países visitados – por meio das quais buscava-se compreender o caminho pelo qual eles teriam alcançado o progresso – essas viagens atendiam, também, à questões mais específicas. Isso pode ser observado no excerto abaixo, extraído de uma carta enviada por Fontainha a João Pinheiro, onde um especialista em laticínios e com vasta experiência em administração de fazendas foi apresentado para o cargo de diretor de uma das fazendas-modelo a ser fundada pelo Governo. De Viena, no dia 9 de janeiro de 1907, Fontainha escreveu:

O senhor Hans Eugau que tem o curso completo de agricultura da 1 escola da Alemanha e o curso especial de fabricação de queijos, na importante escola

⁷¹ Não foi possível obter maiores informações sobre essa pessoa. Entretanto, de acordo com a carta, pode-se pensar que se tratava de um especialista na área da agricultura que viajava, à trabalho, em companhia de Melo Franco.

Suíça. Administrou importantes fazendas na Alemanha e estudou ainda nos Estados Unidos os mais adiantados processos de agricultura.

Na fazenda que administrou, introduziu os mais recentes aparelhos de lavoura, que hoje são movidos a vapor. Desde que haja água e o terreno não seja muito montanhoso, o vapor movimentará todos os instrumentos, economizando tempo e numerário⁷², além de trabalhar com mais perfeição e segurança. Conhece o aperfeiçoamento das raças bovina, cavalar e suína, estando prático nos melhores cruzamentos possíveis.

Esse senhor deseja dirigir uma das fazendas modelo a ser fundadas e apresentará todos os seus papéis de capacidade profissional (De FONTAINHA, 1907, para João Pinheiro da Silva, cx. 17, doc. 2311. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM).

Desde os tempos do Congresso de 1903, sabia-se que encontrar técnicos qualificados para a direção dos estabelecimentos de ensino agrícola não seria fácil. Como afirmou Sá Fortes (1903, p.188) em sua tese sobre o ensino agropecuário: “uma das grandes dificuldades para o Estado será a de encontrar pessoal idôneo e habilitado para dirigir e desempenhar as diversas funções dos estabelecimentos do ensino técnico”. No documento deixado por Sá Fortes, a busca por especialistas estrangeiros foi indicada como uma solução imediata. Contudo, a formação de um corpo docente nacional foi considerada como um problema a ser resolvido com urgência. Nesse sentido, tomou-se como uma medida inadiável a fundação de uma escola superior de agronomia. De acordo com Sá Fortes, numa escola superior de agronomia, poderiam os “filhos de Minas (...) receber uma educação profissional mais completa, e tornar-se em poucos anos os melhores propulsores do nosso engrandecimento agrícola e industrial” (SÁ FORTES, 1903, p.188).

A direção das fazendas-modelo era uma questão séria no plano de modernização da agricultura. Conforme o excerto apresentado ainda há pouco, extraído da entrevista de João Pinheiro, publicada no Jornal Minas Gerais, de 20 de setembro de 1906, as fazendas-modelo deveriam ser “dirigidas por técnicos experientes” (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, p.172). Durante a entrevista, uma solução apresentada foi a possibilidade de contratar professores estadunidenses até que os estabelecimentos de ensino técnico profissional do estado pudessem fornecer os seus próprios professores. Vale ressaltar que a solução não significou uma predileção pelos profissionais estadunidenses, mas tratava-se do interesse de João Pinheiro no modelo de agricultura dos Estados Unidos, pois a contratação de profissionais experimentados nesse modelo

⁷²O mesmo que o dinheiro destinado à remuneração dos trabalhadores empregados no empreendimento.

poderia contribuir para a sua generalização em Minas. O Sr. Hans Eugau, embora pareceu, de acordo com a narrativa, ter obtido nos Estados Unidos uma formação mais ligeira que na Alemanha, detinha, certamente, um perfil profissional muito valorizado no contexto do plano de modernização da agricultura em Minas.

Dentre as questões específicas às quais as viagens deveriam atender, constavam os estudos sobre as indústrias de laticínios, como pode ser observado abaixo, no excerto extraído de uma carta enviada a João Pinheiro por Affonso Negreiros Lobato Jr., da cidade Copenhague, Capital da Dinamarca, no dia 18 de maio de 1907:

Tenho a súbita honra de comunicar a V. exa. que, sendo concluído os meus estudos na Suíça, aqui vim para estudar os métodos de fabricação da manteiga dinamarquesa.

Estou muito encorajado com as muitas modificações que levo as indústrias de laticínios em Minas. Concluídos os meus estudos aqui na Dinamarca seguirei para a Suécia, Holanda e norte da Itália a fim de estudar os produtos de laticínios, especiais em cada um desses lugares (De LOBATO JR., 1907, para João Pinheiro da Silva, cx. 19, doc. 2566. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM).

Em seguida, Lobato Jr. pediu a João Pinheiro que viabilizasse a viagem de dois moços que traria ao Brasil a fim de auxiliar nos trabalhos agrícolas. Em sua carta, indicava que as práticas identificadas na indústria europeia poderiam ajudar a indústria mineira, posto que esta se encontrava em seu “nascidoiro”. Dessa maneira, reafirmava-se, durante o Governo João Pinheiro, a importância que o tema do incremento da indústria de laticínios logrou na pauta das discussões do Congresso de 1903. Conforme Sá Fortes (1903, p.175), a indústria de laticínios havia contribuído, em boa medida, para o enriquecimento da Suíça, da Dinamarca, da Suécia, da Holanda, da Noruega, da Irlanda, da Sibéria, e da Finlândia. Como foi possível perceber, alguns dos países citados na carta de Lobato Jr. constam no mapeamento realizado por Sá Fortes (1903).

Possivelmente, as observações e os estudos realizados durante as viagens de Humboldt Halfeld Fontainha, Afrânio de Melo Franco e Affonso Negreiros Lobato Jr. implicaram numa ampliação do campo de ação a que se destinava o ensino agrícola, sobretudo no que se refere ao ensino ministrado nas fazendas-modelo. Isso porque tais observações e estudos coincidem com as funções pensadas para esses estabelecimentos.

De acordo com o Regulamento de n.º 2.027, de 8 de junho de 1907, em seu Artigo 52, a instalação das fazendas-modelo obedeceria a quatro tipos:

1. O typo A, que compreenderá uma area nunca menor de 10 alqueires de terreno e se destina á demonstração do manejo dos instrumentos aratorios, é limitado aos trabalhos de campo concernentes á preparação da terra para cultura, sem machinas de beneficiamento de productos;
2. O typo B, que compreenderá uma area nunca menor de 25 alqueires de terreno, aparelhado de pequenos machinismos movidos por tracção animal, conforme a planta approvada, tem por fim a demonstração pratica de duas ou mais culturas em ponto pequeno e o modo mais economico e util de sua transformação e aproveitamento;
3. O typo C, que compreenderá uma area nunca menor de 40 alqueires, com machinismo apropriado ao aproveitamento da generalidade dos productos annuos da nossa lavoura, movido por força hydraulica, visa demonstrar o modo mais economico, util e pratico pelo qual se pode transformar, melhorando-a, a generalidade das propriedades agricolas do Estado;
4. O typo D, que compreenderá uma area nunca menor de 80 alqueires de terreno, com machinismo completo para aproveitamento não só dos productos a que se refere o n. 3 deste artigo, como os florestaes e a producção de lacticinios, movido por motor hydraulico dos typos mais perfectos, visa a demonstração da cultura racional em grande escala.

Com base no artigo denominado Agricultura, publicado no dia seguinte à promulgação do regulamento citado acima, no Jornal Minas Gerais, de 9 de junho de 1907, pode-se considerar que para João Pinheiro, as práticas educativas pensadas sob esses quatro tipos de fazenda-modelo se alinhavam sistematicamente ao que ele chamou de “saber produzir, poder produzir e colocar a produção” (SILVA 1907, in: BARBOSA, 1966, p.201). Saber produzir era produzir com melhor qualidade e mais barato. Poder produzir era produzir orientado pelo conhecimento estatístico e orçamentário das condições de produção. E, colocar a produção era saber adequá-la ao nível e de acordo com a procura e preferência dos consumidores.

Na compreensão de João Pinheiro, a realização dessas três proposições para o ensino estava vinculada à ciência agrícola. No mesmo artigo, afirmou:

a ciência agrícola ensina que são condições de proveitosa exploração do solo a seleção das sementes, o conhecimento dos adubos mais convenientes etc. ensina a calcular o poder produtivo da terra sob a influência benéfica da lavra, dos fertilizantes, da irrigação, das operações da sega, capina e colheita, feitos mecânicamente.

Mostra, enfim, as grandes vantagens dos aparelhos destinados ao beneficiamento dos produtos naturais.

Garante as colheitas pela vasta previsão dos intempéries, fazendo observação dos fenômenos metereológicos, cujo registro fará como base para o estudo de nosso clima sob o ponto de vista agrícola, indicando com fundamento seguro a especialização de culturas que mais convenham a cada uma das zonas do Estado.

(...)

A lição, porém, de tais fatos, o ensino útil dêle decorrente, só será eficaz por meio de uma estatística metódicamente organizada (...), de maneira que, à

simples inspeção de seus mapas, se fique conhecendo os dados relativos à produção e exportação dos produtos agrícolas e manufatureiros, a superfície ocupada por toda espécie de cultura, produção e custo de produção por unidade de superfície.

(...)

Notai bem: a lição eficaz do ensino verdadeiramente útil, ministrado pelas Fazendas-Modelo, consiste nesse conhecimento, condição para que o produtor possa fazer orçamentos, porque sem orçamentos não há tranquilidade nem êxito nítido (SILVA, 1907 in: BARBOSA, 1966, pp.201-202).

Dessa maneira, produzir-se-ia com base num conhecimento útil, concreto, mediado por diversas variáveis, fosse o clima, as condições da terra, as características específicas da cultura, os suplementos, o mercado, o comércio, entre outros. João Pinheiro afirmou que as fazendas-modelo “são verdadeiras escolas do trabalho inteligente, onde os praticantes adquirem os hábitos necessários de previsão, cálculo, economia e lucro” (SILVA, 1907 in: BARBOSA, 1966, p.203).

CONCLUSÃO

Com esta dissertação tive como propósito apresentar o projeto de João Pinheiro para a educação do trabalhador do campo. Para isso, busquei identificar, em sua trajetória, o momento e as condições em que o projeto foi elaborado, destacando, assim, a sua atuação na Presidência do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 e na Presidência do Estado de Minas Gerais, nos anos de 1906 a 1908. No período que segue de 1903 a 1908, João Pinheiro preconizou um projeto político voltado para o progresso e para a recuperação econômica em que a educação do trabalhador do campo foi constituída como uma das estratégias para modernizar a produção agrícola mineira e reorganizar o trabalho no campo.

João Pinheiro da Silva nasceu no Serro, em Minas Gerais, no dia 16 de dezembro de 1860. Morreu em Belo Horizonte, no dia 25 de outubro de 1908, aos 48 anos incompletos, de pseudoleucemia adenoliforme (BARBOSA, 1966, p.50). Graduou-se como bacharel em ciências jurídicas, foi propagandista da República, deputado no Congresso Constituinte de 1890, industrial, por duas vezes foi Presidente do Estado de Minas Gerais, e, em particular na década de 1900, cumpriu um papel importante na defesa de idéias acerca do progresso e da recuperação econômica de Minas. Essa defesa de idéias incidiu na formulação, na propagação e na implementação de um projeto político-cultural.

Ainda muito jovem foi recrutado à esfera das elites políticas mineiras. O conjunto de normas, reflexões, crenças e valores partilhados na vivência familiar e nas instituições em que se educou foram fundamentais para a sua formação política, e favoreceram a sua adesão ao ideário republicano. Todavia, considerando a situação pouco privilegiada que sua família ocupava na estrutura hierarquizada em que se organizava a sociedade imperial, pode-se inferir que a carreira política não era um sonho de sua infância, e tampouco um projeto pensado no seio familiar. Por outro lado, o ideário republicano, particularmente no que se refere à contestação do *status quo* imperial, mobilizava valores, crenças e projetos defendidos por sua família, como, por exemplo, “o desejo de uma posição menos má na sociedade” (De SILVA, 1884, para Luís Antônio Pinto, cx.2, doc.23. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM). Com base na discussão de alguns autores (BERSTEIN, 1998; MOTTA, 2009) sobre os vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas, considero que a adesão de João

Pinheiro ao republicanismo, ao menos em parte, decorreu da fidelidade aos seus familiares, sobretudo ao seu tio Luís que, ao longo de sua infância e juventude, falava-lhe sobre a constituição de uma República no Brasil.

A educação formal de João Pinheiro - objeto de grande preocupação para D. Carolina, sua mãe - adquirida no Seminário de Mariana, na Escola de Minas de Ouro Preto e na Faculdade de Direito de São Paulo, possibilitou a sua inserção na esfera das elites políticas mineiras. A esse respeito, destaco a sua passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo Gonçalves (2008), a instituição é importante por ter se constituído como um centro de formação da intelectualidade brasileira e por ter proporcionado o recrutamento dos estudantes para as atividades políticas do Partido Republicano. Naquele espaço, os acadêmicos criaram laços pessoais e profissionais que permaneceram ao longo de suas vidas. Além disso, a aproximação dos acadêmicos a uma rede de convivência em constante relação com as associações acadêmicas e atividades extracurriculares – onde se davam as idéias artísticas, sociais e políticas – permitia a socialização de determinados códigos de conduta, delineando um modo de ser republicano e, conseqüentemente, oferecendo ferramentas para os serviços públicos que muitos deles vieram a prestar mais tarde.

Recém graduado em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, João Pinheiro retornou a Minas Gerais, e, em Ouro Preto, passou a atuar nas ações propagandistas e na implantação do novo regime. Nesse momento, destacou-se à frente do Partido Republicano Mineiro e na presidência do estado, em 1890, empenhando-se numa política de conciliação, entre os republicanos históricos e adesistas, cujo pano de fundo era a autonomia do estado no contexto federativo em implantação (DULCI, 2005). Não permaneceu muito tempo na Presidência do Estado, em razão de uma divergência com o governo federal. No mesmo ano foi eleito deputado para o Congresso Constituinte. Mas, em 1893, afastou-se dos quadros da política estadual e nacional para se dedicar a atividades industriais, inaugurando a Cerâmica de Caeté.

O período entre 1893 e 1903, quando João Pinheiro dedicou-se quase exclusivamente a atividades industriais, não pode ser compreendido como uma reclusão política, pois os laços políticos permaneceram, embora manifestando-se por outros meios e em outros espaços. Pode-se inferir que os seus esforços para administrar a Cerâmica de Caeté conferiram-lhe uma importante experiência no setor industrial, a ponto de as suas idéias terem despertado o interesse dos seus amigos que atuavam nos espaços políticos no

estado. A Cerâmica de Caeté constituiu-se como um espaço privilegiado através do qual João Pinheiro articulou-se a diversos sujeitos envolvidos e/ou interessados no setor industrial (industriais, profissionais da área, políticos) e inseriu-se no debate sobre o progresso e a recuperação econômica de Minas Gerais. De uma maneira particular, o debate estabelecido com os sujeitos envolvidos no cenário político assumiu uma perspectiva de militância político-partidária que contribuiu, em boa medida, para o seu retorno à vida pública.

Em 1899 João Pinheiro já ensaiava o seu retorno à vida pública. Nesse momento ele assumiu a presidência da Câmara Municipal e as funções de agente-executivo de Caeté, cargo político que atualmente corresponde ao de prefeito. Contudo, foi em 1903, com o convite de Francisco Sales – então presidente de Minas – para que presidisse as atividades referentes ao Congresso Agrícola, Comercial e Industrial, que se efetivou “a sua volta à liderança política do Estado” (BARBOSA, 1966, p.30). Francisco Salles era amigo e correligionário de João Pinheiro e, em 1902, ao assumir o governo, solicitou a João Pinheiro que colaborasse em seus planos para a economia do estado.

A realização do Congresso de 1903 correspondeu ao ideal de uma economia baseada numa produção diversificada, assunto bastante considerado na agenda política mineira durante a fase inicial do regime republicano, sobretudo por sua importância mediante à crise do café, que se arrastava desde 1897 (DULCI, 2005). Vale ressaltar que a problemática pautada pelo Congresso de 1903 teve como base um diagnóstico pessimista, no qual a realidade econômica e social do estado estaria manifestando estagnação e até mesmo decadência, além de acentuada desarticulação interna.

No bojo das discussões propostas durante o Congresso de 1903, o fomento da agricultura diversificada se revelou como a opção mais adequada para a recuperação da economia, visto a fragilidade originada pela monocultura do café. Quanto a esse objetivo, duas questões tiveram grande relevância: a proteção à produção nacional e a educação do trabalhador do campo. Assim, as medidas referentes à diversificação da produção agrícola, ao protecionismo e ao ensino agrícola, entrelaçaram-se delineando o projeto político que pautou o programa do Governo Francisco Sales (1902-1906) e o programa do Governo João Pinheiro (1906-1908). As discussões do congresso apontavam para a modernização agrícola, promovendo uma reorganização do trabalho no campo pela institucionalização de um ensino profissional em escolas e da instrução prática de trabalhadores adultos. Tal proposição remetia à concentração de esforços no

ensino elementar aliada à difusão de conhecimentos aplicados, perspectiva básica da política educacional adotada pelo governo de Minas nas primeiras décadas do século XX (DULCI, 2005). Tratava-se de um ensino simples e prático, fundado na experiência dos agricultores, em que se pretendia expandir o ensino primário, criar fazendas-modelo e campos de experiência e demonstração, que se complementariam com o serviço de instrutores ambulantes na propagação de novas técnicas e do uso da mecanização. Na tese apresentada pelo pecuarista Carlos Pereira de Sá Fortes à Comissão Fundamental do Congresso de 1903, aconselhou-se a adoção do Plano de Estudos da Escola de Córdoba, com pequenas modificações que diziam respeito a particularidades vivenciadas em Minas. Com isso, pretendia-se a aplicação prática de conhecimento agropecuários, a fim de qualificar a produção, e pretendia-se uma formação oferecida sob critérios da modernização da agricultura, enfatizando a mecanização e os procedimentos químicos na produção, como as análises laboratoriais e a utilização de suplementos. Mediante a exemplos de experiências educacionais como no caso da Escola de Córdoba, concluía-se que o progresso agropecuário correspondia à vasta disseminação do ensino teórico e prático das ciências agrônômicas e da zootecnia. A educação do trabalhador do campo, portanto, deveria se constituir como um instrumento para que se efetivasse a substituição das chamadas práticas rotineiras pelo "trabalho inteligente e profícuo, baseado nos mais aperfeiçoados processos de cultura e nos modernos métodos de exploração zootécnica" (SÁ FORTES, 1903 in: BARBOSA, 1966, p.187).

João Pinheiro, ao assumir a Presidência do Estado de Minas, em 1906, retomou boa parte das questões discutidas no Congresso de 1903 inserindo-as em seu programa de governo. Assim, tomou como eixo a modernização agrícola e defendeu a diversificação do sistema produtivo e a melhoria da qualidade da produção. Essa declarada opção pela agricultura fundamentou-se na reorganização do trabalho no campo como base da fortuna pública, pois, para João Pinheiro, o setor primário era o que apresentava maior capacidade de gerar empregos e atender às necessidades básicas da população. Para João Pinheiro, um dos principais problemas relacionados ao desenvolvimento da pequena agricultura era a educação do agricultor.

A ascensão de João Pinheiro à Presidência de Minas resultou em medidas efetivas no sentido de criar e regulamentar o ensino agrícola. Especialmente no período em que João Pinheiro ocupou a presidência de Minas, o discurso a respeito da substituição dos

velhos hábitos e das práticas rotineiras dos agricultores ganhou centralidade em sua proposição educacional. Em sua compreensão, os resultados advindos dos novos hábitos que deveriam ser incorporados à produção agrícola, constituiriam a base da regeneração econômica. Tais resultados seriam imediatos tendo em vista a eficácia do ensino profissional – de caráter intuitivo, baseado na aplicação de conhecimentos práticos e em procedimentos mecanizados – para o aumento da produtividade agrícola, que era a maior fonte de receita para os produtores e para o Estado. Como afirmava João Pinheiro, o trabalho agrícola se apresentava como uma forma simples e poderosa do trabalho nacional, pois compreendia recursos amplos, uma extensa aplicação e era de fácil aprendizagem.

A proposta de João Pinheiro para a educação do trabalhador do campo compreendia dois níveis: o ensino profissional em escolas e a instrução de trabalhadores adultos. O ensino técnico primário seria ministrado nas escolas públicas, de modo concreto, paralelamente ao ensino da leitura, da escrita e da aritmética. O ensino técnico secundário seria ministrado nas fazendas-modelo, "providas de todos os aparelhos aperfeiçoados e dirigidas por técnicos experientes (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, p.172). Nas fazendas-modelo, as práticas educativas deveriam se orientar por conhecimentos práticos, mediadas por diversas variáveis, como o clima, as condições da terra, as características específicas da cultura, os suplementos, o mercado, o comércio. A fim de instruir os trabalhadores adultos, as fazendas-modelo seriam distribuídas por diferentes zonas do estado e, junto ao ensino ambulante, levarias "os mais adiantados processos para a produção agrícola" (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, p.172). Essa prática educativa ressaltava o caráter de atendimento ao lugar, com o intuito de propagar e disseminar novos hábitos e técnicas de cultura.

Pretendia-se, então, a elaboração de um ensino aplicável que, por conseqüência, valorizasse, essencialmente, o seu caráter prático. Tal pressuposto se apoiava na perspectiva de uma educação produtiva, entrelaçando, assim, economia e educação nas políticas do governo. O que, por sua vez, revela uma meta de produção que almejava se projetar de maneira mais competitiva. Na constante ênfase ao lugar da prática, notou-se a expectativa de que, garantidos os conhecimentos técnicos ao agricultor, a produção desse um retorno quase imediato em termos de crescimento e qualidade. Por tudo isso, pode-se dizer que a relevância da proposta de para a educação do trabalhador do campo, manifestou-se na medida em que esteve vinculada a um projeto social mais amplo, e

pretendeu, além de seus aspectos objetivos, a construção de uma moralidade capaz de incorporar a modernização da produção como um valor. Formar-se-ia uma nova geração de trabalhadores para o campo, os "inteligentes operários rurais" (SILVA, 1906 in: BARBOSA, 1966, p.172).

DOCUMENTOS ANALISADOS

1. Correspondências

1.1. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no Arquivo Público Mineiro

De ARAÚJO, Bento Dinard (Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil na Bélgica e Holanda), Anvers-Bélgica, para João Pinheiro da Silva. 21/02/1908, cx.23, doc.3162.

De BAETA NEVES, Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 25/11/1907, cx.22, doc.2962.

De BELO, Wenceslau (Presidente Nacional de Agricultura), Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 01/07/1908, cx.25, doc.3312.

De BERNARDEZ, Manoel, Buenos Aires-Argentina, para João Pinheiro da Silva. 21/02/1908, cx.24, doc.3228.

De BOCAYUVA, Félix, Asunción-Uruguai, para João Pinheiro da Silva. 20/01/1908, cx.23, doc.3082.

De CALMON, Miguel, Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 31/10/1907, cx.21, doc.2899.

De CALÓGERAS, Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 02/05/1908, cx.24, doc.3239.

De CARVALHO BRITO, Buenos Aires-Argentina, para João Pinheiro da Silva. 31/05/1906, cx.14, doc. 1905.

De CARVALHO BRITO, Belo Horizonte-MG, para João Pinheiro da Silva. 18/01/1908, cx.23, doc.3076.

De CARVALHO, José T. Tocqueville de, Areado-Estrada de Ferro Muzambinho, para João Pinheiro da Silva. 12/11/1907, cx.21, doc.2931.

De CASTRO, J. Leite de, Índia, para João Pinheiro da Silva. 09/06/1907, cx.19, doc.2602.

De CÍCERO, Belo Horizonte-MG, para João Pinheiro da Silva. 01/08/1908, cx.25, doc.3357.

De DAVIS, Jorge L. Santa, Rita de Cássia-MG, para João Pinheiro da Silva. 10/04/1907, cx.18, doc.2490.

De DOM SILVÉRIO (Arcebispo de Mariana), Mariana-MG, para João Pinheiro da Silva. 07/12/1907, cx.22, doc.2998.

De FERREIRA, Bento, Leopoldina-MG, para João Pinheiro da Silva. 24/01/1907, cx.17, doc.2348.

De FINLAY, John A., Rio de Janeiro, para João Pinheiro da Silva. 21/08/1907, cx.20, doc.2782.

De FONTAINHA, Humboldt Halfeld, Viena-Áustria, para João Pinheiro da Silva. 07/01/1907, cx.17, doc.2304.

De FONTAINHA, Humboldt Halfeld, Viena-Áustria, para João Pinheiro da Silva. 09/01/1907, cx.17, doc.2311.

De FONTAINHA, Humboldt Halfeld, Viena-Áustria, para João Pinheiro da Silva. 10/02/1908, cx.23, doc.3134.

De FRANCO, Augusto, Belo Horizonte-MG, para João Pinheiro da Silva. 23/04/1906, cx.13, doc.1885.

De FRANCO, Augusto, Belo Horizonte-MG, para João Pinheiro da Silva. 02/05/1908, cx.24, doc.3238.

De FRANCO, Augusto, para João Pinheiro da Silva. sd., cx.27, doc.3507.

De Il. (Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro/Delegacia da 1ª Circunscrição), Gênova-Itália, para João Pinheiro da Silva. 05/05/1908, cx.24, doc.3244.

De JAEGHER, J. de, Bruges-Bélgica, para João Pinheiro da Silva. 08/01/1908, cx.23, doc.3059.

De LEONI, Jr. (Vice-presidente da Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura), Paris-França, para João Pinheiro da Silva. 31/10/1906, cx.15, doc.2128.

De LILIXO, Carlos Tomás Magalhães Gomes, Ouro Preto-MG, para João Pinheiro da Silva. 11/11/1907, cx.21, doc.2929.

De LIMA, J. C. Alves de, Nova York-EUA, para João Pinheiro da Silva. 19/04/1907, cx.18, doc.2506.

De LOBATO JUNIOR, Affonso Negreiros, Copenhague-Dinamarca, para João Pinheiro da Silva. 18/05/1907, cx.19, doc.2566.

De MAGALHÃES, Fernando, Viena-Áustria, para João Pinheiro da Silva. 13/02/1908, cx.23, doc.3144.

De MAGALHÃES, Fernando, Viena-Áustria, para o Presidente do Estado de Minas Gerais. 1908, cx.25, doc.3416.

De MELLO FRANCO, Afrânio de, Baviera, para João Pinheiro da Silva. 11/08/1907, cx.20, doc.2757.

De MELLO FRANCO, Afrânio de, Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 27/11/1907, cx.22, doc.2977.

De MELLO FRANCO, Afrânio de, Belo Horizonte-MG, para João Pinheiro da Silva. 22/05/1908, cx.24, doc.3263.

De MELLO FRANCO, Afrânio de, para João Pinheiro da Silva. sd., cx.27, doc.3549.

De MELLO FRANCO, Américo de, Santiago-Chile, para João Pinheiro da Silva. 04/11/1907, cx.21, doc.2904.

De MENDES PIMENTEL, para João Pinheiro da Silva. 30/05/1908, cx.24, doc.3276.

De MÜLLER, F. B., Rio de Janeiro-RJ, para Joaquim Libânio. 08/06/1906, cx.14, doc.1912.

De NERY, João Batista Comecia (Bispo de Pouso Alegre), Pouso Alegre-MG, para João Pinheiro da Silva. 08/03/1907, cx.18, doc.2440.

De OLYNTHO, Antonio, Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 15/12/1907, cx.22, doc.3016.

De PEÇANHA, Cyro, Conceição da Barra-MG, para J. Castrinho. 02/01/1907, cx.17, doc.2288.

De PEIXOTO FILHO, Carlos, Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 28/06/1908, cx.24, doc.3303.

De PENNA, Afonso (Presidente da República), Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 10/04/1907, cx.18, doc. 2489.

De PINTO, Luiz Antônio, para João Pinheiro da Silva. sd., cx.28, doc.3585.

De PINTO, Luís Antônio, Serro-MG, para João Pinheiro da Silva. sd., cx.28, doc.3586.

De PIRES, Antônio Olyntho dos Santos, Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 14/01/1908, cx.23, doc.3070.

De REIS, Aarão (Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil), Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 14/03/1907, cx.18, doc.2449.

De RIBEIRO, Arthur, Paris-França, para João Pinheiro da Silva. 23/08/1906, cx.14, doc.1982.

De RIBEIRO, Arthur, Belo Horizonte-MG, para João Pinheiro da Silva. 27/11/1907, cx.22, doc.2979.

De RIBEIRO JUNQUEIRA, Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 17/09/1906, cx.15, doc.2037.

De RIBEIRO JUNQUEIRA, Leopoldina-MG, para João Pinheiro da Silva. 30/05/1907, cx.19, doc.2589.

De RIBEIRO JUNQUEIRA, Rio de Janeiro-RJ, João Pinheiro da Silva. 18/06/1907, cx.19, doc.2626.

De ROSS, J. H. A. (The Board of Trade), Greenville-Ohio-EUA, para João Pinheiro da Silva. 15/02/1908. cx.23, doc.3150.

De SALLES, Francisco Antônio, Belo Horizonte-MG, para João Pinheiro da Silva. sd., cx.28, doc.3602.

De SILVA, Antônio de Lima e, Mirai-MG, para João Pinheiro da Silva. 08/05/1907, cx.18, doc.2537.

De SILVA, João Pinheiro da, para Luís Antonio Pinto. 10/02/1883, cx.2, doc.21.

De SILVA, João Pinheiro da, São Paulo-SP, para Luís Antonio Pinto, Serro-MG. 08/06/1884, cx.2, doc.23

De SILVA, João Pinheiro da, Ouro Preto-MG, para Luís Antônio Pinto, Serro-MG. 15/11/1889, cx.2, doc.137.

De SILVA, João Pinheiro da, Caeté-MG, para Joaquim Rodrigues Seixas. 04/04/1906, cx.13, doc.1875.

De SILVA, João Pinheiro da, Belo Horizonte-MG, para João Bráulio Moinhos de Vilhena Junior. 23/05/1908, cx.24, doc.3265.

De [SILVA, João Pinheiro da], para Cesário Alvim. sd., cx.28, doc.3669.

De URIAS, João, para João Pinheiro da Silva. sd., cx.28, doc.3650.

De VIEIRA SOUTO, I. R. (Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro), Gênova-Itália, para João Pinheiro da Silva. 13/05/1908, cx.24, doc.3250.

De XAVIER, Lindolpho, Belo Horizonte-MG, para João Pinheiro da Silva. 16/08/1906, cx.14, doc.1975.

De XAVIER, Lindolpho, Rio de Janeiro-RJ, para João Pinheiro da Silva. 02/01/1907, cx.17, doc.2290.

1.2. Arquivo Privado do Alferes Luís Antônio Pinto no Arquivo Público Mineiro

De MORAES, Carolina Augusta de, N. Senhora do Porto-MG, para Luís Antônio Pinto. 08/03/1869, cx.3, doc.36.

De MORAES, Carolina Augusta de, Nossa Senhora do Porto-MG, para Luís Antônio Pinto, Serro-MG. 09/07/1869, cx. 3, doc. 42.

De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luís Antônio. 02/04/1872, cx. 3, doc. 71.

1.3 Correspondências analisadas no livro BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966.*

De SILVA, João Pinheiro da, São Paulo, para SILVA, Pe. José Pinheiro da. 17/06/1883. pp. 331-333.

De, SILVA, João Pinheiro da, São Paulo, para padre José Pinheiro da Silva. 17/06/1885. p.333.

De SILVA, João Pinheiro da, São Paulo-SP, para MORAIS, Carolina Augusta de. Caeté-MG. 01/01/1885. pp. 334-335.

De SILVA, João Pinheiro da, São Paulo-SP, para PINTO, Luís Antonio. Ouro Preto-MG. 31/03/1888. pp. 336-337.

De SILVA, João Pinheiro da, Ouro Preto-MG, para Luís Antônio Pinto. Recebida em 08/10/1890. pp.338-339.

De SILVA, João Pinheiro da. Caeté, para David Campista. 28/01/1901. pp.345-346.

De SILVA, João Pinheiro da, Rio de Janeiro-RJ, para PINHEIRO, Helena de Barros. Ouro Preto-MG. 09/10/1891. p.340.

De SILVA, João Pinheiro da. Caeté, para João Pandiá Calógeras. 25/02/1905. pp.353-354.

De SILVA, João Pinheiro da. Caeté, para João Pandiá Calógeras. 05/03/1905. p.355.

De SILVA, João Pinheiro da. Caeté. 26/03/1905. pp.356-357.

De SILVA, João Pinheiro da, Belo Horizonte-MG, para ANDRADE, Olavo. Belo Horizonte-MG. 21/09/1906. pp.358-359.

2. Diversos

BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro e seu ideal republicano* (artigo). In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro: documentário sobre sua vida*. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.13-22.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Cronologia*. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro: documentário sobre sua vida*. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.25-50.

COBRA, Amador. *O Presidente de Minas*. cx.32, doc.110, Caderno 1, p.79. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM.

Dossiê relativo ao processo criminal envolvendo o italiano José Pinheiro da Silva em 1862 (recorte do jornal *O Jequitinhonha*, de 16/04/1862). 09/05/1862, cx.1, doc.1. Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva no APM.

GORCEIX, Henri. O Ensino Agrícola em Minas Gerais. Relatório apresentado ao Dr. Secretário de Estado da Agricultura pelo Dr. Henri Gorceix, Inspetor Geral do Ensino Agrícola. Maio de 1897. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. Disponível em Arquivo Público Mineiro.

Manifesto do Congresso Republicano (mineiro), publicado no jornal “O País”, no Rio de Janeiro-RJ, em 08/12/1888. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro: documentário sobre sua vida*. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp. 60-64.

SILVA, João Pinheiro. *Prêmios à Agricultura e Indústria*. Palácio do Governo. Ouro Preto. 28/04/1890. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro: documentário sobre sua vida*. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp. 92-95.

SILVA, João Pinheiro da. Congresso Agrícola, Industrial e Comercial – discurso (20/05/1903). In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro: documentário sobre sua vida*. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp. 121-123.

SILVA, João Pinheiro da. *Ao Eleitorado Mineiro*. 19/01/1905. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro: documentário sobre sua vida*. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.133-138.

SILVA, João Pinheiro da. *Ao Povo Mineiro – Manifesto-Programa do candidato* (Caeté, 07/02/1906). In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro: documentário sobre sua vida*. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.143-160.

SILVA, João Pinheiro da. Discurso no Palácio da Liberdade após a posse (08/09/1906). In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro: documentário sobre sua vida*. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.161-164.

SILVA, João Pinheiro da. *O novo governo de Minas*. 1ª Entrevista concedida por João Pinheiro a “O País”, e publicada no “Minas Gerais” de 20/09/1906. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro*: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.165-175.

SILVA, João Pinheiro da. *O novo governo de Minas* (continuação). 2ª Entrevista concedida por João Pinheiro a “O País”, e publicada no “Minas Gerais” de 23/09/1906. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro*: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.176-185.

SILVA, João Pinheiro da (autoria atribuída). *Agricultura*. Editorial do “Minas Gerais” de 09/06/1907. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro*: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.201-204.

SILVA, João Pinheiro da. Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro, em 15/06/1907. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro*: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.205-243.

SILVA, João Pinheiro da. Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro, em 15/06/1908. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro*: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.287-325.

3. Leis, Decretos e Regulamentos

Lei N. 363, de 12 de setembro de 1903. Cria prêmio agrícola e pastoril de animação e aperfeiçoamento das culturas e criações e dá outras providências. Coleção de Leis e decretos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898-1930. Disponível em: Arquivo Público Mineiro.

Lei N. 437, de 24 de setembro de 1906. Cria, anexa à Diretoria Geral de Agricultura, Indústria e Aviação, uma seção de informações sobre minerações e outras riquezas naturais do Estado, com escritórios filiais no estrangeiro, e contém outras disposições. Coleção de Leis e decretos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898-1930. Disponível em: Arquivo Público Mineiro.

Lei N. 438, de 24 de setembro de 1906. Autoriza o Presidente do Estado a estabelecer nas proximidades de estradas de ferro e de navegação fluvial até seis colônias agrícolas, e a fundar, em pontos convenientes, até seis fazendas-modelo do tipo pastoril e contém outras disposições. Coleção de Leis e decretos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898-1930. Disponível em: Arquivo Público Mineiro.

Lei N. 444, de 03 de outubro de 1906. Contém disposições relativas ao ensino técnico prático profissional. Coleção de Leis e decretos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898-1930. Disponível em: Arquivo Público Mineiro.

Lei N. 454, de 06 de setembro de 1907. Declara isentas de impostos as passagens em estradas de ferro, vendidas para sedes de exposições industriais, comerciais e agrícolas, municipais ou regionais, concede prêmios, institui o ensino prático de agricultura nas fazendas-modelo, e dá outras disposições. Coleção de Leis e decretos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898-1930. Disponível em: Arquivo Público Mineiro.

Lei N. 463, de 12 de setembro de 1907. Contém disposições referentes ao ensino secundário e profissional do Estado. Coleção de Leis e decretos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898-1930. Disponível em: Arquivo Público Mineiro.

Decreto N. 2.027, de 08 de junho de 1907. Reorganiza os serviços a cargo da Diretoria Geral de Agricultura, Viação e Indústria.

Regulamento a que se refere o Decreto N. 2.027, de 08 de junho de 1907. Coleção de Leis e decretos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898-1930. Disponível em: Arquivo Público Mineiro.

Decreto N. 3.356, de 11 de setembro de 1911. Aprova o Regulamento Geral do Ensino Agrícola.

Regulamento a que se refere o Decreto N. 3.356, de 11 de novembro de 1911. Coleção de Leis e decretos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898-1930. Disponível em: Arquivo Público Mineiro.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O Planejamento de Pesquisas Qualitativas*. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais*; pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1999. pp.145-178.

BANDEIRA de MELO, Ciro Flávio de Castro. *Pois tudo é assim...* Educação, Política e Trabalho em Minas Gerais (1889-1907). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966.

BATISTA, Eliezer. *Modernização: uma visão sistêmica e holística*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Editora UFMG, Belo Horizonte-MG, 2005. pp. 334-347.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX & SIRINELLI (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. Pp. 345-363.

BIANCHI, Álvaro. *Temas e Problemas nos Projetos de Pesquisa*. Estudos de Sociologia, Araraquara, 13/14: 75-91, 2002/2003.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Descobrimos o Brasil), 2001.

_____. *O Brasil de João Pinheiro*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Editora UFMG, Belo Horizonte-MG, 2005. pp. 137-166.

BOTO, Carlota. *A arte de tornar ciência o ofício de ensinar: compêndios pedagógicos de Augusto Coelho*. GT: História da Educação/n.02. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-2850--Int.pdf>> Acesso em 07/08/2009.

BOTELHO, André. *Circulação de idéias e construção nacional: Ronald de Carvalho no Itamaraty*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 35, janeiro-junho de 2005, pp. 69-97.

BOTELHO, Jorge Florentino; GONÇALVES, Irlen Antônio. *As Políticas Públicas para a Formação do Trabalhador do Campo em Minas Gerais: O Instituto Agrônomo de Itabira (1880-1898)*. In: Anais do V Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais “(Re) Visitando as Minas e Desvelando as Gerais”, 5 a 7 de maio de 2009/Sarah Jane Durães (org.). – Montes Claros, MG: Unimontes, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Entre a Liberdade dos Antigos e dos Modernos: A República no Brasil*. In: CARVALHO, J. M. *Pontos e Bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. pp. 83-106.

_____. *A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da Glória*. 2. ed. rev., Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2002.

_____. *Ouro, Terra e Ferro: vozes de Minas*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Editora UFMG, Belo Horizonte-MG, 2005. pp. 55-78.

CHACON, Vamireb. *A Genealogia do Nacional-Desenvolvimentismo Brasileiro: João Pinheiro, Vargas, JK e Israel Pinheiro*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Editora UFMG, Belo Horizonte-MG, 2005. pp. 193-215.

CHAMON, Carla Simone. *Educação, modernidade e protestantismo*. In: VAGO, Tarcísio Mauro e OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de (orgs.). *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2008. pp.279-300.

COELHO, Copérnico Pinto (org.). *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Volume VII, Belo Horizonte, 1960.

COSTA, Guilherme Meirelles da. *A Formação Política de João Pinheiro da Silva*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Projetos Republicanos e a Questão da Educação Nacional*. VAGO, Tarcísio Mauro; INÁCIO, Marcilaine Soares; HAMDAN, Juliana Cesário; SANTOS, Hercules Pimenta dos (orgs.). *Intelectuais e Escola Pública no Brasil: séculos XIX e XX*. [Projeto Pensar a Educação (1822-2022)]. Mazza Edições, Belo Horizonte-MG, 2009. pp. 79-104.

DULCI, Otavio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *João Pinheiro e as origens do desenvolvimento Mineiro*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Editora UFMG, Belo Horizonte-MG, 2005. pp. 109-136.

FALCON, Francisco J. Calazans. *História e Representação*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Editora Papirus, Campinas, 2000.

FARIA, Maria Auxiliadora. *A Política da Gleba: as classes conservadoras mineiras. Discurso e prática na Primeira República*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, Trabalho e Educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. 174p. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CRUZ e ZICA, Matheus. *Bernardo Guimarães e a educação*. In: *Políticos, literatos, professoras, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais*. FARIA FILHO, Luciano Mendes; INÁCIO, Marcilaine Soares (orgs.). – Belo Horizonte : Mazza Edições, 2009. pp.93-120.

FERNANDEZ, Oscar Lorenzo. *O Desenvolvimentismo de Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Editora UFMG, Belo Horizonte-MG, 2005. pp. 216-245.

GINZBURG, Carlo. *Representação: a palavra, a idéia, a coisa*. In: GINZBURG, C. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução de Eduardo Brandão, 1ª reimpressão. Companhia das Letras, São Paulo, 2001.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro(org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004. pp. 7-24.

_____. *Memória, Política e Tradição Familiar*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Editora UFMG, Belo Horizonte-MG, 2005. pp. 79-108.

_____. História, historiografia e Primeira República; Intelectuais e ação política. In: GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009. pp. 9-29.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *Um bacharel na secretaria do interior e justiça: o intelectual Delfim Moreira e a reforma do ensino em Minas Gerais*. In: Revista Brasileira de História da Educação, janeiro/abril 2008, nº 16. Editora Autores Associados – Campinas-SP, pp. 125-146.

_____. *Os Projetos de Educação dos Republicanos Mineiros*. VAGO, Tarcisio Mauro; INÁCIO, Marcilaine Soares; HAMDAN, Juliana Cesário; SANTOS, Hercules Pimenta dos (orgs.). *Intelectuais e Escola Pública no Brasil: séculos XIX e XX*. [Projeto Pensar a Educação (1822-2022)]. Mazza Edições, Belo Horizonte-MG, 2009. pp. 105-120.

JOSÉ, Oiliam. *A propaganda republicana em Minas*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1960.

JULLIARD, Jacques. *A Política*. In: LE GOFF, Jacques Le Goff; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, pp. 181-193.

LIMA, Liliane Faria Correa. *As políticas públicas de incentivo ao cooperativismo em Minas Gerais, 1903-1922*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, História Econômica – 1v. 184p. 2006. Disponível em <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20061433002010033P5>> Acesso em 07/08/2009.

LINS, Ivan. *A Formação Filosófica de João Pinheiro e seus Ideais Humanos, Políticos e Sociais*. In: COELHO, Copérnico Pinto (org.). Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Volume VII, Belo Horizonte, 1960. pp. 33-50.

MACHADO, Vinícius Azevedo; GONÇALVES, Irlen Antônio. *Intelectual, Político e Advogado: João Pinheiro da Silva e a Educação do Trabalhador do Campo*. In: Anais do V Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais “(Re) Visitando as Minas e Desvelando as Gerais”, 5 a 7 de maio de 2009/Sarah Jane Durães (org.). – Montes Claros, MG: Unimontes, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A história política e o conceito de cultura política*. In: Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH/MG – “Minas, Trezentos Anos: Um Balanço Historiográfico”. Mariana, 22 a 26 de julho de 1996. pp. 83-91.

_____. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009.

NETO, Silveira. Instituições Republicanas Mineiras. Editora Lemi S.A. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1978.

PEREIRA, Jardel Costa. *Grupo Escolar de Lavras: produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais (1907-1918)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Educação – 1v. 290p. 2005. Disponível em <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200546732001010001P7>> Acesso em 07/08/2009.

PIMENTA FILHO, Dermeval. Marco Glorificador da Memória de João Pinheiro. In: COELHO, Copérnico Pinto (org.). *Coletânea do centenário de nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial, 1960.

PINHEIRO PIMENTA, Cornélio Otávio. *João Pinheiro, Israel Pinheiro e a busca da modernidade plena*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Editora UFMG, Belo Horizonte-MG, 2005. pp. 269-287.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. FGV Editora: 2ª edição, 2003. pp. 13-36.

RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. FGV Editora: 2ª edição, 2003. pp. 441-450.

Revista da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 11 [5/6] 122-220, mai./jun. 1981.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político* (Publicado originalmente na *Revue de Synthèse*). História, São Paulo, 15:27-39,1996.

ROSSI, Paolo. *Naufraágios sem espectador: a idéia de progresso*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. – 2.ed. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003. pp.231-269.

SPENCER, Herbert. *Da Educação Moral, Intelectual e Physica*. Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1887.

SILVA, Adelmo José da. *O pensamento filosófico de João Pinheiro da Silva*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Gama Filho, Filosofia – 1v. 105p. 1992. Disponível em <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=1992831006019001P6>> Acesso em 07/08/2009.

SILVA, Fabrício Valetim da. *Ensino Agrícola, Trabalho e Modernização no Campo: a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais*

(1920-1929). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de Uberlândia, 2007.

SOUZA, Marco Antônio de. A Economia da Caridade: estratégias assistencialistas e filantropia em Belo Horizonte, 1897-1930. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, História – 1v. 245p. 1994. Disponível em <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=1994132001010043P1>>

VAGO, Tarcísio Mauro... et. al (organizadores). *Intelectuais e Escola Pública no Brasil: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte : Mazza Edições, 2009.

VELHO, Gilberto. *Sociedades complexas, industriais, modernas*. In: Projeto e Metamorfose. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

VERSIEUX, Daniela; GONÇALVES, Irlen Antônio. *A Fazenda-escola de Florestal: apontamentos iniciais sobre a inserção de Minas na modernidade capitalista*. In: Anais do V Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais “(Re) Visitando as Minas e Desvelando as Gerais”, 5 a 7 de maio de 2009/Sarah Jane Durães (org.). – Montes Claros, MG: Unimontes, 2009.

VIANNA, Guaraci de Campos. *Práticas Políticas e Sociais da Infância na História do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Cândido Mendes, Direito – 1v. 485p. 2005. Disponível em <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200520331032010002P6>> Acesso em 07/08/2009.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades. In: Revista Brasileira de História da Educação, janeiro/abril 2008, nº 16. Editora Autores Associados – Campinas-SP, pp. 63-86.

WARDE, Mirian Jorge. *Americanismo e Educação: um ensaio no espelho*. São Paulo Perspec. vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200006&script=sci_arttext&tlng=en> Acesso em 07/08/2009.

WIRTH, John D. *O Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*; tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)